

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA JOSELIA ZANLORENSE

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO: A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO
PARANÁ (1900-1950)**

**PONTA GROSSA
2013**

MARIA JOSELIA ZANLORENSE

**EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO: A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO
PARANÁ (1900-1950)**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, na área de concentração História e Políticas Educacionais.

Orientadora: Profª Dra. Maria Isabel Moura Nascimento

**PONTA GROSSA
2013**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Zanlorense, Maria Joselia
Z31 Educação para o trabalho: a criação das
 escolas técnicas no Paraná (1900-1950) /
 Maria Joselia Zanlorense. Ponta Grossa,
 2013.
 122f.

 Dissertação (Mestrado em Educação -
 Área de Concentração: Educação),
 Universidade Estadual de Ponta Grossa.
 Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Isabel
 Moura do Nascimento.

 1.Educação- História. 2.Instituição
 escolar. 3.Escola técnica. 4.Trabalho.
 5.Trabalhador - formação. I.Nascimento,
 Maria Isabel Moura do. II. Universidade
 Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
 Educação. III. T.

CDD: 370

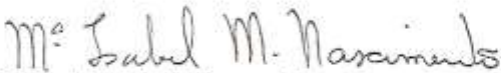
TERMO DE APROVAÇÃO

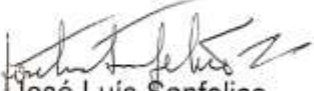
MARIA JOSÉLIA ZANLORENSE

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO: A CRIAÇÃO DAS ESCOLAS TÉCNICAS NO PARANÁ (1900-1950)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora


Profª Drª Maria Isabel Moura Nascimento
UEPG


Prof. Dr. José Luís Sanfelice
UNICAMP


Profª Drª Vera Lúcia Martiniak
UEPG

Ponta Grossa, 27 de junho de 2013.

*Dedico este trabalho aos meus pais Sebastião e Valéria Zanlorense por acreditarem em meus sonhos.
Aos meus amados sobrinhos Luiz Ângelo e André Vinícius, que acompanharam minha caminhada a qual me tornou ausente em muitos momentos.
A minha amiga Nilvan Laurindo Sousa, companheira de caminhada.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, por acreditar no meu potencial, pela parceria e paciência em orientar-me, agradeço pela estimável confiança.

A minha família, que muitas vezes não pude dar a atenção que mereciam. Minha mãe Valéria, meu pai Sebastião, agradeço seu apoio incondicional, seguramente são os que compartilham mais de perto da minha alegria, a compreensão de vocês foi fundamental para o alcance destes resultados, irmãos, sobrinhos Luiz Ângelo e André Vinícius, os quais amo muito.

As minhas amigas Nilvan Laurindo Sousa, “parceira”, colega de mestrado, obrigada pela compreensão; os momentos em que estudamos juntas, nossas conversas, angústias, alegrias, conquistas serão eternamente lembradas, e Lúcia Mara Padilha, obrigada pelo apoio, ajuda e contribuições, espero retribuir à altura.

As pessoas das escolas, universidades, secretarias municipais de educação, Núcleos Regionais de Educação, lugares que visitei com intuito de coletar fontes e informações sobre as instituições, objeto desta pesquisa. Aos diretores, secretários, funcionários e professores, que são muitos; a vocês dedico o resultado desta pesquisa; deixo meu reconhecimento, serei eternamente grata.

Aos membros da Banca Examinadora, meus respeitosos agradecimentos pela participação, pelas indicações e sugestões que contribuíram qualitativamente neste trabalho.

A Michelle Fernandes Lima, professora e orientadora da graduação, amiga, pessoa em que sempre me inspirei.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa HISTEDBR/UEPG, a Claudia Maria Petchak Zanlorenzi, membro do grupo, e a todos os demais colegas que direta ou indiretamente contribuíram com a realização deste trabalho.

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

*Quem construiu a Tebas das sete portas?
Nos livros constam nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia, várias vezes destruída?
Quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os operários?
Para onde foram os pedreiros,
na noite em que a muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheira de Arcos do Triunfo.
Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogaram gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar os tragou.
O jovem Alexandre conquistou a Índia, Sozinho?
Cezar derrotou os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Felipe da Espanha chorou, quando sua armada
Naufragou. Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a guerra dos sete anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.*

(Bertold Brecht)

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo a reconstrução histórica das Instituições Escolares do Ensino Técnico do Estado no Paraná, criadas no período de 1900 a 1950. Para conhecer o processo de criação e instalação destas instituições, fez-se necessário primeiramente compreender as mudanças políticas, econômicas, sociais e educacionais que ocorreram no cenário brasileiro neste período da história. Tratou-se da mudança do trabalho escravo para o trabalho assalariado, a transição do regime imperial para a República, a produção e o comércio do café e a chegada dos imigrantes no Brasil. Acompanhando tais alterações, houve a expansão do ensino público no Brasil, conduzido por essas mudanças. No Paraná, foram criados: institutos comerciais, escola técnica, Escola de Aprendizes Artífices, escolas de trabalhadores rurais e escolas de pesca. Diante do contexto estudado, buscamos compreender com esta pesquisa quais os elementos que determinaram o processo de criação e instalação das escolas técnicas no Estado do Paraná; a que necessidades elas vieram responder; qual o público a ser atendido com estas instituições e qual o ensino oferecido por estas escolas. Para dar conta de responder esta problemática, foram atribuídas como categorias de análise: sociedade, trabalho e educação; com o intuito de evidenciar as relações do objeto estudado com as alterações ocorridas na sociedade no referido contexto histórico. Para apreender as reais intenções do Estado em se criar as escolas técnicas no Paraná, o referencial teórico utilizado foi o materialismo histórico o qual possibilitou a compreensão da realidade, econômica, política e social presentes no Brasil, no período histórico estudado. A pesquisa teve caráter documental bibliográfico; o procedimento metodológico adotado foi o levantamento das fontes documentais primárias como atas, Leis, decretos e regulamentos referentes à criação destas instituições de ensino técnico. Para o acesso a essas fontes, foram visitadas as escolas técnicas ainda em atividade, o Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública, Casa da Memória, secretarias municipais de educação das cidades em que foram instaladas as escolas técnicas. O presente estudo encontra-se dividido em três capítulos: “As transformações econômicas, políticas e sociais no Brasil republicano e o ensino profissional”, “As escolas técnicas urbanas no Estado do Paraná”, “As escolas técnicas rurais no Estado do Paraná”. Conclui-se com o presente estudo que a criação das escolas técnicas no estado do Paraná foi resultado do processo do desenvolvimento econômico interno feito pelo incentivo do governo brasileiro, objetivando a industrialização do país e a modernização da agricultura. Com o discurso de oferecer a educação para o povo, o Estado, por meio destas instituições, visou preparar a força de trabalho para o comércio, as indústrias e a agricultura e assim responder aos interesses do capital. Estas instituições funcionaram como abrigo de menores e ofereceram ensino profissional para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: História da Educação, Instituições Escolares, Escola Técnica, Trabalho, Formação do Trabalhador.

ABSTRACT

The present dissertation had as objective the historical reconstruction of the technical teaching scholastic institutions of the State in Paraná, created in the period of 1900 to 1950. To get to know the process of creation and installation of these institutions, became necessary primarily to comprehend the political, economical, social and educational changes that occurred in the Brazilian scenery in this period of history. It was about the change of the slave labor to the salaried labor, the transition of the imperial regime to the Republic, the coffee production and commerce and the arrival of the immigrants in Brazil. Accompanying such alterations was the expansion of the public education in Brazil, conducted by these changes. In Paraná, were created commercial institutes, technical schools, Apprentices Artifices School, schools of rural workers and fishing schools. Before the studied context, we seek to comprehend with this research which elements determine the creation and installation process of technical schools in the State of Paraná; to which necessities they came to respond; which is the public to be attended with these institutions; and which is the teaching offered by these schools. To handle the answer of this problematic, they were assigned as analysis categories: society, labor and education; with the aim of evidencing the relations of the studied object with the occurred alterations in the society at the referred historical context. To apprehend the real intentions of the State in creating technical schools in Paraná, the theoretical referential utilized was the historical materialism which enabled the comprehension of the economical, political and social reality present in Brazil, in the historical period studied. The research had a bibliographical documental character; the methodological procedure adopted was the lifting of the primary documental sources as records, Laws, decrees and regulations regarding of these institutions of technical teaching. To the access of these sources were visited the technical schools still in activity, the Public Archive of Paraná, the Public Library, the House of Memory, the municipal secretariats of education of the cities in which were installed the technical schools. The present study finds itself divided in three chapters: "The economical, political and social transformations in the republican Brazil and the professional teaching", "The urban technical schools in the State of Paraná", "The rural technical schools in the State of Paraná". It concludes with the present study that the creations of technical schools in the State of Paraná was result of the process of internal economical development done by incentive of the Brazilian government, aiming the industrialization of the country and the modernization of agriculture. With the peroration of offering the education to the people, the State, by means of these institutions, aimed to prepare the labor force to the commerce, the industries, and the agriculture and thus answer to the interests of the capital. These institutions worked as shelter of minor and offered professional teaching to the labor class.

Key words: History of Education, Scholastic Institutions, Technical School, Labor, Formation of the Worker.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Escola de Aprendizes Artífices do Paraná 1909.....	49
FIGURA 2 - Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná.....	50
FIGURA 3 - Alunos da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná	52
FIGURA 4 - Novas instalações da Escola de Aprendizes Artífices	54
FIGURA 5 - Certificado do Curso de Perito Contador	55
FIGURA 6 - Cidades do Paraná que foram instaladas a Escolas de Trabalhadores Rurais	62
FIGURA 7 - Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri	66
FIGURA 8 - Escola de Pesca Antonio Serafim Lopes	68
FIGURA 9 - Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti.....	72
FIGURA 10 - Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas	75
FIGURA 11 - Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo	78
FIGURA 12 - Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas	81
FIGURA 13 - Alunos da Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas	83
FIGURA 14 - Escola de Trabalhadores Rurais Lysimaco Ferreira da Costa....	86
FIGURA 15 – Visita dos técnicos norte-americanos na Escola de Trabalhadores Rurais “Lysimaco Ferreira da Costa”	86
FIGURA 16 - Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido.....	89
FIGURA 17 - Escola de Trabalhadores Rurais Gil Stein Ferreira.....	91
FIGURA 18 - Escola de Pesca Marcílio Dias	96
FIGURA 19 - Escola de Trabalhadores Rurais Franklin Delano Roosevelt.....	98

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Listagem das escolas técnicas no Paraná de 1900 a 1950.....	15
QUADRO 2 - Levantamento de teses e dissertações	16
QUADRO 3 - Institutos Comerciais criados no início do século XX	43
QUADRO 4 - Número de matrículas nos institutos comerciais	43
QUADRO 5 - Disciplinas do Curso Profissional Agrícola	63
QUADRO 6 - Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pescadores	65

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1- Fontes catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD – ROM (Segue junto com a dissertação)	122
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 - O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL REPUBLICANO	21
1.1 As características do ensino profissional no Brasil: do Asilo à Escola Técnica	29
1.2 O cenário paranaense	35
CAPÍTULO 2 - AS ESCOLAS TÉCNICAS URBANAS NO PARANÁ	39
2.1 A criação das escolas técnicas urbanas no Paraná	42
2.2 Escola de Aprendizes Artífices do Paraná	47
2.3 Escola Técnica de Comércio de Curitiba.....	54
CAPÍTULO 3 - AS ESCOLAS TÉCNICAS RURAIS NO PARANÁ	59
3.1 Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri-Curitiba.	66
3.2 Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes-Paranaguá	68
3.3 Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti.....	71
3.4 Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas-Ponta Grossa	74
3.5 Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo-Castro	77
3.6 Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas-Palmeiras.....	79
3.7 Escola de Trab. Rurais Lysimaco Ferreira da Costa-Rio Negro	84
3.8 Escola de Trabalhadores Rurais Campo Comprido	88
3.9 Escola de Trabalhadores Rurais Gil Stein-Ivai	91
3.10 Escola de Trabalhadores Rurais Três Bicos-Reserva	93
3.11 Escola de Pescadores Marcílio Dias-Guaratuba	95
3.12 Escola de Trab. Rurais Franklin Delano Roosevelt Sto da Platina ..	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	106
CD-ROM COM AS FONTES CATALOGADAS	122

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa de mestrado objetivou contribuir para o campo da História da Educação Brasileira. Abordamos nesta pesquisa o processo histórico da criação das primeiras Escolas Técnicas do Estado do Paraná.

Este trabalho teve finalidade, realizar a reconstrução histórica das Escolas Técnicas Públicas do Estado do Paraná. Como recorte histórico, delimitou-se o período compreendido entre os anos iniciais do século XX até a sua metade, ou seja, 1900 a 1950, período em que foram criadas as primeiras escolas técnicas públicas no Paraná. Diante do contexto estudado, buscou-se compreender com esta pesquisa quais os elementos que determinaram o processo de criação e instalação das escolas técnicas no Estado do Paraná; a que necessidades elas vieram responder; qual o público a ser atendido com estas instituições e qual o ensino oferecido por estas escolas.

Para a compreensão do objeto de pesquisa, neste trabalho foi necessário conhecer as mudanças ocorridas na sociedade no período mencionado, inteirando-se, do conhecimento sobre: o processo de transição da força de trabalho escrava para o trabalho assalariado, a passagem do Império para a República, o crescimento da produção e exportação do café e o desenvolvimento das indústrias como fator de destaque da economia brasileira. Esses elementos tiveram significativa importância no processo de transformação social, econômica e determinaram a criação de escolas técnicas que respondessem a esta nova demanda capitalista.

Neste contexto, a educação passou a ser vista como meio de ascensão social pela escolarização. “Como pano de fundo na Primeira República, o que havia era uma preocupação marcante em acabar com o analfabetismo por meio da escola elementar para o povo” (NASCIMENTO, 2006, p. 327).

O Brasil acompanhando os anseios capitalistas tomou iniciativas de organização do ensino profissional pela a criação de escolas técnicas com a finalidade de responder às necessidades de formar o trabalhador para a indústria e o comércio e agricultura. Ao lado do desenvolvimento econômico brasileiro, foram criadas as escolas técnicas públicas para assegurar a economia capitalista e formar novos trabalhadores, instruídos, conforme o desejo dos ideais republicanos que se organizavam. O progresso econômico direcionou o empenho de novas formas de

ensino e, nesse contexto, investiu-se no ensino profissional para os diferentes setores da economia.

A reconstrução histórica das escolas técnicas públicas no Paraná consistiu em conhecer o contexto social, econômico e político no período de criação dessas instituições. Dessa forma, tornou-se essencial identificar a que público era direcionado o ensino nelas oferecido, bem como a que classe social elas pertenciam:

[...] trata-se de formular a questão: a que se destina a instituição que estou me propondo a reconstruir e que resultados ela pretende atingir com a ação empreendida? A busca de informações sobre o alunado será, pois, um elemento importante na reconstrução histórica das instituições escolares, uma vez que, além de ajudar na definição do perfil institucional, trará, também, indicações importantes sobre sua relevância social (SAVIANI, 2007, p. 25).

Ao realizar a reconstrução histórica dessas instituições, objetivou-se contribuir para com a história da educação paranaense, mostrar qual foi o ensino oferecido em tais instituições e qual era seu público alvo. O presente estudo¹ integrou-se a um projeto maior sobre a reconstrução histórica das instituições escolares no Paraná, que teve por objetivo o levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, com sede na Faculdade de Educação da Universidade de Campinas-UNICAMP (NASCIMENTO, 2004).

Embora este estudo tenha como objeto as escolas técnicas do Paraná, vale ressaltar que essas instituições não se desenvolveram de modo desvinculado da realidade social e educacional brasileira, mas se mostravam como reflexo de uma realidade maior da sociedade, evidenciando, dessa forma, seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Para compreender seu surgimento, tornou-se necessário apreender sua ligação com a realidade nacional, de forma mais ampla, bem como as carências surgidas naquele contexto. Acontecimento que nos leva a estudar o interior das instituições, pois:

[...] há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações

¹ O presente estudo faz parte das pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa: História, sociedade e Educação dos Campos Gerais – PR. – HISTEDBR/UEPG <<http://www.eupg.br.histedbr/>>.

de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docentes, alunos e infinitas outras coisas ali se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, “acomodando-se” dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade (SANFELICE, 2007, p. 7).

Foi realizada, nesta pesquisa, a organização das fontes e a reconstrução histórica das Instituições Escolares Técnicas Públicas do Paraná. O processo de reconstrução das instituições escolares técnicas ampliou as possibilidades de compreensão da História da Educação paranaense, na medida em que elas se relacionam com o todo, e não são mera subdivisão da educação.

O Estado do Paraná, até a metade do século XX, contava com a população de uma grande leva de imigrantes, com atividade predominantemente agrícola. O setor econômico tinha como produto principal a erva-mate, seguida da exportação de madeira e o cultivo do café², elementos base da economia brasileira nesse período. O desenvolvimento e urbanização do Estado foram estimulados pela construção da estrada de ferro e de rodovias que contribuíram para o surgimento de novas cidades no Paraná³.

A compreensão da realidade da época em que se apresentaram as escolas técnicas no período de 1900 a 1950 possibilitou entender o objeto estudado de forma abrangente, apreendendo primeiramente as relações na sociedade. Partindo destas relações, foram abordadas as instituições escolares públicas do Ensino Técnico do Estado do Paraná enquanto aspectos específicos dentro das relações sociais daquele momento.

No ano de 1900, iniciou o ciclo de criação de escolas técnicas públicas republicanas no Paraná, tendo em vista que, nesse período, a escolarização ampliou significativamente. No levantamento das Instituições Escolares Técnicas Públicas criadas no Estado, bem como o período delimitado para esta pesquisa, foram registradas as seguintes escolas:

² Sobre essa questão, ver a obra de: SILVA, Sérgio. Expansão cafeeira e origens das indústrias no Brasil, (1986).

³ Para maior conhecimento sobre as cidades surgidas neste período e sobre o desenvolvimento do Paraná e o surgimento dos núcleos urbanos, ver: PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná (1981).

QUADRO 1

Levantamento das escolas técnicas criadas no Paraná período de 1900 a 1950

Nº	ESCOLA	ANO DE CRIAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	TIPO
1	Instituto Comercial do Paraná	1905	Curitiba	Urbana
2	Instituto Comercial de Castro	1905	Castro	Urbana
3	Instituto Comercial de Guarapuava	1905	Guarapuava	Urbana
4	Instituto Comercial de Ponta Grossa	1907	Ponta Grossa	Urbana
5	Instituto Comercial de Paranaguá	1910	Paranaguá	Urbana
6	Escola de Aprendizes Artífices	1909	Curitiba	Urbana
7	Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri	1936	Piraquara	Rural
8	Escolas dos Trabalhadores Rurais Olegário Macedo	1935	Castro	Rural
9	Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes	1936	Paranaguá – Ilha das Cobras	Rural
10	Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti	1937	Curitiba	Rural
11	Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas	1937	Ponta Grossa	Rural
12	Escola de Pescadores de Guaratuba	1940	Guaratuba	Rural
13	Escola de Trabalhadores Rurais Lysimaco Ferreira da Costa	1940	Rio Negro	Rural
14	Escola de Trabalhadores Rurais Gil Stein.	1940	Ivaí	Rural
15	Escola de Trabalhadores Rurais de Três Bicos	1940	Reserva	Rural
16	Escola de Trabalhadores Rurais e Estação de Viticultura	1940	Campo Comprido	Rural
17	Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas	1941	Palmeira	Rural
18	Escola Técnica de Comércio de Curitiba	1941	Curitiba	Urbana
19	Escola de Trabalhadores Rurais Franklin Roosevelt	1945	Santo Antonio da Platina	Rural

Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de Vera Lúcia Martiniak (2011) e nos Relatórios do Secretário do Governo⁴.

O primeiro passo deste trabalho, utilizando-se das palavras-chave “escola técnica”, foi a realização do estado do conhecimento sobre as escolas técnicas no Brasil, no banco de teses e dissertações da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem disponível os resumos dos trabalhos

⁴ Esse quadro é resultado de pesquisa nos Relatórios dos secretários de governo, publicados entre os anos de 1900 a 1950. O levantamento das Escolas de Trabalhadores Rurais foi também realizado por: MARTINIAK, Vera Lucia. Processo histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais. (Tese de Doutorado) Universidade Estadual de Campinas - Faculdade de Educação-UNICAMP, 2011.

postados, a partir do ano de 1987 até 2010. Ainda foi pesquisado sobre o tema, em sites dos Programas de Pós-Graduação.

A importância de realizar esse levantamento sobre o tema se deu pela necessidade de conhecer o que se discutiu sobre o objeto de pesquisa, a ausência de determinados temas e os diferentes enfoques, bem como as alterações e influências que o objeto recebeu no decorrer do tempo.

Esse processo é fundamental para que o pesquisador possa delimitar o objeto da pesquisa e realizar a sua problematização de forma que situe e defina melhor o estudo proposto. A elaboração do estado do conhecimento é também, um dos passos importantes para diminuir as distâncias de uma pesquisa para outra [...] (NASCIMENTO, 2006, p. 130).

Com o mapeamento das pesquisas observou-se um número significativo de estudos sobre as escolas técnicas: as informações levantadas apresentaram estudos a partir de 1987 até 2010, nas quais se pode observar a presença de 423 dissertações e 67 teses, somando um total de 490 estudos. O procedimento, após a coleta dos trabalhos, foi a leitura dos resumos, identificando os subtemas que se referiram às escolas técnicas, apresentados aqui como descritores. As produções sobre “escolas técnicas” apresentaram o seguinte resultado:

QUADRO 2

Levantamento de teses e dissertações defendidas no Brasil

DESCRIPTORES	TESES	DISSERTAÇÃO	TOTAL
Formação do aluno	15	112	127
Ed. profissional	5	41	46
Trab. E educação	11	73	84
Políticas	17	58	75
Instituição escolar	5	30	35
Gênero	2	3	5
Ensino aprendizagem	2	22	24
Avaliação	2	14	16
Currículo	5	38	43
Evasão	--	7	7
Gestão	1	8	9
Docência	2	13	15
Perfil do aluno	--	2	2
Método	--	2	2
TOTAL	67	423	490

Fonte: Elaborado pela autora com base no estado do conhecimento realizado no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (2011).

Durante o levantamento dos dados⁵, momento em que foi feita a análise dos textos, evidenciou-se a diversidade de instituições em que foram feitos estudos e as mais diferentes formas de abordagens. Observou-se a menção das escolas técnicas de enfermagem, escolas técnicas de administração, escolas técnicas de agronomia, escola agropecuária, curso de contabilidade, curso técnico de mineração, escola técnica de agricultura, escola técnica de química e Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs.

O mapeamento dessas pesquisas mostrou que as produções sobre as escolas técnicas foram objeto de pesquisa em outras áreas como Enfermagem, Sociologia e História. Tal mapeamento permitiu o conhecimento das pesquisas sobre escolas técnicas realizadas no Brasil e o seu significado para a história da educação brasileira.

Para a análise da presente pesquisa, utilizou-se o método do materialismo histórico, elencando três categorias: sociedade, trabalho e educação, as quais evidenciaram as relações do objeto estudado com a realidade social e histórica, ou seja, os determinantes econômicos, políticos e sociais, as intenções do Estado que permearam o espaço educacional do período. A partir disso, foram analisados as fontes, confrontando com os objetivos utilizados como justificativas daqueles que criaram as escolas técnicas.

Evidenciou-se com isso para que e a quem foram criadas as escolas técnicas públicas no Paraná, os reais interesses contidos na criação das escolas técnicas, bem como na educação brasileira, “O concreto é concreto por ser a análise de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade (MARX, 2003, p. 248).

Tais procedimentos levaram a compreender os acontecimentos no decorrer da história da educação brasileira; necessidade esta fundamental para que fossem evidenciadas as influências e necessidades que determinaram o surgimento e instalação das Escolas Técnicas do Estado do Paraná.

O encaminhamento metodológico, empregado nesta pesquisa, foi de cunho documental bibliográfico e consistiu na visitação de cada escola ou órgãos responsáveis nas cidades em que estas foram inseridas, na busca de documentos tais como atas, históricos escolares, fotos, reportagens, diários de professores e relatórios sobre as instituições abordadas.

⁵ As pesquisas relacionadas com o tema deste estudo estão apresentadas em forma de quadro com autor, título, universidade e ano, e encontram-se em anexo.

A busca pelas fontes nas cidades em que foram instaladas as escolas técnicas iniciou-se pelas prefeituras, bibliotecas, secretaria da agricultura, museu da cidade, Casa da Cultura, Núcleo Regional de Educação, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação. Em certas cidades, se desconhecia a existência dessas instituições, o que dificultou a localização de algum tipo de documento que viesse a comprovar a existência da escola.

O caminho percorrido para a coleta das fontes mostrou-se difícil, uma vez que das 19 escolas técnicas públicas, criadas e instaladas no período de 1900 a 1950, apenas 7 ainda existem. Permanecem em atividades: a Escola de Aprendizes Artífices em Curitiba, hoje universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR; Escola Lysimaco Ferreira da Costa, em Rio Negro; Colégio⁶ Estadual Augusto Ribas, em Ponta Grossa; Colégio Estadual Gil Stein, em Ivaí⁷; Colégio Estadual Getúlio Vargas, em Palmeira; Colégio Estadual Olegário Macedo em Castro; Escola Técnica de Comércio, que a partir de 2008 passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Campus II, situado no Jardim das Américas em Curitiba.

Diante das dificuldades encontradas para a organização dos documentos das escolas não existentes, direcionou-se a busca ao Arquivo Público Paranaense, Casa da Memória de Curitiba e Biblioteca Pública do Paraná.

Na presente pesquisa, foram utilizados os seguintes recursos para representação dos tipos de fontes primárias ou secundárias a serem utilizadas no texto:

- “*Itálico*”- para fontes primárias. As citações de fontes primárias mantiveram a redação original, sem qualquer atualização ortográfica.
- “sem itálico” para fontes secundárias. (NASCIMENTO, 2004, p. 10).

Esta pesquisa teve por objetivo geral: Reconstrução histórica das Instituições Escolares do Ensino Técnico do Estado do Paraná, criadas no período de 1900 a 1950 e, como objetivos específicos, pretendeu-se:

⁶ “Naturalmente, o Ensino Profissional Agrícola no Paraná foi regulado também pelas Leis Orgânicas da Educação Nacional e pelas posteriores Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e decorrentes atos normativos e reguladores, que transformaram a maioria dessas Escolas de Trabalhadores Rurais em Ginásios Agrícolas e em Escolas para a formação de Técnicos Agrícolas, hoje denominados Colégios Agrícolas” (PARANÁ, Conselho Estadual de Educação, Deliberação n. 02/04, 2004, p. 9).

⁷ O Colégio Estadual Gil Stein Ferreira atualmente não oferece o ensino agrícola.

- Compreender o processo de constituição do ensino técnico no Brasil Republicano;
- Conhecer o processo de criação das Escolas Técnicas urbanas do Estado do Paraná;
- Conhecer o processo de criação das Escolas Técnicas agrícolas do Estado do Paraná.
- Levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias acerca da criação e instalação das escolas técnicas paranaenses no período de 1900 a 1950.

O presente estudo foi organizado em três capítulos⁸. No primeiro, buscou-se entender como se apresentava a organização da sociedade brasileira no período de transição do século XIX para o século XX, o desenvolvimento econômico e social no Brasil e estudar o processo de constituição do Ensino técnico na Primeira República. No Paraná, apresentam-se as mudanças sociais e econômicas no cenário paranaense, o desenvolvimento da sua economia, incentivo à industrialização, à imigração e à urbanização. Acontecimentos que determinaram a demanda pela oferta da formação profissional para a classe trabalhadora culminando na criação das escolas técnicas no Estado do Paraná.

O segundo capítulo apresenta como se encontrava o desenvolvimento comercial e urbano no Estado do Paraná nas primeiras décadas do século XX, a questão da preparação do trabalhador, seguindo as demandas do capital, momento em que o Estado passou a oferecer o ensino profissional para qualificar o trabalhador do setor urbano e atender a necessidade da indústria e do comércio em expansão. À educação foi atribuída a responsabilidade de formar o homem civilizado

⁸ Organizamos a estrutura do presente estudo, contemplando a periodização apresentada por Saviani (2004), que compreende a segunda etapa da história da escola pública propriamente dita. Assim sendo, o primeiro e segundo capítulos deste estudo se inserem no primeiro período (1890-1931), momento em que ocorreram as transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais no contexto brasileiro. Houve, nesse período, a criação das escolas primárias, conduzidas pelo ideário republicano. O terceiro capítulo se insere no segundo período (1931-1961), momento em que foi elaborada a regulamentação em nível nacional das escolas superiores, primárias e secundárias, aliado ao crescente ideário pedagógico renovador e às reformas Francisco Campos, complementadas pela Reforma Gustavo Capanema (SAVIANI, 2004). Periodização utilizada para melhor elucidar o contexto sócio-histórico em que foram criadas e instaladas as escolas técnicas no Paraná.

que contribuísse com o progresso da nação. Ação que direcionou a criação dos Institutos Comerciais e escola técnica para o trabalho no comércio e a instalação da Escola de Aprendizes Artífices para formar o trabalhador das indústrias a qual atendia as crianças órfãs e abandonadas.

No terceiro capítulo, apresenta-se o interesse do governo paranaense no que concerne ao desenvolvimento da economia agrícola, seu incentivo para a expansão da agricultura por meio do domínio das novas técnicas em substituição das formas tradicionais de produção pelo uso das máquinas e insumos agrícolas na agricultura. Fato este que levou o Estado do Paraná a preparar o trabalhador rural. Para atender esta demanda, foram criadas, dez escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pesca⁹, já citadas acima, as quais ofereceram o ensino primário e profissional, porém de cunho assistencialista; essas instituições acabaram por ser depósito de crianças órfãs, força de trabalho disponível para o Estado em atender à demanda do capital.

Nas considerações finais retoma-se a questão inicial apresentando os elementos que determinaram a criação e instalação das escolas técnicas no Paraná, as necessidades que estas escolas vieram responder, oferecendo o ensino manual e a preparação para o trabalho.

⁹ Quadro1: Levantamento das escolas técnicas criadas no Paraná período de 1900 a 1950 (p.17).

CAPÍTULO I

O ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL REPUBLICANO

A Revolução Industrial que ocorria na Europa e nos Estados Unidos e a disseminação do capitalismo exigiam novos consumidores para a consolidação do novo sistema. A Inglaterra, em seu auge de produção, avançou nas navegações e na busca da conquista de novos comércios. O Brasil, dependente economicamente da Inglaterra, foi forçado a tomar iniciativa para o rompimento do sistema escravista brasileiro (PRADO JUNIOR, 2008).

Ao findar o século XIX, o Brasil passou por diferentes transformações em sua estrutura econômica, política e social. O Brasil, no final do século XIX e início do século XX passou por profundas transformações, entre estas, pontua-se a mudança da mão de obra escravista para a assalariada: que se deu na transição da Monarquia para a República.

A proclamação da República é o resultado, portanto de profundas transformações que se vinham operando no país. A decadência das oligarquias tradicionais, ligadas à terra, a Abolição, a imigração, o processo de industrialização e urbanização, o antagonismo entre zonas produtoras, a campanha pela federação contribuíram para minar o edifício monárquico e para deflagrar a subversão. Os setores mais progressistas, eliminando o trabalho escravo, esposando relações capitalistas de produção, ansiando por reformas, opunham-se aos setores estacionários e retrógrados que apoiavam a Monarquia e eram apoiados por ela (COSTA, 1999, p. 451-452).

A implantação do regime republicano não acarretou, de início, para a sociedade brasileira, alterações imediatas. Portanto, falar da última década do século XIX, mesmo já imerso no novo regime, é falar ainda do final do Império, pois ao ser implantada a República não ficaram para trás e não deixaram de existir todas as complexidades sociais e econômicas existentes naquele período. Embora tenha passado por essas transformações, o Brasil manteve seu caráter principal e secular: a economia agrária.

Fatores internos e externos impulsionaram essas alterações na estrutura social, política e econômica brasileira. Como fator interno, a luta abolicionista que pretendia implementar o trabalho assalariado, pois este não se instaurava se permanecesse o regime escravista; a necessidade de modernas técnicas para o desenvolvimento do processo da produção do café no Brasil; a eletricidade; o

transporte ferroviário e a imigração como força de trabalho contribuiriam para com o crescimento da economia brasileira.

A Constituição Brasileira¹⁰, elaborada na nova organização sócio-política do país, pautava-se no regime presidencialista, sistema federativo, descentralização e autonomia política das províncias e a elevação à categoria de estados. Na defesa da liberdade dos indivíduos, os republicanos proferiam seus discursos em favor da instrução do povo, da organização de um Estado que lutasse pelos interesses da população, vistos pelo novo regime como cidadãos, além de uma reforma eleitoral para fazer do país uma nação (SEVCENKO, 1998).

Diante da alteração social, com base no trabalho assalariado, no capital e no lucro, foi necessário formar o mercado de força de trabalho. Neste contexto, o ex-escravo e o imigrante continuaram a formar a força de trabalho necessária para o novo sistema econômico:

[...] o imigrante e o escravo são vistos como trabalhadores, isto é, produtores de valor. Em particular, a imigração e a abolição aparecem como manifestações do processo mais amplo de formação do mercado de mão-de-obra baseado no trabalhador livre (IANNI, 1972, p. 5).

Um país que almejava o progresso deveria camuflar a característica escravista diante do modelo de europeização idealizado pelos republicanos para sociedade brasileira. O discurso dos governantes em favor da imigração, visando trazer força de trabalho qualificada, foi uma tentativa de branquear a nação e esconder a realidade do país com a maioria da população negra, escravizada por mais de trezentos anos. O imigrante europeu foi escolhido como modelo para o Brasil que emergia enquanto nação.

[...] E o trabalhador nacional, composto na sua esmagadora maioria, de negros e ex-escravos ou mulatos, foi sendo expulso, a medida que chegavam as ondas sucessivas de imigrantes, do centro para a periferia do sistema de produção que se formava (MOURA, 1983, p. 42).

Pelo incentivo da entrada de imigrantes, tentou-se afirmar que, quanto maior fosse a percentagem da população branca no Brasil, civilizada seria a nação

¹⁰ Refere-se à Constituição de 1891.

brasileira que se projetava em construir. Ação que segregou o negro e atribuiu a este a marginalidade, a delinquência e a inferioridade. O ex-escravo, ao invés de ser inserido na nova sociedade projetada pelos republicanos, foi substituído pelo imigrante no mercado de trabalho (MOURA, 1983).

A entrada dos imigrantes¹¹ no início da Primeira República mudou a característica econômica e social brasileira. Embora, quase em sua totalidade direcionada para o cultivo do café, algumas famílias de imigrantes se instalaram em núcleos coloniais, organizando-se em pequenas propriedades. Os que se instalaram nos núcleos urbanos dedicaram-se à manufatura, ao comércio, ao artesanato e aos pequenos serviços (COSTA, 1999).

A imigração para o Brasil foi incentivada pelo governo, particularmente como substituição da mão-de-obra escrava [...]. Um número menor de imigrantes foi estabelecido como pequenos proprietários nos núcleos coloniais etnicamente homogêneos, em especial nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo (NASCIMENTO, 2004, p. 41).

O Brasil, conduzido pelo interesse de povoar para assegurar o território e implantar novas técnicas na lavoura, desenvolveu um programa de incentivo à imigração. Para este fim, o governo propôs auxílio no transporte àqueles que se destinavam à lavoura e à indústria, ou ainda às colônias ou núcleos particulares, além de hospedagem para facilitar a escolha dos locais em que iriam habitar.

Nesse momento, o país apresentava dificuldades no acesso entre as regiões e isso dificultava o transporte e o comércio entre as localidades no final do século XIX e início do XX. O escoamento da produção agrícola contava com um sistema rudimentar, a demora no tempo do transporte, devido à má conservação ou à inexistência de estradas, ocasionava prejuízo na qualidade dos produtos, a distância gerava limitações para realizar a compra e a venda das mercadorias. Cada região permanecia fechada em si mesma; o que mantinha uma economia de subsistência, característica que impossibilitava o acesso entre as regiões e a expansão do comércio (COSTA, 1998).

¹¹ Manuel Diégues Júnior apresenta três fases da imigração no Brasil. A primeira compreende o período de 1808 a 1850, iniciou-se com a abertura dos portos; a segunda fase inclui o período de 1850 a 1888 influenciada pela extinção do tráfico de escravos e aumento do fluxo migratório; a terceira fase começou em 1888, com a abolição da escravatura e acontece até os dias atuais (DIÉGUES, 1980).

Com o advento do café, a economia deu um salto em relação ao desenvolvimento social e econômico no século XX. A alta no preço do produto no mercado externo, bem como a facilidade em sua produção fez com que novos fatores se desencadeassem, dentro do contexto brasileiro, e novas atitudes fossem tomadas para facilitar e expandir a produção e a circulação do produto, gerando mudanças nos diferentes setores brasileiros, entre estes o sistema viário (PRADO JUNIOR, 2008).

A construção de rodovias e ferrovias tornou-se a possibilidade para o Brasil entrar em sua fase de modernização econômica. As estradas de ferro, ligando os centros de produção às cidades portuárias, o uso do navio a vapor facilitaram o comércio interno de mercadorias e externo do café. O aumento da margem de lucro possibilitou investimentos na agricultura e na indústria, bem como o fluxo de pessoas e de mercadorias para o comércio. “Esse surto ferroviário modificou, fundamentalmente, as condições de transporte das regiões cafeeiras e repercutiu, profundamente, na economia” (COSTA, 1998, p.222).

Assim, expandiu a plantação e o comércio do café, e alargaram-se as possibilidades do comércio e dos financiamentos bancários; acontecimentos estes que deram perspectivas ao investimento, inclusive na indústria. Aconteceu de forma gradativa: “[...] a transformação do capital cafeeiro em capital industrial” (CANO, 1983, 144).

A indústria tinha como característica a atividade complementar¹² para atender a economia exportadora dos produtos primários e as manufatureiras¹³, ela surgiu no mesmo período e com os mesmos objetivos, complementar o mercado importador ou atender o pequeno consumo interno:

É o caso das indústrias de embalagem, de montagem, de terminação, que permitem consideráveis economias de transporte seguro, bem como a adaptação de certos produtos a condições específicas locais. [...] (FURTADO, 1982, p. 16).

Nesse sentido, a indústria no Brasil teve relevância no setor econômico somente no início do novo século, anterior a esse momento: “[...] a industrialização

¹² Atividades complementares: Dizem-se do tratamento superficial exigido por produto como o café, o algodão, o açúcar para a exportação. Cf. FURTADO, 1982, p. 16.

¹³ Manufatura: Sistema de produção em cooperação fundada na divisão do trabalho. “[...] diversas operações especializadas; cada operação se cristaliza em função exclusiva de um trabalhador e a sua totalidade é executada pela união desses trabalhadores parciais”. (MARX, 2011, p. 393).

não chegou a afetar profundamente as estruturas sócio-econômicas do país; seus efeitos mais profundos se fariam sentir no século XX” (COSTA, 1979, p. 200). Mesmo com a presença da indústria, a economia brasileira permaneceu de caráter rural.

Paralelo à ênfase na agricultura, ocorreu o incremento da indústria no início do século XX. Os fatores econômicos possibilitaram o estreitamento das relações entre agricultura e indústria. A fabricação de produtos e máquinas para uso na agricultura interligou o setor industrial e agrícola, iniciando uma relação de dependência entre setor primário, industrial e financeiro (PADIS, 1981).

O alargamento industrial propiciou o crescimento das cidades, influenciado pelo afluxo de imigrantes europeus que entraram no Brasil. As ondas de imigrações que aqui chegaram até início do século XX se dirigiram a diferentes regiões do país e ocuparam maciçamente o Centro-Sul e Leste. O Estado de São Paulo ocupou a preferência dos estrangeiros que chegaram ao Brasil e, cerca de 52,4% (FAUSTO, 2001) destes, se instalaram em São Paulo: “[...] esta preferência se explica pelas facilidades concedidas pelo Estado (passagens, alojamento) e pelas oportunidades de trabalho abertas por uma economia em expansão” (FAUSTO, 2001, p. 156, grifos do autor).

As dificuldades encontradas pelos imigrantes na agricultura se deram devido às terras pouco férteis em que foram instalados os imigrantes, as dificuldades de escoamento dos produtos cultivados e a distância dos centros urbanos. A saída de imigrantes das atividades agrícolas levou-os aos centros urbanos, onde se dedicaram aos diferentes tipos de ocupações no comércio, nas indústrias e profissões liberais. Isso fez com que o Estado de São Paulo se destacasse ainda mais em seu desenvolvimento econômico e industrial frente às demais regiões do Brasil (FAUSTO, 2001).

As condições dadas pelo espaço urbano para expansão da indústria se deram pelo fato desta concentrar alguns fatores propícios para seu desenvolvimento: como os meios de transporte; agências bancárias e energia elétrica. O consumo e, conseqüentemente, o aquecimento do comércio, foram primordiais para o incremento industrial (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Embora tenha mudado o regime, continuaram as mesmas pessoas no poder. Estes brasileiros, pautados nos ideais da filosofia liberal do modelo europeu,

“[...] importaram princípios e fórmulas políticas, mas as ajustaram às suas próprias necessidades” (COSTA, 1999, p. 132).

Desse modo, comerciantes e fazendeiros organizaram-se nas cidades que apresentavam maior avanço econômico: em destaque, São Paulo e Rio de Janeiro, onde os primeiros investiram em terras, e os segundos investiram no comércio, os quais lutavam pelo desenvolvimento da economia industrial, que propiciou o surgimento dos empresários industriais. Era a luta da substituição da oligarquia de linhagem pela oligarquia do capital, emergindo nesse contexto a burguesia¹⁴ empresarial (COSTA, 1999).

O Brasil, nesse período, era dependente dos financiamentos estrangeiros, principalmente da Inglaterra, que investia em companhias de seguro, estradas de ferro, organização bancária, no comércio portuário e nas primeiras fábricas de bens de consumo não duráveis. Esses investimentos possibilitaram condições para que os lucros obtidos pelos produtores de café fossem direcionados para a indústria. Com isso se desenvolveu o setor industrial e, junto dele, a organização dos empresários (HARDMAN; LEONARDI, 1982).

Os republicanos convencidos pelas mudanças econômicas no exterior, pelos resultados que a indústria mostrava para o desenvolvimento socioeconômico, impregnados pela inspiração positivista científica de sociedade que defendia uma sociedade industrial, se empenharam em defender estes ideais para o Brasil, “[...] baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas, emanadas da Europa e dos Estados Unidos” (SEVCENKO, 1998, p. 14).

O que se pretendeu, com a modificação política do país, foi atender ao desenvolvimento da economia em mudanças, na qual se objetivava a formação do mercado interno. Isso se deu mediante a junção de interesses permeados pelo novo ciclo do desenvolvimento econômico e social e das relações capitalistas que se

¹⁴A formação da classe burguesa consiste na forma que ocorre a organização das relações de produção, ou do modo de produção na sociedade capitalista. Incide na relação entre o trabalhador - operário, o proprietário da força de trabalho e o proprietário dos meios de produção o burguês, o não trabalhador. Esta relação acontece por meio da compra e venda da força de trabalho entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção pautados numa relação de exploradores e explorados. Nestas condições, “O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho (MARX, 2011, p. 219). Esta relação entre capitalista e trabalhador é sustentada pelo Estado Burguês que cria condições de convencimentos por meios ideológicos para que este sistema se reproduza sem ser percebido pelo trabalhador expropriado de seu trabalho; acontece a dissolução da consciência de classe social por meio do discurso de igualdade e da formação da nação. Há, ainda entre esses grupos, uma decomposição denominada de fração de classe; são vistos como subgrupos e correspondem a uma decomposição de classe, a exemplo da burguesia que pode ser vista como burguesia industrial, comercial e financeira, definidas como subgrupos; esta depende de sua relação direta ou indireta com a produção (SAES, 1985).

estabeleciam no Brasil, justificado pelo discurso de modernização, o qual visava colocar o Brasil nos moldes dos países desenvolvidos. As mudanças almejadas pelos representantes do setor econômico, os quais compunham as modificações políticas no país, se ocupavam somente em alcançar “[...] as modificações institucionais necessárias à sua ascensão ao poder e à realização de uma política econômica e administrativa propícia aos seus interesses (COSTA, 1999, p. 488).

Assim, o progresso consistia em abrir as portas para o desenvolvimento da economia, transformar a característica agroexportadora, substituída pela indústria, pelo consumo e pelos novos investidores internacionais que aqui se instalavam. Um país civilizado correspondia em ter um governo estável com administração organizada, eficiente e ainda “[...] incluir a ideia de sociedade industrial como sendo parte componente do conceito de civilização” (CARVALHO, 2007, p. 381).

Era necessário organizar e manter a ordem da sociedade, promover o desenvolvimento econômico do Brasil e superar o atraso representado pelo antigo regime. Dessa maneira, se pretendeu formar a nação civilizada. Com os propósitos de alcançar esse fim, a educação devia ser a redenção da sociedade, promotora da transformação do homem e reconfigurar o conceito de trabalho manual presente na sociedade; necessidade exigida diante do almejado progresso republicano “[...] e o caminho desta solução emancipatória e integradora seria pela educação como verdadeira finalidade do regime republicano” (CURY, 2001, p. 35).

Houve o propósito de formar o novo homem. Este discurso era dirigido ao trabalhador braçal, o ex-escravo; enfim, os proletários, os quais deviam ser “libertos” de sua ignorância pelo ensino profissional. Ao receber instrução, este elevava sua capacidade de produção, se tornava um cidadão em condições de acesso aos bens materiais. A educação foi vista como “[...] único instrumento capaz de estabelecer a igualdade na sociedade proposta pelos republicanos” (SALLES, 1986, p. 126).

A noção de trabalho na perspectiva dos republicanos assumiu o papel de construtor do progresso e da nação. A formação profissional do trabalhador livre, como protagonista nesta “nova sociedade” civilizada, era essencial; da educação se esperava e era atribuído um caráter redentor individual e coletivo.

As modificações ocorridas nas relações de produção na sociedade brasileira ocasionaram a reelaboração da noção de trabalho manual. Diante da emergência de formar o trabalhador, por meio do discurso liberal, se formulou o convencimento de

uma sociedade feita de homens “livres”¹⁵. Este novo homem encobriria o preconceito apregoadado historicamente ao trabalho manual¹⁶. Nesta nova sociedade, o trabalhador “[...] representava o *novo tempo*, o *progresso* e a *civilização* [...]” (SALLES, 1986, p. 118, grifos do autor).

Uma sociedade industrializada era o modelo almejado pelos republicanos. Era este o momento para inserir o Brasil com suas matérias-primas na economia mundial e investir em novas fontes de riqueza previstas pelo comércio interno. Para atender a esta finalidade, uma das primeiras medidas dos republicanos foi a abertura da economia aos investimentos estrangeiros. “A ideia das novas elites era promover uma industrialização imediata e a modernização do país ‘a todo custo’” (SEVCENKO, 1998, p. 15, grifos do autor). A indústria se fez acreditada pelo novo regime que via neste setor o elemento necessário para alcançar o desejado progresso.

O discurso dos republicanos era pautado no processo de industrialização, na modernidade, na diversificação da economia, na educação como ferramenta de um novo sistema e na escola como instrumento de formação do trabalhador. Assim, tratava-se de um discurso inovador, mas apenas o discurso era inovador, visto que a prática e a ideologia, no que tange à formação dos desfavorecidos economicamente, permaneceram as mesmas do Império. Embora o desenvolvimento da indústria no Brasil, refletiu na necessidade de se oferecer o ensino profissional com o objetivo de formação e preparação do trabalhador para a indústria nascente, essas instituições de ensino profissional surgiram primeiramente para atender os órfãos e desvalidos.

¹⁵ O homem Livre enquanto conceito liberal se refere à liberdade política, intelectual e de consciência, liberdade econômica em possuir e usufruir da propriedade (BOBBIO, 1998).

¹⁶ A depreciação do trabalho manual era uma das concepções adquiridas desde a colonização. A atividade artesanal e manufatureira não era exercida pelo trabalhador livre nem pela classe dominante. Rejeição esta que acontecia para confirmar a posição social dos abastados economicamente. O trabalho que se exercia, na visão destes, possibilitava a confirmação da classe a que pertenciam (CUNHA, 2000). “Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastavam a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos, como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões, etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo. Ou seja: homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social” (CUNHA, 2000, p. 2).

1.1 As características do Ensino Profissional no Brasil: do Asilo à Escola Técnica

O ensino de ofícios surgiu originalmente com a divisão social do trabalho que, ao formar grupos homogêneos na sociedade, de pessoas e instituições, deu origem às corporações de ofício. Estas foram criadas para satisfazer às necessidades que passaram a existir com as mudanças dos processos produtivos e das variações das funções postas pelo mesmo processo em determinado momento da história da humanidade. O termo ofício,

[...] era empregado em três sentidos. No sentido mais restrito, o ofício era o conjunto das práticas definidoras de uma profissão (o ofício de carpintaria de casa, por exemplo). Em sentido mais amplo, o ofício designava o conjunto de praticantes de uma mesma profissão (todos os carpinteiros de casa, por exemplo). Em sentido ainda mais amplo, finalmente, o termo ofício era sinônimo de *corporação*, abrangendo mais de um ofício-profissão (os carpinteiros de casa estavam na mesma corporação dos pedreiros, dos canteiros, dos ladrilheiros e dos violeiros (CUNHA, 2000, p. 42).

O ensino de ofício se deu pela necessidade de “[...] controle, de defesa e de preservação social, nas diferentes formações sociais (MANFREDI, 2002, p. 39). Esse ensino preparava os aprendizes para manufatura, o artesanato e a indústria que ocorria. Primeiramente ocorria de forma não sistematizada. A aprendizagem acontecia por meio da experiência do aprendiz com a atividade, ao realizar pequenas tarefas acompanhando o mestre de ofícios em sua própria oficina¹⁷. (CUNHA, 2000).

Aprender um ofício era dominar um determinado conjunto de práticas que habilitava o indivíduo a exercer uma profissão, como o carpinteiro, ferreiro entre outras atividades manuais do período. O domínio de ofício fazia do trabalhador membro de um grupo de profissionais que os identificava socialmente, fazendo-os pertencer a uma corporação de trabalhadores que dominavam determinadas técnicas na sociedade e os distinguia dos demais trabalhadores braçais. Era o

¹⁷ Para maior entendimento sobre corporações de ofícios e o ensino de ofícios, ler: CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

ensino de atividades manuais, reservado a pessoas desfavorecidas socialmente; preparava-as para um ofício e as inseria no sistema de produção (CUNHA, 2000)¹⁸.

As escolas de ofícios no Brasil¹⁹ foram criadas para dar conta das crianças que perambulavam sem rumo pelas ruas, as chamadas “crianças desvalidas”. Cunha (2000) define como “crianças desvalidas” os meninos que se encontravam em desamparo, que tinham idade “[...] entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para frequentar escolas comuns, viviam na mendicância” (CUNHA, 2000, p. 4).

Diante da situação de abandono, pelo viés do assistencialismo, as escolas de ofícios, eram destinadas para atender os órfãos, miseráveis e delinquentes que se encontravam na condição de desvalidos economicamente, visando torná-los úteis ao contexto econômico e social que já necessitava de força de trabalho. “Esses meninos eram encaminhados pela autoridade policial ao asilo onde recebiam instrução primária e aprendiam os ofícios” (CUNHA, 2000, p. 4).

A assistência aos pobres acontecia por meio da caridade e realizada por instituição religiosa: “[...] o pobre era propriedade exclusiva da Igreja Católica” (PEREIRA, 1993, p. 7). Após a República, a filantropia assumiu a proteção da infância desvalida, substituindo a caridade, com ares de ciência e finalidade de organização social²⁰.

Fundamentada pela ciência, à filantropia atribui-se a tarefa de organizar a assistência no sentido de direcioná-la às novas exigências sociais, políticas, econômicas e morais, que nascem juntamente com a República [...] (RIZZINI, 1990 p. 80).

Os meninos desvalidos da sorte de se ter um lar e uma família eram destinados para receber a aprendizagem de um ofício: “Os aprendizes deviam ser,

¹⁸ “Esse processo de aprendizagem foi o ponto marcante para a institucionalização do ensino profissional no Brasil que aconteceu posterior à chegada da Família Real ao Brasil. A transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro, em 1808, deu ao Brasil status de nação soberana, extinguindo-se as trocas econômicas que caracterizavam as relações Metrópole-Colônia. Com isso, iniciou-se o processo de formação do Estado nacional gerando, em seu bojo, o aparelho educacional escolar, que persistiu durante um século e meio, basicamente com a mesma estrutura” (CUNHA, 2000, p. 59).

¹⁹ Para um maior aprofundamento, ver: FONSECA, C. S. da F. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI, 1986 a. Vol. 1.

²⁰ Sobre esta questão, ler: PEREIRA, Tânia da Silva. **Infância e adolescência: uma visão histórica de sua proteção social e jurídica no Brasil**. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/208.htm>.; RIZZINI, Irma. in “**A Assistência à infância na passagem para o século XX** - da repressão à reeducação, publicado na Revista Fórum Educacional 02/90 da Fundação Getúlio Vargas, p. 80.

necessariamente, órfãos, indigentes, expostos da Santa Casa de Misericórdia²¹ ou filhos de pais reconhecidamente pobres [...]” (CUNHA, 2000, p. 111). O problema social que se apresentou nas crianças órfãs e filhos dos pobres se tornou força de trabalho:

A primeira fonte foram as crianças e os jovens que não eram capazes de opor resistência à aprendizagem compulsória de ofícios vis: os órfãos, os largados nas “casas da roda”, os delinquentes presos e outros miseráveis. A segunda fonte foi a própria imigração de mestres e operários europeus, a quem se recorria por causa da insuficiência da primeira fonte (CUNHA, 2000, p. 81).

O modelo de formação das escolas de ofícios teve sua estrutura composta de formação estritamente direcionada para uma profissão; para esta finalidade, se planejou um currículo²² que respondesse aos interesses de uma formação utilitária, conforme as necessidades do momento. Diante da realidade desses meninos desvalidos, criaram-se as escolas de ofícios com o intuito de oferecer uma educação manufatureira, ensino que encaminhava tanto ao trabalho artesanal como para a produção industrial (CUNHA, 2000).

É o caso de processos educacionais orientados tanto para o trabalho artesanal quanto para a produção industrial, ainda que insipiente. [...] ao ministrarem um ensino orientado tanto para atividades artesanais, como a sapataria; e industriais, como a tornearia mecânica. A serralheria é outro ofício cujo ensino poderia servir tanto a umas quanto a outras formas de organização da produção (CUNHA, 2000, p. 3).

Para que estes meninos fossem admitidos nas escolas, criadas para este fim, eram elencados alguns critérios para a matrícula. Tinha-se como condição para aceitação:

[...] com idade entre 7 e 12 anos, com as condições de serem brasileiros natos e de constituição robusta. Mas não bastavam essas condições; era necessário que o efetivo fosse preenchido com órfãos, ou desvalidos

²¹ Casa de Misericórdia: Esta instituição existia para dar assistência aos órfãos, chamada também de Casa dos Expostos. “Eram consideradas expostas as crianças que não tinham filiação reconhecida. Em geral, eram abandonadas nas igrejas, nas residências de pessoas de prestígio, nas casas de parentes ou simplesmente deixadas nas ruas [...]”. GANDELMAN, Luciana Mendes. **A santa casa da misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400006,2001.

²² A organização do ensino do Asilo compreendia a aprendizagem de instrução primária do 1º e 2º grau, com o ensino de álgebra elementar, geometria, escultura, desenho, música vocal e instrumental, artes, tipográfica e litográfica e os ofícios de surrador, correeiro, sapateiro, carpinteiro, entalhador, torneiro, marceneiro, serralheiro, ferreiro, funileiro, alfaiate (FONSECA, 1986).

remetidos pelas autoridades competentes e com os filhos das pessoas, que por sua pobreza, não tivessem meios de os alimentar e educar (CUNHA, 2000, p. 112).

O ensino profissional não se constituiu de outra forma, senão a de uma instituição de amparo às crianças que se encontravam sem condições de sobrevivência, bem como à formação para a força de trabalho que emergiu na sociedade, diante das alterações nesta ocorridas. O modelo de Ensino Profissional, adotado na Primeira República, foi similar ao praticado no regime anterior; apesar da substituição do sistema político, acompanhado pelo discurso de mudanças e inovações, continuou com a mesma finalidade. O ensino de ofícios na república visou apenas à preparação para o trabalho braçal, o ensino literário era direcionado à elite, e o ensino profissional “[...] visava ao preparo do trabalhador manual, que era tida como vil²³” (FONSECA, 1986, p. 160).

Pretendeu-se, com essas instituições, propiciar uma formação que atendesse à determinada classe da sociedade. A educação profissional foi destinada às classes pobres e visou à educação moral e cívica; tinha em vista preparar os desvalidos para o trabalho. A institucionalização das escolas profissionais, no período republicano, não teve caráter educacional, mas, sim, o cunho assistencial, disciplinador, moralizante pelo trabalho (NAGLE, 1990, p. 275).

O ensino profissional delineou o perfil do aluno às instituições criadas. A formação que se planejou foi habilitar o trabalhador disponível no início da industrialização. Foram criadas novas instituições escolares com a mesma ideologia das escolas de ofícios, para a classe trabalhadora disponível à indústria emergente.

A escola técnico-profissional mantém, durante a Primeira República, as mesmas características que apresentava no Império. Continuam a mesma linguagem e os mesmos propósitos que sempre influenciaram o desenvolvimento desse ramo da educação. Como antes, a escola técnico-profissional continua a ser organizada com o objetivo expresso de atender às “classes populares” às “classes pobres”, aos “meninos desvalidos”, “órfãos”, “abandonados”, “desfavorecidos da fortuna”. Apresenta-se menos como um programa propriamente educacional e mais como um plano assistencial para atender aos “necessitados da misericórdia pública”. O seu objetivo inequívoco é o da regeneração para o trabalho (NAGLE, 1990, p. 273, grifos do autor).

²³ Trabalho vil: reles, ordinário, miserável, insignificante, desprezível, infame. Trabalho manual tido como coisa de escravo, preconceito contra o trabalho manual. Cf: CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**, 2000.

A educação profissional foi incumbida pela classe dominante de preparar o contingente de pessoas para sustentar o sistema capitalista, cuja sociedade se apresentava dividida entre os proprietários e não proprietários, ou seja, aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que só lhes resta vender sua força para sobreviver.

Por meio da educação, se pensou em uma formação que respondesse às necessidades da sociedade capitalista e, se tratando de um ensino para os desprovidos dos bens materiais, a formação para trabalho foi tida como solução. Sob esta ótica, a educação passou a ser vista como:

[...] (educação para suprir o “mercado de trabalho”, educação para aperfeiçoamento da sociedade, etc.) seu embasamento fundamental localiza-se na crença, na eficácia da solução educacional para os problemas econômico-social (ROSSI, 1978, p. 62, grifos do autor).

A característica de uma escola com o ensino profissional²⁴ direcionado à formação para o trabalho, fugindo do cunho assistencial, aconteceu com o desenvolvimento da industrialização, e da modernização que visou à educação profissional como formação da força de trabalho necessária para as indústrias.

Este modelo de ensino técnico se efetivou e se desenvolveu de maneira definida a partir da década de 1930. Com o aprimoramento das técnicas de produção, nas indústrias e na agricultura, foi necessária que a preparação do trabalhador acompanhasse essas modificações. Situação que levou “[...] a própria pedagogia liberal a rever sua postura em relação à educação dos trabalhadores (não mais alfabetizar apenas, mas educar e disciplinar para o trabalho) [...]” (NORONHA, 2009, p. 163, grifos do autor).

A educação sofreu alterações; passou pela necessidade de aperfeiçoamentos com dupla finalidade: a formação do trabalhador para as novas demandas do mercado e disciplinar este indivíduo para as redefinições do capital

²⁴ Este modelo de ensino se consolidou com a Constituição de 1937, que restringiu os menos favorecidos economicamente de ter acesso a outro tipo de ensino que não o profissional. Consolidou-se a dualidade de ensino brasileira, a separação entre as classes burguesas e a classe trabalhadora e uma formação diferenciada entre os mesmos. Concretizou-se o ideário liberal republicano de educação de sociedade brasileira capitalista.

que exigia trabalhador qualificado para o domínio das máquinas. Conhecimentos imprescindíveis para realização de tarefa na indústria e na agricultura.

O capitalismo, notadamente o capitalismo industrial, engendra a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas cada vez mais numerosas, seja pelas exigências da própria produção, seja pelas necessidades do consumo que essa produção acarreta (ROMANELLI, 1994, p. 59).

Diante do crescimento econômico nacional, da exigência em dominar novas técnicas nos diferentes setores industriais, comerciais e agrícolas, foram criadas, no decorrer do século XX, instituições de ensino profissional para dar conta das novas demandas do capital. Instituições educacionais que, caracteristicamente eram apresentadas pelo governo como avanço no ensino oferecido, por outro lado, mantinham a ordem de separação das classes sociais.

O ensino superior era destinado à pequena parcela da população. Formava bacharéis e doutores que ocupavam os postos políticos e administrativos do país, ocasionando uma separação entre as classes:

[...] de um lado, uma minoria de homens altamente instruídos, vivendo uma vida intelectual intensa e divorciada das duras realidades nacionais, e de outro, enorme massa de povo analfabeto, ou quase, arcando com as tarefas pesadas dos trabalhos humildes (FONSECA, 1961, v.1, p.148).

Para a maioria da população brasileira, desprestigiada economicamente, era proporcionada apenas a formação elementar²⁵, limitada ao ensino da leitura, da escrita e do cálculo, bem como o ensino artesanal e manufatureiro, destinado aos órfãos, desvalidos e abandonados, encaminhados a instituições de ensino profissional, denominadas também de asilos que, ao mesmo tempo, amparavam os órfãos e cuidavam da formação para o trabalho, ensinando uma atividade manual como marceneiro, funileiro, sapateiro (CUNHA, 2000).

O ensino oferecido separava a formação brasileira²⁶: um visava à educação intelectualizada, livresca, da elite e oferecida para poucos, outro, o ensino profissional para dar conta do trabalho manual, direcionado àqueles que

²⁵ O ensino elementar refere-se aos primeiros quatro anos do ensino fundamental, denominado ainda no período de ensino primário.

²⁶ O mencionado período compreende a segunda etapa da história da educação pública no Brasil (1890-1930), corresponde à história da escola pública propriamente dita e à criação das escolas primárias, estimulada pelos ideais republicanos no Brasil. (SAVIANI, 2004).

necessitavam ingressar no mercado de trabalho urgentemente, devido às condições materiais. Houve a necessidade de preparar o indivíduo para que, por meio do trabalho, dominasse os conhecimentos mínimos para operar as novas técnicas que surgiam. Uma educação capaz de propiciar o desenvolvimento das potencialidades do trabalhador e colocá-lo sob as condições do sistema capitalista (SAVIANI, 2004). O Paraná, não alheio às mudanças econômico-sociais no período, sofreu influência do desenvolvimento da economia que se buscava para a sociedade brasileira.

1.2 O cenário paranaense

O Estado do Paraná, no final do século XIX e início do século XX, como os demais estados brasileiros, apresentava como elemento base de sua economia a agricultura. O avanço da economia se mostrou promissor, impulsionado pela exportação da erva-mate, pela chegada dos imigrantes, aumento populacional do setor urbano e pelo incremento das indústrias. Apresentava como elemento mais forte de sua economia a produção de erva-mate, produto este exclusivamente paranaense; era o principal artigo de exportação e perdurou até as primeiras décadas do século XX. Além da produção da erva-mate²⁷, a economia deste Estado contava também com a madeira e a pecuária na produção de sua riqueza:

[...] pode-se dizer que, de um modo geral, a economia paranaense estava alicerçada em três setores principais: mate, pecuária e madeira. O mate era, sem dúvida, o produto mais importante; os impostos providos de sua exportação representavam 21% do total da arrecadação [...] (SANTOS, 2001, p. 54).

A erva-mate movimentava as demais atividades dela dependentes e ocupava força de trabalho na sua produção extrativa, fabril e comercial. Sustentava ainda a indústria de transportes existentes no Estado do Paraná, criando uma dependência exclusiva do produto ao Estado, inclusive, sendo produto de exportação:

²⁷ Para saber mais: LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**, (1969). PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**, 1981.

E' este producto da industria extractiva, que constitue o principal e quasi unico artigo de exportação.[...] O seu consumo actual póde se calcular em cerca de cincoenta milhões de kilogramas com um valor de vinte milhões de francos. As republicas Argentina, Oriental do Uruguay e do Chile são os principais consumidores desse producto. (A GALERIA ILUSTRADA (1888-1889), 1979, p.67).

A economia paranaense, em desenvolvimento, mantinha-se no setor agrícola, sendo este predominante em todo o Estado. Evidenciando, assim, a prevalência populacional rural em detrimento da urbana, embora esta existisse no Paraná em aumento em termos de números de cidades fundadas e não de população urbana, pois de início: “As pequenas vilas que surgiram eram apenas um ponto de reunião dos produtores agrícolas. Pode-se dizer, em consequência, que no Paraná o setor primário foi fortemente urbanizador” (PADIS, 1981, p. 186).

Os imigrantes que assim chegavam ao Paraná²⁸ eram de origem polonesa, italiana, holandesa e alemã. Foram direcionados às cidades de Campo Largo, Curitiba, São José dos Pinhais, Rio Negro, Bocaiúva, Palmeira, Porto União, Guarapuava, Ipiranga, Prudentópolis, Irati, São Mateus e Castro. Constituíram colônias e núcleos agrícolas, explorando os mais variados produtos originários da região paranaense dos quais alguns pertenciam ao grande setor econômico e já mencionado anteriormente, extração do mate (NADALIN, 2001).

No entanto, nem todas as ocupações se direcionavam para as colônias agrícolas; nas cidades, essa população de imigrante tornou-se força de trabalho para as fábricas que floresciam, transformaram-se em proprietários de fábricas ou de oficinas, ou ainda profissionais liberais nas artes ou especialidades que dominavam (MARTINS, 1995).

No Paraná, o sistema de fazendas, pautado na grande propriedade, ao entrar em decadência, propiciou o estabelecimento de colônias de imigrantes, “[...] e a necessidade de pequenos proprietários produtores da lavoura de subsistência” (BALHANA; MACHADO; WESPHALEN, 1969 p. 154- 161). Isso favoreceu a instalação das pequenas propriedades rurais e contribuiu com a produção de gêneros alimentícios de forma considerável, conquistando sua parcela de participação no mercado de produção de alimentos no Estado.

²⁸ Referimo-nos a segunda fase de chegada de imigrantes no Brasil que compreende o período de 1850 a 1888 Diégues Júnior (1980).

Foram instaladas colônias de imigrantes, de forma mais significativa, nos arredores de Curitiba que, com a produção agrícola, criou-se um sistema de abastecimento, denominado “[...] cinturão verde em torno da capital” (SANTOS, 2001, p. 80). Ao imigrante foi delegada a função de colaborar com o desenvolvimento do Paraná, dentro de uma organização social pautada no trabalho livre, independente das condições oferecidas para que acontecesse o trabalho:

As autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fosse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural (BALHANA; MACHADO; WESPHALEN, 1969 p. 174).

Dessa forma, a força de trabalho dos imigrantes contribuiu para com o surgimento das atividades no comércio urbano e na indústria, trabalhando no beneficiamento e na produção industrial de erva-mate. Neste caso, a junção dos fatores mencionados: a erva-mate, a urbanização, a industrialização e a imigração consolidaram as relações de mercado no Paraná (NADALIN, 2001).

Com as mudanças socioeconômicas paranaenses surgiu a necessidade de atender à demanda emergente da sociedade quanto ao indivíduo preparado para as novas exigências atribuídas ao trabalhador. Delineou-se, nesse período, o ensino profissionalizante com o intuito de responder às necessidades da formação da força de trabalho num Estado com desejo de avanço na economia.

A situação da instrução pública no Paraná nesse período, embora tendo regulamento²⁹ aprovado e preocupações em relação a sua ampliação e modernização, era carente de recursos financeiros, físicos e pessoas qualificadas para que viesse a acontecer. A idealização, aprovação e reformulação de leis pautadas em modelos estrangeiros tornavam-se difícil ser executada, elaboravam-se os projetos, mas não se executavam na prática. Assim sendo, a educação no Paraná, apesar de passar por reformas e aprovação de regulamentos, “[...] permaneceu presa ao passado, caracterizando-se por um ensino restrito, basicamente voltado para os ensinamentos de ler, escrever e contar” (OLIVEIRA, 1994, p. 37).

²⁹ O Estado do Paraná teve seu Regulamento da Instrução Pública aprovado pelo Decreto n. 31 de 29 de janeiro de 1890. Fica em pleno vigor o Regulamento para a Instrução Pública deste Estado. Leis e Actos do Estado do Paraná, 1890 a 1892. Curitiba, Typ. da Penitenciária do Estado, 1911, p. 30-50.

Para atender à economia crescente, ao acelerado aumento urbano e à expansão do comércio, criaram-se no Paraná os Institutos Comerciais, a Escola Técnica de Comércio de Curitiba, a Escola de Aprendizes Artífices que abrigava as crianças desvalidas e formava para o trabalho na indústria, e as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores para a pesca e agricultura, elemento chave da economia paranaense. Todas ofereciam um ensino pragmático, com o domínio das técnicas do comércio, da indústria, da agricultura e da pesca.

CAPÍTULO II

AS ESCOLAS TÉCNICAS URBANAS NO PARANÁ

Nas primeiras décadas do século XX, o Estado do Paraná apresentava um setor comercial definido. Algumas cidades contavam com sistema bancário e casas de comércio, principalmente as que deveriam atender às classes mais abastadas economicamente. O Centro da cidade de Curitiba apresentava sua forma luxuosa, com características do estilo europeu, ostentando o poder dos barões do mate. Este foi o cenário que viabilizou a organização do ensino para o comércio no Estado do Paraná (BRANDÃO, 1994).

O comércio de Curitiba contava com fábricas de telhas e tijolos, fábricas de caixas e barricas para embalar e transportar a erva-mate, condicionada pelo uso da madeira, cervejarias, fábricas de alimentos e de fundições (CARVALHO, 2008). A grande atividade de criação de animais variou a fabricação de produtos, fez surgir o complexo frigorífico dos Matarazzo no Estado do Paraná (CARVALHO, 2008).

Os imigrantes que chegavam ao Paraná se instalavam nas zonas rurais, trabalhando na colheita e fabrico da erva-mate nas regiões mais distantes de Curitiba. Outros ainda se estabeleciam aos arredores da capital do Estado, bem como na cidade de Curitiba e passaram a trabalhar em fábricas ou como autônomos. A imigração chegou a Curitiba e influenciou a rotina da cidade, acrescentando a esta costumes que mudaram o cenário da capital.

Entre os imigrantes vindos ao Paraná, havia inúmeros artistas, intelectuais, professores e profissionais liberais, que exerceram grande influência na construção da sociedade e da identidade do curitibano (PROSSER, 2004, p. 40).

A capital do Paraná, neste contexto, contava com energia elétrica e bondes, ainda puxados por muare. A imprensa escrita circulava por meio de jornais e revista; no comércio, se destacava a Casa das Novidades na Rua Quinze de Novembro nº. 49, que tinha em seu acervo todo tipo de sortimento vindo da Europa, o que existia de moderno na época, “[...] suas vitrines eram o santuário dos artefatos maquínicos” (BRANDÃO, 1994, p. 34).

Em Curitiba, a burguesia sonhava com o modelo de civilização, de modas e de costumes. “Não queria apenas ver o mundo ‘civilizado’ da Europa, da América do Norte, ou de São Paulo, mas ser como ele, sentir-se Paris ou Nova Iorque” (BRANDÃO, 1994, p. 85, grifos do autor). Expressava, assim, seu desejo de urbanidade e de progresso na imitação dos modelos europeus de estilos de vida, costumes e modas, na tentativa de vencer os vínculos com as características rurais que permaneciam diante da modernidade que se trazia do exterior. O modelo europeu era vivenciado por poucos que tinham possibilidade de usufruir dos privilégios de visitar os países do exterior (BRANDÃO, 1994).

O incremento do mercado interno do Estado do Paraná e a ampliação da renda da população possibilitaram o alargamento das condições econômicas das pessoas que detinham os meios de produção; e, no comércio da erva-mate, sua fonte de renda. Oportunidade que abrangia poucas famílias de Curitiba, o que ocasionou o acúmulo de bens materiais e estilo de vida diferenciado do restante da população curitibana.

O consumo gerado pelo comércio da erva-mate e dos produtos agrícolas produzidos nos bairros próximos da cidade concretizou o comércio e a concentração da população urbana de Curitiba. Desse mercado, dependiam os artesãos, os que trabalhavam nas fábricas, quem tinham seu estabelecimento comercial, enfim, os que executavam uma atividade urbana no período.

O setor industrial se firmava diante da oferta da força de trabalho e do consumo gerado pelo contingente da população na cidade. Incentivado cada dia mais com a imigração e migração, intensificava-se com isso a urbanização. Nesse emaranhado de relações, de evolução, na crença e na busca do progresso, no consumo dos modismos copiados do modelo europeu, o capitalismo tomou forma como sistema econômico. Desenvolveu-se a economia, cresceu o comércio e aumentou a população. Neste cenário, o Estado tomou iniciativas para formar o trabalhador, criando escolas de ensino profissional para a classe operária.

Havia a necessidade de preparar um segmento da população para trabalhar no comércio, não só na capital Curitiba, como também nas cidades de maior intensidade comercial no Estado do Paraná. Das cidades que apresentavam uma expressiva população urbana, além de Curitiba, estava Paranaguá, Guarapuava,

Ponta Grossa e Castro, todas movimentadas pela economia agrícola, criação e comércio de animais³⁰.

O trabalho e a educação passaram a ocupar o lugar central na formação do indivíduo para formar uma nova ordem social, pautada na concepção de trabalho e educação, como meio para instauração do progresso. “[...] tratava-se de dar forma a um país amorfo, de transformar os habitantes em *povo*, de vitalizar o organismo nacional, de constituir a nação” (CARVALHO, 1989, p. 9). A educação passou a ser mostrada como essencial para que o indivíduo ascendesse socialmente e contribuísse com o processo de civilização do país.

Nesse período, a escola foi concebida como disseminadora dos ideais de sociedade livre, pelos republicanos; devia ser um meio apropriado e mais próximo da população. Portanto instrumento único para formar a massa diante dos rumos pretendidos na nova ordem política nacional. A instituição escolar, instrumento do Estado³¹, recebeu a função regeneradora e formadora que possibilitava o progresso da nação, progresso este que viria pelo trabalho (CARVALHO, 1989).

Neste contexto, as escolas profissionais constituíram o espaço apropriado para a disseminação dos ideais republicanos; por meio dessas instituições, poderia atingir os objetivos de forma mais eficiente de disciplinamento da força de trabalho e formar o operário nacional.

[...] ao assumir a Presidência da República, a 15 de novembro daquele ano de 1906, Afonso Pena dissera em seu manifesto: “A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (FONSECA, 1986, p. 172, grifos do autor).

³⁰ Essas cidades surgiram no século XVIII. Com a passagem dos tropeiros, a posição geográfica fazia desses locais, acesso entre as demais regiões do Estado do Paraná e caminho de comércio entre os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Durante as viagens, os tropeiros paravam nesses locais para descansar e se alimentar nos “ranchos ou pousos” que, com o decorrer do tempo, deu origem aos povoados que mais tarde se tornaram cidades. As terras férteis dos Campos Gerais atraíram imigrantes europeus de diferentes nacionalidades, que se instalaram na região; boa parte foi trabalhar na agricultura, formando também uma diversidade étnica cultural dos Campos Gerais (NASCIMENTO, 2004, p.12).

³¹ O desenvolvimento das sociedades alcançou sua forma mais elevada de Estado – a república democrática. Nasceu em meio aos conflitos das classes e da necessidade de controle destas, assumindo a aparência de representante de toda sociedade, uma força pública que agiria em sua defesa. O Estado na sociedade capitalista assume os interesses da burguesia. É o “[...] Estado da classe mais poderosa, economicamente dominante, que através dele, também se torna politicamente dominante [...]” (ENGELS, 2010, p. 215). No atual modelo de sociedade, o Estado, neste modelo de sociedade, apresenta-se como órgão que garante o planejamento e execução das leis, visa garantir a ordem da sociedade, assegura o direito de todos dentro dos ditames da igualdade, é uma forma de organização política. Seu surgimento se deu em meio à luta de classes e pela necessidade de conter os conflitos entre ambas, tendo caráter representativo o Estado “[...] é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado” (ENGELS, 2010, p. 216).

As escolas profissionais tomaram forma na circunstância em que a emergência do trabalho se fez presente; o discurso do Estado era de que a formação profissional era a alternativa para a sociedade alcançar o desenvolvimento econômico. A crescente industrialização que aperfeiçoava suas técnicas exigia trabalhadores preparados para operar as máquinas. O ensino profissional foi pensado para responder esta questão: preparar o trabalhador e atender às exigências do capitalismo.

As escolas técnicas de comércio, em 1905, foram declaradas como utilidade pública pelo Decreto n.º 1339, porém já existiam em São Paulo a Escola Prática de Comércio, e, no Rio de Janeiro, a Academia de Comércio: ambas fundadas em 1902. Foram criadas pelo Governo Federal, em todo o território nacional, as Escolas de Aprendizes Artífices, pelo Decreto nº 7566, de 1909, e instaladas em cada capital uma escola, com o intuito de atender as crianças que se encontravam na marginalidade, órfãos e filhos de famílias pobres (FONSECA, 1986). Deste modo, essas escolas foram criadas para atender à necessidade do desenvolvimento da economia dos estados brasileiros; necessidade que permeou a realidade econômica do Paraná e seu desenvolvimento.

2.1 A criação das escolas técnicas urbanas no Estado do Paraná

O movimento gerado pelo comércio nas cidades possibilitou o crescimento das atividades comerciais e determinou a criação de escolas para a formação profissional. Foi criado o Instituto Comercial do Paraná (1905) em Curitiba; Instituto Comercial de Castro (1905); Instituto Comercial Becker de Guarapuava, (1905); Instituto Comercial João Cândido Ferreira (1907) de Ponta Grossa e Instituto Comercial de Paranaguá (1910).

QUADRO 3

Institutos Comerciais criados no início do século XX

Instituição	Cidade de instalação	Ano
Instituto Comercial da Capital	Curitiba	1905
Instituto Comercial de Castro	Castro	1905
Instituto Comercial Becker	Guarapuava	1905
Instituto Comercial João Cândido Ferreira	Ponta Grossa	1907
Instituto Comercial de Paranaguá	Paranaguá	1910

Fonte: Organizada pela autora com base nos Relatórios do Secretário do Governo³².

A ampliação do comércio entre as cidades, o aumento da população urbana e as novas frentes de trabalho possibilitaram a necessidade de formação das atividades comerciais, elementos que determinaram a criação de escolas de formação para o trabalho no comércio³³. Os institutos criados visavam atender e preparar para o comércio nas primeiras décadas do XX e atendiam somente o público masculino³⁴:

QUADRO 4

Número de matrículas e característica do alunado dos Institutos Comerciais do Paraná

Institutos	matrículas	Característica
Instituto Commercial da Capital	45 alumnos matriculados	todos do sexo masculino
Instituto Commercial de Paranaguá	36 alumnos matriculados	todos do sexo masculino
Instituto Commercial de Castro	58 alumnos matriculados	todos do sexo masculino
Instituto de Ponta Grossa	64 alumnos matriculados	todos do sexo masculino
Instituto Comercial de Guarapuava	72 alumnos matriculados	todos do sexo masculino

Fonte: *PARANÁ*, Relatório do Secretário do Governo (1911, p. 15).

Os Institutos do Estado do Paraná foram normatizados³⁵ para responder à demanda que se fazia presente com a crescente urbanização, e assim atender o comércio da cidade de Curitiba, Castro, Guarapuava, Ponta Grossa e Paranaguá. O

³²As datas referentes ao ano de fundação desses institutos comerciais foram encontradas nos relatórios do secretário do governo nos anos de 1905, 1906, 1909, 1910, 1911. As referências completas dos respectivos relatórios se encontram nas referências deste trabalho.

³³A insuficiência de fontes levou à utilização do quadro para apresentar os Institutos Comerciais criados no Paraná no início do século XX.

³⁴A presença das mulheres no ensino profissional comercial, se existente, não era apresentada nos relatórios do governo no período.

³⁵Regulamentados pelo Decreto 235 de 1910, o mencionado Regulamento encontra-se em anexo.

Regulamento dos Institutos visou ao ensino prático e à preparação para trabalhar no comércio:

Art. 1º Os - Institutos Comerciaes destinam se ao preparo gradual e systematico de candidatos á carreira do commercio. Artigo 2º O ensino n'esses institutos terá o carter eminentemente pratico, como convem á estabelecimentos d'essa natureza e será ministrado em tres annos de curso (PARANÁ, 1910, p. 5).

O mínimo de formação se fez pelo domínio da leitura e escrita que se tornaram necessidade na sociedade capitalista. A preparação para o comércio exigiu o ensino da Língua Portuguesa com leitura, exercícios gramaticais e de redação, escrita e caligrafia, contabilidade e redação comercial, leitura e tradução de Inglês e Francês “[...] *sobre assuntos fáceis e relativos a vida usual do comércio, exercícios básicos de gramática e de escrita nestes idiomas e prática das primeiras quatro operações fundamentais*” (PARANÁ, 1910, p. 5-7).

Este currículo³⁶ foi elaborado visando à formação do trabalhador, em favor da consolidação da classe burguesa paranaense, composta por comerciantes em ascensão, e ainda o desenvolvimento urbano, o contingente de imigrantes e à demanda dos produtos importados. Neste currículo, era imprescindível “*Formar um pessoal habilitado dentre os brasileiros para o commercio internacional é sem duvida obra meritoria do patriotismo*” (REVISTA ESCOLA³⁷, 1906, p. 31).

A oferta dessas disciplinas teve como primazia qualificar o indivíduo para o trabalho no comércio. A formação oferecida estava atrelada às reivindicações do comércio crescente que necessitava de pessoas preparadas para o trabalho específico do meio urbano.

O discurso contido na Revista Escola demonstrava a importância dada ao ensino comercial diante das relações de mercado nacional e entre os países estrangeiros, estimulado pelo desenvolvimento acelerado da ciência no período. O comerciante devia buscar qualificação para enfrentar a concorrência:

É fora de duvida que as condições actuaes do commercio e os elementos de que têm necessidade aqueles que a elle se dedicam não são mais absolutamente o que eram a meio seculo. O progresso da sciencias, o aperfeiçoamento dos utensílios commerciaes, o desenvolvimento

³⁶ Devido a extensão do currículo dos institutos comerciais, o mesmo encontra-se em anexo.

³⁷ Utilizou-se da Revista Escola, neste estudo, para demonstrar o discurso do Estado em favor do ensino para o comércio apregoado na época.

extraordinario dos meios de transporte, produziram uma verdadeira revolução commercial. As relações entre os povos tornada cada vez mais fáceis, pelos recursos da civilização, provocam continuamente a concurrencia excessiva. E para luctar com vantagem no mercado nacional como nos mercados estrangeiros é preciso que actualmente, alem das aptidões naturaes que lhe são indispensaveis, o comerciante possua uma bagagem de conhecimentos adquiridos não menos indispensável. O commercio é uma sciencia, cuja theoria se deve aprender a principio na escola, para em seguida com proveito praticar sua applicação judiciosa no mundo dos negocios (REVISTA ESCOLA, 1906, p. 29).

A formação prática oferecida nos institutos comerciais tinha o propósito de facilitar a inserção do indivíduo no comércio. No conjunto dos conteúdos oferecidos, não necessitava de uma formação para um conhecimento mais aprofundado das questões sociais ou econômicas, filosóficas e artísticas, menos ainda de uma formação política. Bastava saber registrar, fazer a “escripturação mercantil”, ter noções básicas sobre as línguas estrangeiras para informar o cliente sobre os produtos europeus vendidos nas lojas para a elite. Uma formação utilizada apenas no/e para o trabalho (PARANÁ, 1910).

Todos os conteúdos giravam em torno da formação para a atividade no comércio; a finalidade era a aplicabilidade prática. Evidenciou-se nos conteúdos a formação para o trabalho (NAGLE, 1990). Esta preparação específica para o comércio, com atividades práticas, era uma característica da divisão social do trabalho dentro do sistema capitalista. Quanto mais um país desenvolve suas relações de produção externas e internas, maior a divisão social do trabalho em seu interior, pois:

Reconhece-se facilmente o grau de desenvolvimento atingido pelas forças produtivas de uma nação a partir do desenvolvimento atingido na sua divisão do trabalho na medida em que não constitui apenas uma mera extensão quantitativa das forças produtivas já conhecidas [...]. A divisão do trabalho numa nação obriga em primeiro lugar à separação entre o trabalho industrial e comercial e o trabalho agrícola; e como consequência, a separação entre cidade e campo e à oposição dos seus interesses (MARX & ENGELS, 2011, p. 26).

O currículo do ensino profissional foi elaborado apenas para atender às atividades práticas emergentes para o mercado. O conhecimento produzido historicamente pela humanidade não foi oportunizado aos alunos dos cursos profissionais; a privação do acesso aos conhecimentos científicos produziu a dualidade necessária ao modo de produção capitalista, entre trabalho e ciência. “Na elaboração do currículo, não se pode ignorar que os conhecimentos produzidos pela

sociedade são privatizados, transformados em mercadorias e distribuídos de forma desigual” (CIAVATTA, 2010, 468).

A preparação oferecida nos institutos comerciais era organizada num período de três anos, sendo que o aluno recebia formação de guarda-livros, definido pelo Regimento de 1910, em seu Artigo 6º que “*O aluno que concluir o curso de qualquer Instituto Commercial do Estado receberá o diploma de Guarda livros*” (PARANÁ, 1910, p. 5).

Os conteúdos para a formação profissional eram reforçados pelas disciplinas que focavam a economia e o comércio, a disciplina de Geografia que enfatizava as questões nacionais, juntamente com História Geral e do Brasil e Instrução Moral e Cívica. Estas disciplinas visavam à formação para o amor à pátria, acrescida pelas demais disciplinas que intensificavam os conteúdos patrióticos.

A escola não se ocupou somente do ensino da leitura, da escrita e da formação para o trabalho, mas, igualmente, com discurso moralizante, da construção da identidade do cidadão republicano que permeou as ações do Estado naquele período. A ordem disseminada na sala de aula devia atravessar as barreiras da escola e atingir as casas e o comportamento na sociedade (SOUZA, 1998).

Muitos destes operários que trabalhavam nas indústrias no Paraná eram imigrantes que trouxeram da Europa a experiência do trabalho na indústria. Pertencentes à classe operária, a formação de seus filhos não diferia da atuação profissional dos pais; para estes, coube o aperfeiçoamento pela educação profissional:

Desde o início do século as autoridades estaduais se preocupam com o crescente aumento da população nos bairros operários, sem contudo dispor estes bairros de escolas, onde as crianças pudessem, além de aprender a ler, a escrever, adquirir uma profissão. As autoridades tinham os olhos voltados principalmente para os filhos de operários que não encontravam instituições para “receber instrução profissional correspondente à sua posição social” (RIBEIRO, 1986, p. 121, grifos do autor).

A obediência deveria se incorporada pela educação profissional, que objetivou naturalizar a condição de operário, possuidor de força de trabalho disponível para o mercado. Facilitou a ação do governo em formar profissionalmente a classe operária; no caso do Paraná, os Institutos Comerciais para o trabalho no comércio.

A qualificação do trabalhador foi utilizada pelo Estado republicano que teve entre seus ideários uma nação que deveria caminhar em direção ao progresso. Pela educação, se pretendeu construir o patriotismo; pela disciplina, o trabalhador das fábricas e do comércio. A demanda econômica paranaense determinou as ações do Estado para responder às emergências sociais e econômicas; além dos Institutos Comerciais e da Escola do Comércio de Curitiba, foi instalada em Curitiba a Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Paraná.

2.2 Escola de Aprendizes Artífices no Estado do Paraná

A Escola de Aprendizes Artífices de Curitiba foi criada em 23 de setembro de 1909 e instalada em Curitiba em janeiro de 1910. Planejada para atender a formação para o trabalho, não mudou o público atendido por esse tipo de ensino; continuou direcionado às crianças abandonadas. O decreto assinado em 23 de setembro de 1909, ao criar as escolas Artífices³⁸, demonstrou a ideologia contida na educação para o trabalho naquele momento, bem como a quem esta formação foi destinada - aos desprovidos economicamente e necessitados de atenção social, aqueles que eram mantidos de alguma forma pelo assistencialismo da época:

O Decreto n. 7. 566, de 23 de setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha, que criou as escolas de aprendizes e artífices, estipulava sua manutenção pelo Ministério da agricultura, Indústria e Comércio, a quem cabiam os assuntos relativos ao ensino profissional não superior. [...]. A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessário aos menores que pretendessem aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais” (CUNHA, 2000, p. 63).

³⁸ Quanto à educação profissional no Brasil, Nilo Peçanha, em 1909, assina o decreto 7.566 e cria escolas de aprendizes artífices nas capitais de todos os Estados, em específico uma Escola de Aprendizes Artífices em cada capital. Concretizou-se, pois, as exigências dos industriais, a educação agora vai se incumbir da formação preparatória daqueles que possuem força de trabalho disponível para empregar ao serviço das indústrias (CUNHA, 2000).

A criação das escolas de Aprendizes Artífices demonstrou as aspirações republicanas quanto à educação oferecida, bem como de sua objetividade frente à industrialização. Presente nos desejos dos representantes do novo regime era uma necessidade diante da urbanização crescente naquele momento da história econômica brasileira.

O Decreto 7.566/1909, no contexto em que o mesmo foi criado e aprovado, demonstrou que a criação das escolas de Aprendizes Artífices veio atender à preocupação do governo da República em amenizar a questão socioeconômica que ocorreu com o aumento da população urbana:

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da república formar cidadãos úteis à Nação (FONSECA, 1986, vol. 1, p. 177).

A formação para o trabalho, apresentada ao povo pelos republicanos como um dever, para o governo, consistiu em uma forma de organizar a sociedade e habilitar os “desvalidos” para o trabalho nas fábricas. A escola de Aprendizes e Artífices foi instalada em Curitiba em 16 de janeiro de 1910, para “atender” as crianças órfãs sem condições de sobrevivência, abandonadas nas ruas. A criação desta instituição surgiu devido à crescente urbanização; com esse procedimento, o Estado atendeu a duas necessidades emergentes: o problema social de Curitiba e a formação para a indústria.

Localizada na Rua Carlos Gomes, o espaço físico foi alugado pelo governo do Estado do Paraná e cedido ao Governo Federal para as atividades da escola de Aprendizes Artífices (QUELUZ, 1986):

FIGURA 1

Escola de Aprendizes Artífices do Paraná em 1909



Fonte: acervo Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS/UFPR

Pela formação profissional, oferecido aos meninos desvalidos, pretendeu-se disciplinar a pobreza para o novo cenário econômico. Na visão do governo, ter uma formação para o trabalho era a solução para aqueles que nada tinham; pela aprendizagem de um ofício, os alunos eram moralizados e construíam a nação (SOUZA, 1998).

Desta preocupação denota-se que havia, por parte das autoridades, uma nítida distinção entre os filhos de operários e os desvalidos, os pobres em geral. Estes últimos constituíam na infância abandonada, cuja rua era a moradia, o trabalho e o lazer. Para estes existiam instituições disciplinadoras, onde o objetivo era fundamentalmente domar os instintos “anti-sociais”. Tinham caráter mais correccional do que profissional (RIBEIRO, 1986, p. 121-122).

O discurso do Estado sobre a educação profissional tinha caráter de “filantropia” com o objetivo de retirar os meninos das ruas e abrigá-los em asilos, a fim de que estes os fizessem úteis e proveitosos. Visava ainda, à inserção destes na sociedade, bem como “acabar” com a vadiagem. “Eles precisavam ser *educados* para verem o trabalho como um dever” (CUNHA, 2000, p. 145, grifos do autor).

Esta instituição, era coerente ao que pedia o Artigo II do Decreto 7566, de 1909, quando este estabeleceu que as oficinas oferecidas nas escolas correspondessem às peculiaridades das indústrias locais e atender os meninos

“desvalidos”. Visto que a seleção das disciplinas atendia à prevalência da indústria do mate e da madeira no Paraná. Na Escola de Aprendizes Artífices do Paraná, foram criados os cursos de sapateiro, alfaiate, marceneiro, serralheiro mecânico, abrangendo o curso de ferreiro e encanador, oferecido para meninos.

FIGURA 2

Oficina da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná



Fonte: Acervo Departamento de Documentação Histórica DEDHIS/UFPR

Muitos problemas faziam parte desta escola, desde a precariedade das máquinas, a falta de preparo dos professores, a evasão dos alunos, a precariedade do espaço físico das oficinas e a limitação dos equipamentos. O ensino oferecido pela instituição era de caráter artesanal, sem muitos recursos técnicos ou máquinas. Somente após 1911, foram incorporadas novas máquinas nas oficinas de seleiro e marcenaria, porém os maquinários não eram suficientes, permanecendo escassos até 1921, período em que foi adquirido novos equipamentos com a chamada Remodelação³⁹ do Ensino Industrial e a intensificação do ensino profissional. No entanto, permaneceu a precariedade das oficinas para o ensino na instituição (QUELUZ, 1986).

Portanto, a Escola de Aprendizes do Paraná, no período entre 1910 a 1920, possuía oficinas precariamente instaladas, em espaços restritos e não planejados para abrigar oficinas de porte maior, e com equipamentos em

³⁹ A Remodelação Industrial se deu pela necessidade de tornar mais eficiente a força de trabalho brasileira no setor industrial e agrícola (QUELUZ, 1986).

quantidade e atualidade técnica limitada, que permitiram apenas o aprendizado de um ofício em bases artesanais (QUELUZ, 1986, p. 53).

A escola oferecia o ensino primário, com duração de quatro anos. A faixa etária dos alunos que frequentavam a escola era entre 12 e 16 anos. Os alunos da escola contavam além das oficinas de ofícios, instrução elementar e desenho.

Ao lado dos conhecimentos práticos acompanhou a formação utilitária de gosto e amor ao trabalho, principalmente o trabalho braçal, o trabalho manual; para a classe trabalhadora, deveria adquirir o princípio enobrecedor. Promover a independência e autoconfiança, fomentar hábitos de ordem, atenção, organização, controle de si, persistência, desenvolver o manuseio das ferramentas para realizar os trabalhos de seu ofício (QUELUZ, 1986).

Por esta via, pretendeu-se formar o trabalhador profícuo que, saindo da vida de “vadiagem”, contribuiria para com o “bem-estar” e o progresso do país. Pelo trabalho, pretendeu-se regenerar o indivíduo brasileiro e nacionalizar o estrangeiro para que se cumprissem os propósitos de consolidação do capitalismo e do nacionalismo⁴⁰ no Brasil; a educação foi vista pelo Estado como o instrumento mais viável para esse fim.

A educação foi um meio de atender a necessidade de reforçar a identidade nacional, de consolidar o patriotismo e definir a ideologia do Brasil como um país grande, combatendo os as forças populares socialistas que aqui se encontravam e assim consolidar a modernidade capitalista desejada pelos republicanos. Esse interesse fez com se utilizasse do nacionalismo para pacificar a classe trabalhadora

⁴⁰ O nacionalismo é a ideologia que une a nação, é sentimento de destino comum que garante a coesão necessária à nação para que ela se assegure de um território, organize um Estado e forme, assim, um estado-nação. É a ideologia da autonomia, da segurança e do desenvolvimento econômico nacional [...] é uma ideologia originalmente burguesa, mas com uma conotação popular, já que só faz sentido quando capitalistas, trabalhadores e classe profissional superam de alguma forma seus conflitos internos, partilham um destino comum e se solidarizam na competição com as demais nações (BRESSER-PEREIRA, 2008, p.172). Com o nacionalismo, surgiu no Paraná o “Paranismo”: um movimento em prol do desenvolvimento artístico, cultural e social do estado do Paraná, originado na década de 1920, surgiu como forma de exaltação republicana, Segundo Pereira, “O Movimento Paranista representou a efervescência cultural propiciada pelo surto econômico da erva-mate e, acima de tudo em uma época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais, já que perdera sua eficácia a idéia de Nação, vinculada à figura do Imperador”. Foram criadas imagens, símbolos e signos no imaginário social paranaense, com o objetivo de unificar o paranaense em nome de um mesmo pensamento: a construção de uma identidade regional (PEREIRA, 1997, apud: CORDOVA, 2007, p. 179). Para maior entendimento sobre o nacionalismo ler: SEYFERTH, Giralda. (1999). BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo (2008). Sobre o “Paranismo” ler: CORDOVA, Maria Julieta weber. O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa (2007).

utilizando-se deste como um elemento de identificação do povo brasileiro (CHAUÍ, 2000).

FIGURA 3

Alunos da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná



Fonte: Acervo Departamento de Documentação Histórica DEDHIS/UFPR

Desta forma, a República pretendeu construir a alma nacional dos cidadãos brasileiros, necessária para o controle da nação, da construção da sociedade capitalista, da disseminação das ideias de aceitação e do trabalho manual. Iniciou-se o processo de formação dos indivíduos para o trabalho nas indústrias e disponíveis ao mercado.

[...] a integração à nacionalidade por meio da ação benéfica da educação, que disciplinaria pelo trabalho dois grupos potencialmente heterogêneos e perigosos, os pobres e os estrangeiros. A escola teria a função de homogeneização destes grupos, auxiliando a uniformização essencial para a ideia de nação, através da dissolução dos limites raciais e do compartilhamento de um mesmo status (QUELUZ, 1986, p. 56).

Um ensino para pobres não contava com prestígio das autoridades, o ensino oferecido nessa instituição era apenas para que os alunos aprendessem o mínimo necessário, o domínio de uma profissão. Afinal, para quem perambulava pelas ruas e nada possuía, o que lhe era oferecido, aos olhos do governo, era satisfatório. Por meio da educação oferecida nesse estabelecimento, se buscou a homogeneização de todos aqueles que frequentavam essa escola, tendo a nacionalidade uma das

principais finalidades dessa instituição, eliminando qualquer ameaça que eventualmente rondasse a estrutura política do momento (QUELUZ, 1986).

Nesse período da educação brasileira, fazia-se presente o movimento da Escola Nova⁴¹, que propôs um modelo de homem prático e via na educação a solução para organizar a sociedade. Com a Remodelação do Ensino Profissional, a partir de 1920, adotou-se a racionalidade da fábrica para a educação. Começou a ser organizada uma nova modalidade de ensino profissional, o currículo passou a ser de seis anos. Nos três primeiros anos, dava-se a alfabetização, simultaneamente ao ensino manual, e, nos três últimos, os alunos aprendiam ofícios em madeira, arte decorativa e metal (NAGLE, 1974).

O discurso de “igualdade”⁴² se fez presente nas leis que regeram a educação do país e influenciadas pelo princípio da Escola Nova. A Lei Orgânica⁴³ que regulamentou o ensino profissional no Brasil, na década de 1940, criou uma expectativa, com a formação técnica, de uma imediata absorção da classe operária no mercado de trabalho. No entanto, essa formação proposta pelo Estado visou à manutenção da desigualdade social e a naturalização desta. As melhorias do espaço físico da Escola de Aprendizes Artífices do Paraná são evidenciadas apenas

⁴¹ A Escola Nova, comprometida com os interesses burgueses, fundamentou-se nos princípios da doutrina liberal, defendeu a construção de uma sociedade democrática e igualitária. Atribuía à escola a função de modificar a sociedade. Esta transformação social, segundo os princípios da Escola Nova, deveria ser primeiramente individual que, pela preparação do indivíduo se implantaria a nova sociedade. Ela valorizou a pedagogia do “aprender a aprender”, com ênfase no conceito de atividade prática, sendo fundamentada nas teorias do construtivismo, especificamente a de Jean Piaget, as teorias não diretivas de Rogers e as teorias tecnicistas com a psicologia comportamental e o behaviorismo de Skinner (SOUZA; MARTINELLI, 2009). Sobre Escola Nova, ler: CUNHA, Marcus Vinicius **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro: a centralidade da noção de movimento** (2001); DI GIORGI, Cristiano. **Escola Nova**. São Paulo: Ática (1986); FILHO, Lourenço. **Introdução ao Estudo da Escola Nova: bases e sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea** (1967).

⁴² O princípio de igualdade usado na elaboração das leis brasileira é um conceito liberal, usado para justificar as desigualdades sociais, defende que todas as diferenças podem ser superadas pela instrução e pela civilização e que todos os indivíduos são iguais perante a Lei (BOBBIO 1998).

⁴³ A criação do Instituto de Organização e Racional do Trabalho – IDOTR, foi significativo para o debate e reorganização do ensino profissional no Brasil, no entanto, foi com aprovação das Leis Orgânicas do Ensino, chamada Reforma Capanema, Iniciada em 1942 e finalizada em 1946, que se regulamentou a proposta do ensino profissional brasileiro. Por meio das Leis Orgânicas de Ensino os industriais, com o apoio do Estado, criaram o SENAI. Uma escola direcionada para a formação dos trabalhadores da indústria, atendendo o interesse dos empresários em disciplinar o trabalhador e organizar o trabalho nas fábricas. Os Decretos-Leis criados em 1942-1946, por Gustavo Capanema foram: Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial; Decreto-Lei 4.048, de janeiro de 1942, criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Decreto-Lei n. 4.244 de abril de 1942 – organizou o Ensino Secundário; Decreto-Lei n. 46.141 de dezembro de - reformulou o Ensino Comercial; Decreto-Lei n. 8.529 de janeiro de 1946 – organizou o Ensino Primário; Decreto-Lei n. 8.530 de janeiro de 1946 – organizou o Ensino Normal; Decretos-Lei 8.621 e 8.622 de janeiro de 1946, que instituem o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Decreto-Lei n. 9.613 de agosto de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola (ROMANELLI, 1994).

em 1940, com a transferência para edifício próprio, situado na Rua Sete de Setembro em Curitiba. (QUELUZ, 1986).⁴⁴

FIGURA 4

Novas instalações DA Escola de Aprendizizes Artífices⁴⁵



Fonte: acervo Departamento de Documentação Histórica – DEDHIS/UFPR

Todavia, mesmo com o espaço novo, a ideologia da formação profissional ainda era a mesma, ou seja, direcionada à formação da classe trabalhadora. Sendo assim, os filhos dos operários continuaram a ser os marceneiros, os mecânicos, os eletricitistas, os operários das indústrias e do comércio. Como se a oportunidade oferecida dependesse de escolhas e não de necessidades. Permaneceu o discurso liberal de que a todos foi oferecida a oportunidade; cabia a cada um escolher o que desejava para conquistar o seu espaço; afinal, todos são “iguais” perante a lei, e as oportunidades trazidas pelo regime republicano estavam postas a todos.

2.3 Escola Técnica de Comércio de Curitiba

O cenário que se consolidava em Curitiba no início do século XX era de uma cidade com sua economia em desenvolvimento, espaço em que aconteciam as relações capitalistas e a busca pelo progresso: “[...] as exigências da sociedade

⁴⁴ As informações referentes à Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná é com base na Revista **Tecnologia & Humanismo**: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. – Ano 1, n. 1 (1986) -. Curitiba: Ed. UTFPR, 1986.

⁴⁵ A nova instalação da Escola de Aprendizizes Artífices foi entregue em 1940; atualmente esta instituição é a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR.

industrial impunham modificações profundas na forma de se encarar a educação e, em consequência, na atuação do Estado, como responsável pela educação do povo (ROMANELLI, 1994, p.59). O desenvolvimento econômico promissor tornou o ensino para o comércio atraente para os trabalhadores que visavam à empregabilidade e uma oportunidade de formação barata aos olhos dos governantes. Havia uma demanda de empregos em casas de comércio, escritórios, serviços públicos e demais estabelecimentos urbanos (CINTRA, 2005), nesse caso:

[...] as mudanças ocorridas na escola, em atendimento às exigências da demanda, foram predominantemente quantitativas. Precisamente como aconteceu com os padrões de consumo, os padrões de educação foram determinados pelo fator demanda. A estratificação social e a herança cultural pesaram como elementos predominantes na escolha do tipo de educação escolar a prevalecer (ROMANELLI, 1994, p. 56)

A escola técnica atendeu à demanda urbana que emergiu naquele contexto no Estado do Paraná e respondeu às alterações da organização economia diante da expansão do mercado. Formando o trabalhador para atender o setor do comércio e dos negócios. A educação tinha que contribuir com o aumento e melhoria da produção deste setor e cooperar com a nova ordem social. Para atender à necessidade do comércio na cidade de Curitiba, foi criado, em 1914, o Colégio Progresso. Neste estabelecimento, foi ofertado o Curso de Perito Contador, conforme comprova o documento, abaixo:

FIGURA 5

Certificado do Curso de Perito Contador



Fonte: Acervo do Instituto Federal do Paraná.

O Colégio Progresso⁴⁶ teve suas instalações melhoradas, em 1941, quando ficou anexo a Universidade Federal do Paraná juntamente com o Curso de Direito passando a ser denominada Escola Técnica de Comércio. Suas atividades desenvolvidas juntamente ao espaço acadêmico de direito dava-lhe certo prestígio, uma vez que a formação neste âmbito era uma das mais requisitadas pela elite local, desta forma criava uma ilusão aos filhos dos trabalhadores quanto à formação auxiliar em perito contador que era o profissional auxiliar do Bacharel em Direito.

Todavia, nesta última instalação, o ensino não era diferente do praticado pelos demais institutos comerciais do Paraná⁴⁷, mencionados neste estudo. A formação dos alunos da Escola Técnica de Comércio de Curitiba respondeu às necessidades econômicas do período.

A formação da classe trabalhadora permeou toda a trajetória do ensino profissional paranaense neste período. Com a intensificação do comércio, das relações capitalistas, o Estado com suas ações sobre a educação buscou assegurar cada vez mais a formação de um contingente de trabalhadores para garantir força de trabalho qualificada para o mercado.

O discurso do Estado utilizou o trabalho como meio de “dignificar” o homem e instrumento de disseminação da ideologia⁴⁸ dominante. Forma sutil de impor o pensamento do Estado burguês de sociedade e a formação da classe operária brasileira. Um controle ideológico que ocultou as relações econômicas capitalistas de formação do trabalhador e de dominação pela classe burguesa. Pelo ensino técnico o Estado visou formar os trabalhadores brasileiros e conter as idéias opostas de sociedade trazidas pelos trabalhadores estrangeiros⁴⁹, pois os mesmos tinham

⁴⁶ Informação retirada da linha do tempo do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <http://umuarama.ifpr.edu.br/menu-institucional/o-instituto/historia-e-linha-do-tempo/>. Acesso em: 21 de out. de 2011. Atualmente esta instituição é denominada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná Campus II, situado no Jardim das Américas em Curitiba quando apresenta a linha do tempo: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/linha-do-tempo/> do Instituto Federal do Paraná. A partir da Lei 11892 de 29 de dezembro de 2008, a ET-UFPR é transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPR), autarquia que envolve Reitoria, diretorias e vários campi espalhados pelo Estado do Paraná. Disponível em: http://200.17.98.190/portalead/Sit_Historico.aspx. Acesso em: 03 de fev. de 2013.

⁴⁷ Ver quadro 3 do capítulo 2, p.43 deste trabalho.

⁴⁸ A ideologia se constitui numa inversão na maneira de interpretar a sociedade, diferente da forma como ela realmente está organizada. Apresenta-se no discurso da classe dominante em benefício de “todos”, porém, nada mais é do que interesses particulares de classes imbuídos de intenções ocultas de controle, presente nas questões políticas, econômicas e sociais com a função de camuflar os conflitos entre as classes sociais e ocultar qualquer forma de domínio de determinados grupos sociais sobre outros, ou seja, da classe dominante sobre a dominada (CHAUÍ, 2008).

⁴⁹ Ao chegarem os trabalhadores estrangeiros da Europa, entre estes europeus estavam os anarquistas que trouxeram consigo diferentes pensamentos para dentro da indústria, bem como diferentes concepções

ideologias “estranhas” e seu comportamento contestador representavam ameaça ao plano nacionalista de industrialização do Brasil (BATISTA, 2013).

Neste contexto, a educação profissional garantiu a naturalização da desigualdade pela justificativa de “oportunidade a todos”. Nessa perspectiva, o discurso da educação do povo tomou formas e se constituiu na formação do trabalhador ajustada pelas regras do capitalismo (NORONHA, 2004).

O Discurso liberal que pautou a visão do trabalho, no sistema capitalista, foi mostrado pelo Estado, como fonte de “riqueza”. Quem trabalhava adquiria bens, e, quem não trabalhava, era desprovido de bens materiais; terceirizando, assim, o legado da miséria ao próprio indivíduo. A valorização do trabalho tornou-se mecanismo ideológico de progresso, alimentou o desejo da propriedade e moveu os trabalhadores à submissão ao capitalismo, justificado pelo nacionalismo. (NORONHA, 2009).

O Estado teve a função social de educador do povo, uma vez que a escola pública realizava a educação popular. A educação, historicamente, esteve sempre em segundo plano, tornando-se primeiro plano apenas para atender a burguesia na sua demanda de formação profissional, sem visar à formação na totalidade do indivíduo no processo de emancipação humana, mas sempre consolidando e naturalizando as desigualdades e as contradições presentes na sociedade (SANFELICE, 2005).

O ensino profissional manteve em seu bojo a preparação dos desprovidos de oportunidades e de condições materiais para fornecer a força de trabalho necessária à sustentação do sistema capitalista: uma vez que a burguesia tinha outras alternativas e condições materiais para sua formação que visou sempre ao ingresso no ensino superior. Diferindo da classe trabalhadora, a qual tem o seu auge de formação o nível técnico.

pedagógicas. O anarquismo foi a maior corrente organizada dentro do movimento operário no Brasil no início do século XX. O Anarquismo, enquanto movimento social, é uma organização que e objetiva mudanças na estrutura social, visa a substituição da autoridade do Estado, a qual deve acontecer por meio da cooperação governamental entre indivíduos livres; defendem a educação política de seus membros visando estimular a mudança social desejada pelo grupo. Para maior aprofundamento desse tema indicamos a dissertação de mestrado de: GONÇALVES, Aracely Mehl. Francisco Ferrer y Guardia: Educação e a imprensa anarco-sindicalista “A Plebe” (1917-1919).

No Paraná, a formação técnica de um modo geral esteve vinculada à demanda do mercado, o que se ratificará na discussão do ensino nas escolas de trabalhadores rurais que da mesma forma que a formação para a indústria e para o comércio, as escolas agrícolas vieram atender uma necessidade neste setor que exigia uma melhor qualificação do trabalhador rural. Com o mesmo intuito das demais instituições técnicas, foram criadas, pelo Estado, as instituições agrícolas paranaenses, visando à formação dos jovens filhos de agricultores em função do desenvolvimento industrial que oferecia e exigia o domínio de novas técnicas de produção.

CAPÍTULO III

AS ESCOLAS TÉCNICAS RURAIS NO PARANÁ

A crescente urbanização e a dificuldade do cultivo das terras impulsionaram o homem rural a migrar para as grandes cidades na primeira metade do século XX. As oportunidades de trabalho oferecidas pelas indústrias e as facilidades de sobrevivência que os centros urbanos ofereciam estimularam o êxodo rural. O governo brasileiro viu nesses acontecimentos um grande inchaço das cidades, acompanhado da falta de trabalho qualificado para produção agrícola que se mostrou urgente em atender ao consumo (MENDONÇA, 2010).

A necessidade de formar para o trabalho, diante a expansão econômica brasileira, não ficou limitada somente ao setor urbano-industrial; para que ocorresse a modernização da agricultura, se fez necessário adotar o uso de novas técnicas para melhor produzir, momento em que o ensino profissional agrícola veio atender à formação do trabalhador com o intuito de substituir os antigos conhecimentos agrícolas utilizados pelo homem rural:

[...] a modernização da agricultura compreendia a incorporação de nova tecnologia à produção por meio da difusão de conhecimentos e promoção do homem rural. Pretendia-se que através da ação educativa se realizasse a substituição dos conhecimentos tradicionais das populações rurais (NASCIMENTO, 2009, p. 162).

Após a década de 1930, o governo brasileiro deixou de incentivar a importação dos produtos industrializados e agrícolas e passou a investir de forma intensa na sua economia interna: “[...] a intervenção do Estado Brasileiro deixou de ter limites, até assumir a direção da economia e do processo de desenvolvimento” (NASCIMENTO, 2005, p. 2). Uma das medidas tomadas para este fim foi a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, por meio do Banco do Brasil. Houve também a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, com o intuito de ampliar os financiamentos nos estados e aumentar a produção da agricultura (SINGER, 2001).

O incentivo ao desenvolvimento econômico interno feito pelo governo nacional, que buscou a substituição dos conhecimentos tradicionais na agricultura

pelas novas técnicas, impulsionou o governo paranaense, pois havia a necessidade de estímulo dessa área no Paraná, visto que “[...] o *fomento da agricultura e da pecuária, em 1932, era nulo*” (PARANÁ, 1932-1939, p. 26). Assim sendo, a formação do trabalhador agrícola e dos filhos de agricultores tornou-se prioridade nas ações do Estado do Paraná. Empreendimento este, apresentado ao povo como amparo à população rural e orientação das práticas agrícolas, mas sua finalidade era o crescimento da produção e da economia interna do Estado:

No Paraná, onde somente agora se começa a fazer alguma coisa em prol da agricultura e da pecuária e onde a feracidade prodigiosa da terra e a excelência inegável do clima são dádivas de Deus, bem justificado é que o Govêrno ampare a sua população rural, que a oriente e incentive nas práticas agrícolas, para que, em realidade ocupe no Brasil a posição destacada que lhe compete (PARANÁ, 1937, p. 89).

O estímulo à melhoria nas diferentes culturas agrícolas e pecuária foi o foco dos investimentos nos anos de 1930 e nas décadas seguintes no Paraná. As condições em que a agricultura se encontrava, em termos de tecnologia e qualidade nas produções de alimentos e criação de animais eram rudimentares, à base do arado, da enxada e da tração animal. Estas não favoreciam o avanço econômico do Estado, e impediam o processo de atualização das técnicas exigidas pela expansão do sistema capitalista. Os agricultores deveriam substituir as formas tradicionais de produção e empregar o uso de insumos e de máquinas, o que tornou oportuno também sua formação profissional.

Na atuação do Interventor Manoel Ribas⁵⁰, a agricultura paranaense recebeu investimentos financeiros pautados na intervenção do Estado Brasileiro para o incentivo ao desenvolvimento da economia do Paraná. Estimulado também pela influência do ruralismo pedagógico⁵¹, tomaram-se iniciativas para a formação do trabalhador rural e atender às necessidades da demanda da modernização

⁵⁰ Manoel Ribas foi interventor do Estado do Paraná por 13 anos: de 1932 a 1934, foi interventor; de 1935 a 1937, foi governador e, de 1937 a 1945, foi novamente interventor. Manoel Ribas iniciou a construção de obras de estradas, intensificou o fomento à agricultura, pecuária, escolas de trabalhadores rurais e apoiou a cafeicultura (<http://www.casacivil.pr.gov.br>)

⁵¹ O Ruralismo Pedagógico foi caracterizado como tendência de pensamento que defendia a existência de escola adaptada conforme o meio em que o indivíduo estava inserido, centrado no interesse em manter a população rural no meio em que este se encontrava e controlar a vinda deste para as cidades, evitando o super povoamento do espaço urbano e doenças. Este discurso ideológico penetrou no ensino profissional agrícola e pretendeu adaptar a escola ao projeto do governo. Pautado nos ideais do nacionalismo, conforme os interesses hegemônicos, a educação devia ser oferecida conforme a realidade em que o sujeito estava inserido; (PRADO, 1995). Para maior entendimento sobre o Ruralismo Pedagógico, ler: Adonia Antunes Prado (1995).

capitalista da agricultura. A intervenção do governo do Paraná ofereceu ainda serviços de técnicos especializados de ensinamentos e auxílio aos agricultores, com ações educativas para a difusão dos novos conhecimentos e sua utilização no plantio e na produção. Somando estas ações houve a criação de instituições escolares agrícolas para preparar o filho do agricultor, existindo assim a seção de ensino profissional. Partindo desses interesses, foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná:

[...] vimos empreendendo o máximo esforço no sentido de serem ministrados ensinamentos e conferidos auxílios a agricultores e criadores, obtendo assim, ótimos resultados. Esses serviços têm sido efetuados pelas seguintes secções do Departamento de Agricultura, o qual é superintendido por uma administração geral: Secção de Fomento da Produção Vegetal; Secção de Fomento da Produção Animal; Secção de Serviços Técnicos e Especializados; Secção de Ensino Profissional (PARANÁ, 1932-1939, p. 26).

Justificada pela necessidade do domínio dos conhecimentos técnicos exigidos pelos modernos métodos de cultivo da agricultura, bem como da “promoção” do homem rural, o Governo do Paraná criou as Escolas de Trabalhadores Rurais. Pelo Decreto n. 234 de 1935, essas instituições foram designadas em preparar o trabalhador no preparo da terra, no cultivo das plantações, na pecuária e na pesca, almejando, todavia, o aumento da produção:

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista que a falta de trabalhadores ruraes com os conhecimentos técnicos exigidos pelos modernos methodos culturaes, tem constituído sério entrave ao progresso agrícola do Estado decreta: Art. 1º - Fica creada a Escola de Trabalhadores Ruraes, que terá a sua séde nesta Capital (...).Art. 2º - Fica aprovado o Regimento Interno das Escolas de Trabalhadores Rurais que com este baixa e vae assignado pelo Secretário da Fazenda e Obras Públicas.DA ESCOLA E SEUS FINS: Art. 1º - A Escola de Trabalhadores Ruraes, creada pelo Decreto 234 de 22 de fevereiro de 1935, tem por fim formar profissionais para a agricultura com os conhecimentos técnicos e práticos suficientes para atender as necessidades atuaes e futura da lavoura e da pecuária nos meios ruraes do Estado (PARANÁ, DECRETO N. 234 DE 12 DE MARÇO DE 1935).

Para atender esta demanda, no Estado do Paraná, criou nas cidades de Piraquára, Curitiba, Ponta Grossa, Castro, Palmeira, Rio Negro, Ipiranga, Reserva, Paranaguá, Guaratuba e Santo Antonio da Platina, as escolas de ensino profissional rural, atitude que atenderia à necessidade da educação e da formação para o trabalho.

FIGURA 6

Cidades do Paraná que foram instaladas a Escolas de Trabalhadores Rurais



Fonte: BAREIRO, Edson, 2007, p. 47.⁵²

A organização do ensino agrícola⁵³ no Paraná se deu pelo Regulamento da Escola de Trabalhadores Rurais, aprovado pelo Decreto nº 7.782/39, de 06 de janeiro de 1939, o qual criou o Curso Primário Agrícola, com duração de quatro

⁵²BAREIRO, Edson. Políticas educacionais e escolas rurais no Paraná: 1930-2005. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação para a Ciência e Ensino de Matemática da Universidade Estadual de Maringá, 2007.

⁵³ Houve outras normatizações referentes ao ensino agrícola anteriores a este documento, em nível nacional: em 1910, pelo Decreto N. 8.319 – de 20 de outubro de 1910, foram criados os Aprendizados Agrícolas com ensino de caráter prático e oferecido aos filhos de pequenos agricultores que seriam instruídos nas artes manuais ou mecânicas relacionadas com a agricultura. Foi criado em 27 de dezembro de 1911 pela Lei 1.299 – A, de 27 o Patronato Agrícola com o intuito de atender aos interesses do operariado agrícola, sendo de responsabilidade do Ministério da Agricultura. Este ensino era de formação primária nos núcleos coloniais. Oferecia o ensino de caligrafia, noções de Língua Portuguesa, Leitura, Arithmética elementar, Noções de geografia e história do Brasil, e Rudimentos do ensino agrícola (SÃO PAULO, 1911). Em 1918, pelo Decreto 12.893, de 28 de fevereiro, foi autorizada a criação dos patronatos agrícolas para a educação de menores desvalidos. Em 1919, pelo Decreto nº 13.706, de 25 de julho de 1919 foi criado o Regulamento dos Patronatos Agrícolas. O referido Regulamento deixa claro o tipo de aluno a ser atendido pelo Patronato Agrícola, o qual era de cunho assistencialista, proteção e tutela dos menores e incorporação ao meio rural (BRASIL, 1919, p. 1). O Código de Menores foi criado no Brasil pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de Outubro de 1927, manteve os mesmos moldes do período anterior, este Código foi criado para dar amparo às crianças abandonadas, são leis de assistência e proteção à infância abandonada ou delinquente menores de 18 anos. As escolas agrícolas permaneceram subordinadas ao Ministério da Agricultura até 1961, e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/61 passaram a ser de responsabilidade do Ministério da Educação.

anos. Esta instrução era orientada pelo programa de ensino das escolas primárias do Estado; paralelo a esta formação, os alunos recebiam o ensino prático no cultivo das plantações agrícolas, adubação química, conservação de sementes, técnicas para o cultivo de plantas ornamentais, laticínios, apicultura, pecuária e o uso de máquinas agrícolas na utilização do destocamento e de semeadeiras. Eram atendidos neste curso alunos entre 10 e 14 anos, em regime de internato. A prioridade destas instituições era atender as crianças órfãs e abandonadas, encaminhadas pelo juizado de menores (PARANÁ, Diário Oficial do, 1939).

Posterior ao Curso Primário Agrícola, seguia-se o Curso Complementar, que dava sequência ao currículo do curso anterior, prestado pelo aluno em dois anos. Concluindo o Curso Complementar, o aluno ingressava no Profissional Agrícola que tinha duração de três anos com disciplinas organizadas em semestres; este curso tinha formação teórica e prática com o alunado entre 14 e 18 anos de idade.

QUADRO 5

Disciplinas teóricas e práticas do Curso Profissional Agrícola

SEMESTRES	1º SÉRIE	2º SÉRIE	3º SÉRIE
1º Semestre	Português; Aritmética; Álgebra; Geometria; Física Geral; Química geral; Desenho Geométrico.	Português; Mineralogia Agrícola; Mecânica Agrícola; Botânica Agrícola; Química Orgânica e Tecnologia; Agricultura geral; Zootecnia Geral; Geologia Agrícola; Fitopatologia.	Português; Agricultura Especial; Química Agrícola; Zootecnia especial; Alimentação dos Animais; Horticultura; Pomicultura; Jardinicultura; Silvicultura; Economia Rural.
2º Semestre	Português; Aritmética (revisão) Álgebra; Geometria; Física Agrícola – Meteorologia; Desenho de Ornamentos; Química Orgânica; Trabalhos práticos rurais de oficinas e usinas.	Português; Construções Rurais; Máquinas Agrícolas; Zoologia Agrícola; Física e Química do solo; Agricultura geral; Zootecnia Geral; Geologia Agrícola; Trabalhos práticos em serviços rurais, de zootecnia, indústrias, oficinas e laboratórios.	Português; Agricultura Especial; Viticultura e Enologia ou outra cultura que tivesse interesse à região; Zootecnia Especial; Alimentação dos Animais; Horticultura, Pomicultura e Apicultura; Indústria de Laticínios; Contabilidade Agrícola; Administração Rural. Trabalhos práticos em serviços rurais, de zootecnia e indústrias rurais, oficinas, usinas e laboratórios.

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1939.

O Curso Profissional Agrícola apresentava um currículo que abrangia questões teóricas que compreendiam disciplinas tais como: Português, Aritmética, Álgebra, Geometria, Química etc. No entanto, as disciplinas práticas ocupavam maior destaque no currículo das escolas; prevalecia, pois, o ensino prático.

Direcionadas para o ensino profissional, as Escolas de Trabalhadores Rurais atuaram na preservação da ordem social e na proteção e recuperação das crianças encontradas nos centros urbanos [...] *“onde os primeiros passos mal orientados e as más companhias lhes ensinaram o abecedário do crime”* (PARANÁ, 1937, p. 29). Construídas na zona rural, longe dos centros das cidades, com o discurso de cunho educacional e com diferentes características, estas instituições foram:

[...] criadas para atendimento da educação profissional deveriam atuar no ensino dos filhos de pescadores e de agricultores, e seriam instituições voltadas a Preservação. Existiam, ainda, as instituições que abrigavam crianças menores abandonadas, chamadas de escola de Reforma. E, finalmente, havia as Escolas-Prisão, destinadas aos menores infratores, onde teriam a educação básica e aprenderiam um ofício (MARTINIAK, 2011, p. 74).

Nessas instituições, foi predominante o assistencialismo: “[...] na realidade todas as escolas recebiam todos os meninos, [...] e quando era possível colocar mais algum, em qualquer escola, isto era realizado” (DIEZ, 1998, p. 14). Intenção que desviou o foco educacional e acabou por serem estas instituições depósitos de crianças, sem observar se a questão seria Preservação, Reforma ou Prisão. Nestes moldes, foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais no Estado do Paraná.

Desta forma, as ações do Estado, quanto ao ensino profissional agrícola, industrial⁵⁴ e comercial, entre as décadas de 1930 a 1940, foram permeadas pela necessidade de expansão do sistema econômico capitalista. O Estado do Paraná, movido pelo processo de industrialização e urbanização e necessitando de força de trabalho, criou escolas que ofereciam o ensino profissional, visando somente à prática. Essa é uma característica da escola capitalista, que materializa no decorrer

⁵⁴ A criação do Instituto de Organização e Racional do Trabalho – IDOTR, em 1931, resultou da organização dos empresários a partir de 1920, e liderados por Roberto Simonsen os quais buscavam melhorar a produção nas fábricas. O IDORT, fundamentado nas idéias tayloristas, difundidas e defendidas no Brasil por industriais e engenheiros desde o início do século XX, teve como objetivo organizar o espaço das fábricas e implantar novos métodos de trabalho, visando o aumento da produção. O IDORT exerceu na educação os interesses dos empresários na formação do trabalhador utilizando-se do discurso de construção do progresso da nação e assim disciplinar e orientar o trabalhador. Os responsáveis por este tipo dentro do IDORT eram: Lourenço Filho, Roberto Mange que defendiam a organização científica do trabalho. Para aprofundamento dos estudos sobre o Instituto de Organização e Racional do Trabalho – IDOTR, recomendamos a leitura de Tenca (1987) e Pichelli (1997).

da história a consolidação da divisão do trabalho, produz, reproduz e expressa sua prática fragmentada por meio de seus conteúdos, organização e métodos enfatizando apenas a formação da força de trabalho (KUENZER, 2004).

A criação das Escolas de Trabalhadores Rurais e a formação do trabalhador rural foram meios viáveis de fazer acontecer as mudanças desejadas pelo governo na produção agrícola, difundir os conhecimentos modernos no uso das máquinas e insumos de origem industrial, intensificando e melhorando a produção. Entre as décadas de 1930 e 1940, o Interventor Manoel Ribas criou no Estado do Paraná 10⁵⁵ escolas rurais e 2 de pesca, a saber:

QUADRO 6

Escola de Trabalhadores Rurais e de Pescadores, criadas e mantidas pelo Estado

Denominação Da Escola	Localização/ Município	Capacidade	Ano que foi instalada	Número/ matrículas
Escolas de Trabalhadores Rurais do Canguiri	Piraquára	85 alunos	1936	65
Escolas de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti	Curitiba	60 alunos	1937	60
Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas	Ponta Grossa	110 Alunos	1938	110
Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo	Castro	100 alunos	1938	90
Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas	Palmeira	100 alunos	1940	100
Escola de Trabalhadores Rurais Rio Negro	Rio Negro	60 alunos	1940	60
Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido	Curitiba	30 alunos	1941	30
Escola de Trabalhadores Rurais de Ivaí	Ipiranga	60 alunos	1942	60
Escola de Trabalhadores Rurais de Três Bicos	Reserva	60 alunos	1942	60
Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes	Paranaguá	75 alunos	1936	80
Escola de Pescadores de Guaratuba	Guaratuba	60 alunos	1940	60

Fonte: PARANÁ, 1937 a 1942, p. 48.

A criação destas escolas foi um investimento do Estado do Paraná, “[...] numa agricultura moderna, intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir, que concluiria com a própria industrialização da agricultura” (NASCIMENTO, 2005). Estas escolas, citadas no quadro acima, serão apresentadas na sequência, seguindo a ordem cronológica de instalação, percorrendo de forma

⁵⁵ A Escola Franklin Roosevelt de Santo Antonio da Platina, apresentada adiante, não se encontra no quadro apresentado no Relatório de 1937 - 1942 pelo fato de ter sido instalada em 1944.

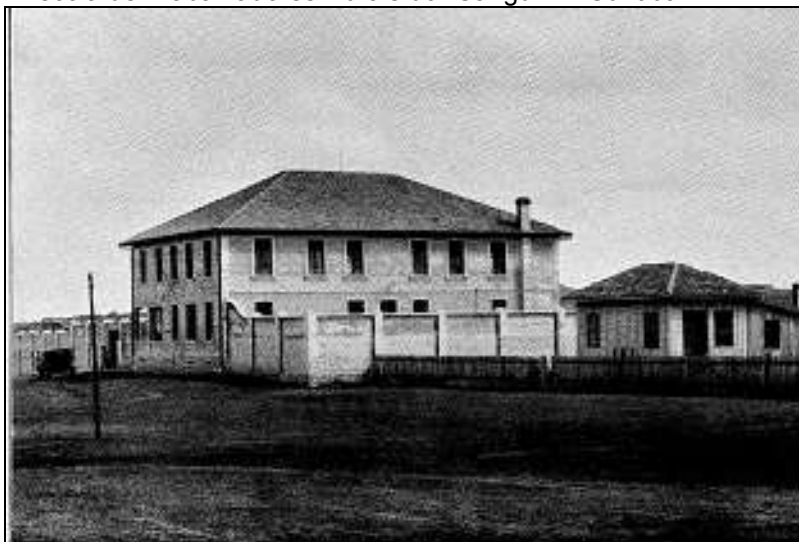
concisa sobre a cidade em que foram instaladas as respectivas instituições entre 1900 e 1950.

3.1 Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri – Curitiba

Na cidade de Piraquara⁵⁶, foi instalada a Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri, que cultivava centeio, milho, feijão e pecuária. Tratava-se de uma escola com “[...] capacidade para 85 alunos, instalada em 1936 e com 65 alunos matriculados” (PARANÁ, 1937-1942, p. 48). As matrículas obedeciam ao sistema de internato, e o Estado mantinha as despesas de alimentação, assistência médica, dentária, vestuário e educação.

FIGURA 7

Escola de Trabalhadores Rurais do “Canguiri” - Curitiba



Fonte: PARANÁ, Relatório, 1932-1939, p. 50.

Na Escola de Trabalhadores Rurais do Canguiri, foi instituído pelo governo estadual o Curso Profissional, sequência do Curso Primário, “[...] pelo fato desta

⁵⁶ A cidade de Piraquara se formou no início do povoamento de Curitiba, com um conjunto de fazendas. O progresso dessa cidade iniciou com a estrada de Ferro do Paraná que ligava Curitiba ao litoral; dando sua continuidade com a chegada dos imigrantes que trabalhavam na pecuária e na agricultura. Permaneceu parte integrante do distrito de São José dos Pinhais até 1890, momento em que foi elevada a Freguesia, denominada de Senhor Bom Jesus de Piraquara.

apresentar-se situada nas proximidades da capital” (SITTONI, 1944, p. 17). A localização próxima à cidade de Curitiba favoreceu a oferta de cursos que davam continuidade à formação do trabalhador. A força de trabalho necessária para a agricultura se encontrava disponível na classe operária da zona urbana. Dessa forma, aos olhos do governo, a utilização desse contingente, formado pelas escolas de trabalhadores rurais, contribuiria para com o mercado de trabalho e para com a grandeza de Curitiba (MENDONÇA, 2010).

A atitude do governo paranaense diante do cenário da expansão econômica, da carência de força de trabalho especializada, foi organizar a formação profissional por meio de instituições que abrigaram as crianças que perambulavam nas ruas. As Escolas de Trabalhadores Rurais foram um modelo de instituição direcionado para os pobres e desfavorecidos economicamente. Nesse contexto, o ensino profissional foi visto como mecanismo de controle e disciplinamento de uma parcela da sociedade; oportunidade indispensável para ensinar os ofícios manuais à população. Tais ações foram adotadas em favor de uma economia em expansão; exigência do sistema capitalista:

[...] uma política de controle social, pela submissão resignada pela força da necessidade, formando homens incapazes de rebelar-se contra o sistema e a ordem capitalista, disfarçada de benefício social. Tratava-se de uma política de ensino profissionalizante que *salvava* os pobres da marginalidade, mas, sobretudo, aumentava com o trabalho destes homens *salvos* pelo ensino profissionalizante, os lucros dos donos dos meios de produção (FERREIRA, 2002, p. 50, grifos do autor).

O modelo de produção capitalista influenciou a organização do ensino rural no Paraná, ramo de ensino destinado à classe operária. A formação deste profissional era restrita à preparação para o trabalho na agricultura, continuidade da dualidade da estrutura histórica do ensino brasileiro, no qual o ensino humanístico e científico dava acesso ao nível superior, oportunidade aos que pertenciam à classe dominante e um caminho de formação pragmática, limitada para a classe trabalhadora e desfavorecida economicamente. Manteve-se a dualidade de ensino brasileira, a separação entre as classes burguesas e a classe trabalhadora e uma formação diferenciada entre os mesmos (KUENZER, 2007).

3.2 Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes – Ilha das Cobras – Paranaguá

No período republicano, Paranaguá contava com os benefícios da luz elétrica, telefonia, rede de esgoto e abastecimento de água; para congregar os adeptos do novo regime foi fundado o Clube Republicano (PARANAGUÁ, 2007). O Porto de Paranaguá⁵⁷, neste período, passou a ser administrado pelo Governo do Paraná que realizou melhorias nesse local. O porto foi reinaugurado pelo Estado em 1935, com o intuito de atender à circulação de mercadorias produzidas e comercializadas no território paranaense que atendia já ao desenvolvimento capitalista. O porto fez dessa cidade o centro de comércio marítimo internacional na exportação e importação dos produtos comercializados na época; em especial, no Paraná, o café. Na cidade de Paranaguá, pela forte movimentação comercial e movida pela economia pesqueira foi instalada a Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes, na Ilha das Cobras.

FIGURA 8

Escola de Pesca “Antonio Serafim Lopes”



Fonte: PARANÁ, 1932-1939, p. 51.

⁵⁷ O progresso de Paranaguá se deu, em parte, pela chegada da primeira leva de imigrantes alemães que chegaram ao Paraná para se instalar em Rio Negro; alguns desses se instalaram no litoral. Mais tarde, no final do século XIX, chegaram poloneses e italianos, e se instalaram na Serra da Prata e fundaram várias colônias: entre elas, Alexandria, fundada pelos imigrantes italianos, e, Colônia Santa Cruz, pelos poloneses (PARANAGUÁ, 2007).

A Escola de Pescadores Antonio Serafim Lopes foi inaugurada no ano de 1936, atendendo às solicitações de comerciantes da sociedade de Paranaguá. Sua inauguração é conferida na Mensagem apresentada pelo Governador Manuel Ribas e data de novembro de 1936:

Em novembro do ano passado foi inaugurada a Escola Antonio Serafim Lopes, de finalidade correcional e construída na Ilha das Cobras, na Baía de Paranaguá. A construção foi iniciada em 1935 e terminada em 1936. Tem capacidade para 100 alunos e está dotada de todas as instalações necessárias á satisfação de seus objetivos. Possui diretor sob cuja orientação ministra-se ensino regular aos menores que ali se acham recolhidos. Há, nesse empreendimento, a satisfação de mais um dos compromissos do meu governo: o de trabalhar pelo Paraná, cuidando de sua infância e de sua juventude [...] É a obra de prevenção, de preservação que tanto me tem preocupado na administração do Estado (PARANÁ, 1937, p. 28-29).

Esta escola teve o cunho correcional, ou seja, era destinada para aquelas crianças que apresentavam comportamentos não aceitos socialmente; elas recebiam “[...] *educação, instrução, ensinamentos morais e cívicos, lições de trabalho e de pesca, num largo robustecimento físico, para se converterem em cidadãos úteis à pátria*” (PARANÁ, 1937, p. 29).

Regeneradora da sociedade, a educação era também um instrumento para a formação deste “novo” homem dentro da nova ordem social e política, tornando-os “úteis”. Seria então o instrumento para que se consolidasse o projeto de um país que buscava o desenvolvimento de sua economia.

Neste sentido, a educação serviu, no olhar republicano, para possibilitar ao “cidadão” a preparação de sua capacidade de produção, ascensão social e produtiva. A organização da sociedade capitalista, ao oferecer à classe trabalhadora o ensino profissional, visou somente à manutenção do próprio sistema, pois não havia interesse na classe hegemônica em “[...] oferecer ao povo uma verdadeira educação” (MARX & ENGELS, 2011, 114).

O Estado do Paraná, diante da necessidade de preparação da força de trabalho que emergia na sociedade brasileira, com o incentivo à industrialização e desenvolvimento interno, ratificou sua ação em oferecer formação profissional para o trabalho agrícola às crianças que “tenderam” à marginalidade, crianças órfãs acolhidas nos abrigos. No entanto, o atendimento à formação destas crianças era

insatisfatório. Havia precariedade e distorção da formação educacional que se oferecia a esses meninos:

As E. P. [...] ‘Antº S. Lopes’ possuem apenas reduzido material para prática de pesca em pequena escala – (canoas e rédes), sendo de notar que essa última, de há muito tempo, vem tendo sua finalidade completamente desvirtuada pois ao envez de ensinar a pesca se tem dedicado ao corte de pedras tendo se transformado de Escola de Pescadores em autêntica fábrica de paralelepípedos (PARANÁ, 1951 p. 58, grifos do autor).

Diante da falta, desde o material didático até professores formados para atuar no ensino de Pesca e Rural, essas instituições se tornaram “[...] verdadeiros depósitos humanos que não resolvem, mas apenas escondem dos olhos da sociedade a desgraça e a miséria” (GUIMARÃES, 1955, p. 51).

No entanto, não há interesse do Estado em cuidar da educação da classe operária, e oferecer um ensino de qualidade, com condições para que a aprendizagem aconteça realmente. Visto que, é necessário que ocorra o domínio ideológico do trabalhador para, assim, moldar sua conduta de aceitação e de suas condições de trabalhador submisso. “O verdadeiro significado da educação para os filantropos, é a formação de cada operário no maior número possível de atividades industriais” (MARX & ENGELS, 2011, 114).

A criação da Escola de Pescadores “Antonio Serafin Lopes” foi uma tentativa de reorganizar a sociedade, camuflar pelo discurso educacional, o que era de cunho social; situação ocasionada pela desigualdade econômica. Uma “proteção” aos menores delinquentes, mas que na verdade atendeu aos interesses de ordem social e econômica. A iniciativa em ocupar os desvalidos, tinha como finalidade inculcar o valor ao trabalho como o único bem que poderia elevar a nação brasileira ao progresso. Foi a junção de interesses conservadores que pretendeu manter a ordem, habilitando os desamparados economicamente com o preparo profissional e assim evitar um problema social da delinquência (DIEZ, 1998).

O ensino profissional, nesse contexto, seguiu a lógica do capital, acompanhou o processo de consolidação do sistema econômico capitalista e preparou o trabalhador para sua manutenção, ofereceu conhecimentos desiguais para classes desiguais. À classe trabalhadora foi atribuída a formação para o trabalho, tipo de ensino fragmentado, separado das atividades intelectuais: “[...] a atividade intelectual e material, o gozo e o trabalho, a produção e o consumo cabiam a indivíduos

distintos” (MARX & ENGLES, 2011, p. 27). Nesse sentido, as Escolas de Trabalhadores Rurais foram criadas com vistas a adequar as formas de exploração do sistema capitalista conforme exigia o momento histórico.

3.3 Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti - Curitiba

O desenvolvimento de Curitiba, capital do Estado, atraiu o interesse de imigrantes e pessoas que saíam da zona rural e pretendiam buscar sua sobrevivência mais próxima da vida urbana. Isso fez com que a população se aglomerasse nos arredores da cidade de Curitiba, formando muitos de seus bairros; entre estes está o bairro do Bacacheri. Situado na região nordeste de Curitiba, esse bairro foi cortado pela Estrada da Graciosa, o que ocasionou o desenvolvimento do comércio. Influenciado pela imigração europeia, seus campos eram trabalhados pelos colonos nos primeiros anos do século XX, no cultivo da agricultura e da pecuária.

A característica agrícola e a necessidade de escolaridade da população que residia no bairro Bacacheri, possibilitaram a criação e a instalação da Escola de Trabalhadores Rurais “Carlos Cavalcanti”. Esta escola, criada pelo Decreto n. 234 de 1935, tinha capacidade para 60 alunos e foi instalada apenas no ano de 1937 (PARANÁ, 1937-1942). Com caráter assistencialista, ofereceu instrução primária e ensino prático na agricultura e na pecuária.

O ensino oferecido neste espaço educacional aconteceu com o intuito de preparar para o desenvolvimento econômico do Paraná, uma das maiores preocupações de Manoel Ribas foi construir escolas de Trabalhadores Rurais, em seu discurso essas escolas contribuiriam para com a “grandeza econômica” do Estado:

Devotado sempre ao ensino profissional, que reputo um dos fatores capazes de fazer a grandeza econômica do Paraná, construi a “Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti” prédio moderno e majestoso, situado no arrebalde do Bacacheri, destinado ao preparo intelectual e profissional-rural dos menores desamparados. Ali os internados do antigo

Abrigo de Menores⁵⁸ recebem instrução primária e noções práticas de agricultura, familiarizaram-se com o tratamento e criação de animais domésticos, aprendem a trabalhar nas indústrias caseiras e rurais e em outros ofícios (PARANÁ, 1936, p. 97).

Todavia, imersa na preocupação em aprimorar os conhecimentos e as técnicas do trabalhador rural, encontrava-se diluído os interesses econômicos que faziam da escola uma forma de materializar o projeto de interesse nacional: a modernização da agricultura e sua relação com a indústria. Para isso, o Estado, nas palavras do Governador Manoel Ribas, alega resolver as questões da delinquência e da economia; assim afirma suas intenções: “[...] *vimos procurando resolver o problema da infância desprotegida, sob uma forma mais racional e proveitosa para a nossa economia, como seja a da formação de trabalhadores rurais*” (PARANÁ, 1939, p.39). A questão das crianças órfãs e nas ruas oportunizou as ações do Estado em preparar o trabalhador qualificado para a agricultura.

FIGURA 9

Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos Cavalcanti”



Fonte: PARANÁ, 1932-1939, p. 22.

⁵⁸ O Abrigo de Menores criado em Curitiba recebia provisoriamente crianças abandonadas que aguardavam decisão judicial sobre seus destinos. Para maior entendimento indicamos a leitura de: PEREIRA, Welson Luiz. **O menor e a moralização pelo trabalho**: casa do pequeno jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962). Dissertação de mestrado. Curitiba: UFPR, 2009.; e DIEZ, C.L.F. **Práticas sociais e a educação do menor**: a construção de um arquivo. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1993. O ensino agrícola no Paraná é caracterizado por duas fases, a primeira se caracteriza pela abolição da escravidão e pela necessidade de trabalho assalariado, o que levou a criar instituições a exemplo do Abrigo de Menores, o Patronato e os Aprendizados Agrícolas, de cunho assistencialista, os quais atendiam os órfãos e desvalidos (MARTNIIAK, 2011)

Portanto, a finalidade de criação das escolas de ensino profissional, não foi somente a filantropia, a preocupação com o “problema da infância desprotegida”, mas, sim, uma resposta às demandas do capital, do crescimento do consumo nos centros urbanos, do comércio e da característica agrícola do Paraná, pois, “[...] *a fertilidade de suas terras attrahe diariamente a acção dos capitalistas e a corrente de imigração [...]*”; o Paraná passou a ser visto no contexto nacional como “[...] *nova e extraordinária fonte de receita publica*” (PARANÁ, 1924, p. 48).

Nesse período, foi instaurado por Getúlio Vargas o Estado Novo, pelo golpe militar de 1937, o qual era impregnado de interesses e ideologias que favoreceram os industriais. Com as alterações que ocorreram no cenário nacional, o incentivo à industrialização fez com que grande parte da população do meio rural se deslocasse para as grandes cidades. Este movimento migratório levou a tomar decisões acerca da formação que devia ser oferecida às camadas mais pobres da sociedade, os da zona rural deveriam receber um ensino que formasse o homem rural, no trabalho da agricultura.

À população urbana seria oferecido o ensino industrial, já que a indústria era a certeza de emprego e sustento, além de oportunidade fácil para aqueles que se estabeleceram nas cidades.

O Estado Novo foi uma ditadura *de fato*. Um regime sem o funcionamento do Congresso Nacional, sem partidos legais, sem eleições. Desenvolveu-se o fortalecimento do Estado no sentido de melhor servir aos interesses do regime econômico que denominamos de capitalismo na sua política de controle [...] o período ditatorial incentivou a participação do Estado em assuntos econômicos, no sentido de proteger atividades econômicas já existentes e de favorecer o surgimento de novas (GHIRALDELLI, 2003, p. 85-86).

Nesse regime, tomaram-se iniciativas quanto à formação da classe trabalhadora; na Constituição de 1937, foi definida uma formação exclusivamente para aqueles que não tinham condições de frequentar o ensino público nas formas acuradas pelo Artigo 130. Para a classe trabalhadora, o Estado getulista elaborou uma formação eminentemente profissional. Consolidou-se a dualidade de ensino brasileira, a separação entre as classes burguesas e a classe trabalhadora e uma formação diferenciada entre os mesmos, concretizando-se o ideário liberal republicano de educação e de sociedade brasileira capitalista.

A educação no contexto de expansão do sistema capitalista no Paraná acompanhou o desenvolvimento e as necessidades da economia no século XX. A escola assumiu o papel de formadora da força de trabalho e o ensino profissional reproduziu os interesses da classe dominante, preparou a classe trabalhadora apenas para exercer atividade braçal.

3.4 Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas – Ponta Grossa

Outra cidade que atraiu o interesse do governo em instalar uma escola direcionada ao trabalho rural foi a de Ponta Grossa. A atenção do governo paranaense em instalar a Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas” se deu pelo fato desta cidade contar com comércio desenvolvido, uma variedade de casas comerciais, olarias, indústrias madeireiras e desenvolvimento urbano estimulado também pela construção da estrada de ferro (NASCIMENTO, 2004).

Seu desenvolvimento, gerado primeiramente pelo tropeirismo, pela estrada de ferro e, posteriormente, com a corrente imigratória de diversas etnias, estimulou a expansão urbana e rural. Ponta Grossa era o ponto de convergência entre o Estado de São Paulo e Rio Grande do Sul devido à passagem dos tropeiros; muitos destes tropeiros ali se instalaram e formaram os primeiros núcleos da região, este fator favoreceu a circulação de mercadorias e o aumento populacional da região (NASCIMENTO, 2004).

A construção da Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas”, em Ponta Grossa, foi solicitada pela comunidade pontagrossense ao prefeito da época, Albary Guimarães, que auxiliou para que acontecesse a instalação da escola. Este designou um terreno nos arredores da cidade para a construção do edifício: “[...] em Uvaranas com área de 14 hectares e 1.745 metros, com a condição de ser ultimada no prazo de três anos” (FREHSE, 2007, p. 63).

Várias iniciativas foram tomadas para angariar os recursos necessários; muitas sociedades da cidade realizaram bailes e festivais, listas de contribuição foram distribuídas, flores simbólicas foram vendidas pelas normalistas que promoveram também lanche festivo para angariar fundos. A sociedade se mobilizou e os resultados foram apreciáveis (FREHSE, 2007, p. 63).

A Escola de Trabalhadores Rurais foi inaugurada em 24 de julho de 1937; surgiu, primeiramente, da campanha de criação de Abrigo para Menores. Em 17 de setembro de 1937, pelo Decreto n. 5.557, esta instituição passou a ser denominada Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas” (FREHSE, 2007).

FIGURA 10

Escola de Trabalhadores Rurais “Augusto Ribas”



Fonte: PARANA, 1932-1939, p. 53.

A inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais em Ponta Grossa “Augusto Ribas”⁵⁹ foi divulgada pelos meios de comunicação da época, os quais enalteciam as ações do governo: “*As Brilhantes solenidades da manhã e da Tarde*”, as quais foram a inauguração do Grupo Professor Colares e Escola Rural Augusto Ribas, para atender ao ensino público de Ponta Grossa: “[...] *vão ser entregues à Princesa dos Campos mais dois majestosos edifícios públicos, um de ensino e outro de philantropia*” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 24 de julho de 1937). A notícia da inauguração das instituições mencionadas no jornal “Diário dos Campos” evidenciava o tipo de público a ser atendido nos referidos edifícios, um era para o

⁵⁹ Atualmente em funcionamento, a Escola de Trabalhadores Rurais foi transformada em Escola Agrotécnica, pelo Decreto 27.925 de 1960 e pelo Decreto n. 5.211 de 1978, publicado no Diário Oficial n. 333 de 03 de julho, no mesmo ano denomina essa instituição de Colégio Agrícola. A partir de 1980, pela Lei 7.307 do mesmo ano, publicado no Diário Oficial n. Nº 796 de 15 maio de 1980, passou a ser patrimônio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com suas instalações no Campus de Uvaranas.

ensino outro para a filantropia, ratificando o ensino dual, uma instituição para a classe dominante e outra para a classe dominada.

Esta infância devia ser aproveitada e inserida, de alguma forma, na vida econômica da região de Ponta Grossa e contribuir para com os planos dos republicanos: o progresso da nação. A iniciativa tomada pela classe proprietária dos meios de produção da sociedade pontagrossense, a qual considerava as crianças abandonadas uma ameaça para a ordem da sociedade, foi a de agrupá-las em um único espaço para instruí-las e discipliná-las para o trabalho. Esta escola teve com objetivo abrigar e formar os meninos órfãos para os conhecimentos teóricos e práticos da agricultura e da pecuária.

A Escola de Trabalhadores “Augusto Ribas” em Ponta Grossa iniciou formando os trabalhadores rurais; obedecia ao Regimento das Escolas de Trabalhadores Rurais de 1935, que determinou formação no ensino primário com duração de quatro anos com aulas práticas. Em 1944, passou a ofertar o ensino Rural Complementar com certificação de Lavrador ao final de três anos de curso (FREHSE, 2007).

A ação do governo em criar escolas para o ensino rural veio atender as necessidades da educação para o povo que não contava com oportunidade de ensino em suas localidades, assim sendo, o ensino profissional rural atendeu a instrução elementar nos povoados e a formação do trabalhador agrícola necessária ao desenvolvimento da economia desejada pelo Estado.

A criação das escolas técnicas no Paraná contribuiu para com a reprodução dos interesses da burguesia em oferecer uma educação que apenas preparava para o trabalho. Pela educação profissional, reafirmou-se a alienação do trabalhador em relação ao não reconhecimento de si no que produz e na sua condição de transformador da história. “[...] É assim que os operários são postos à parte pela classe dominante no poder do plano moral, como o são nos planos físico e intelectual” (MARX e ENGELS, 1979, p. 70).

O ensino somente manual impede o trabalhador de conhecer as relações que permeiam a sociedade que ele faz parte; a escola oportuniza a poucos o conhecimento sistematizado e separa o trabalho manual do intelectual. Essa função de escola reprodutora do sistema capitalista se reforça ainda mais com o ensino profissional. Para a classe trabalhadora, o mínimo dos conhecimentos necessários para conseguir uma oportunidade de trabalho e dar conta de conviver em sociedade;

para a burguesia industrial, uma formação de dirigentes, pois são estes que comandam e decidem pela sociedade (KUENZER, 2004).

A educação respondeu aos interesses dos proprietários dos meios de produção em formar o trabalhador a partir das mudanças econômicas na sociedade, e que atenderam às necessidades técnicas e científicas do capital. Isso se deu conforme se reestruturou o sistema de produção, e à escola técnica foi atribuído o papel de produzir o trabalhador que a sociedade necessitava (KUENZER, 2004).

3.5 Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo – Castro

Castro⁶⁰, um dos municípios mais antigos do Paraná, teve seu desenvolvimento econômico pela construção da estrada de ferro que cortou Campos Gerais - PR, este acontecimento mudou o cenário da região, ampliou o comércio da madeira e trouxe os imigrantes para o cultivo das terras ainda não desbravadas na região (BALHANA, 1969).

Seu desenvolvimento tomou rumo mais acelerado com as novas técnicas da produção da erva-mate e a chegada dos imigrantes holandeses que estimularam a agricultura e empregaram novos recursos na criação de gado (WACHOWICZ, 2001). Os tropeiros que ali passavam comercializavam na região suas mercadorias, traziam notícias dos acontecimentos de São Paulo para a população da região a qual se encontrava excluída dos movimentos da sociedade e do acesso a escolarização (NASCIMENTO, 2004).

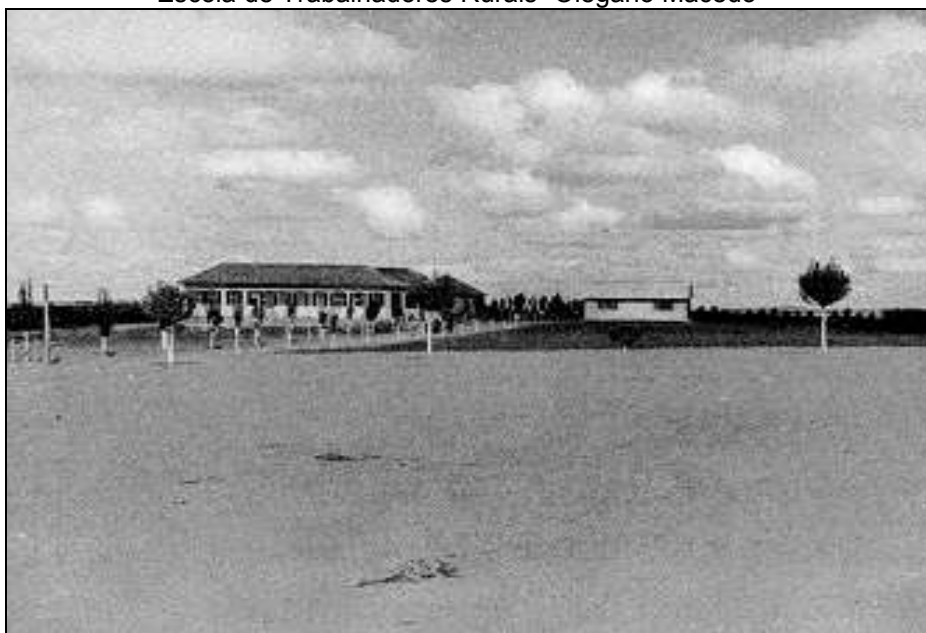
A cidade de Castro, com as mudanças ocorridas no contexto nacional em relação ao desenvolvimento econômico, teve aumento da população e a necessidade de preparação dos agricultores para as atividades da lavoura. Os habitantes da zona rural desta região se encontravam isolados e produziam somente para o sustento da própria família.

⁶⁰ Castro, cidade também originada pelo tropeirismo desde o século XVIII, formou-se à beira do caminho, chamado Viamão, que ligava Rio Grande do Sul aos Campos Gerais. Atraído pelas águas, pastagens e clima propício, foi povoado por paulistas que ali se instalaram para criar gado. “Os caminhos das tropas se intensificavam com o comércio de mulas, principal fonte de renda da região do sul do país” (NASCIMENTO, 2008, p. 28). Assim, a economia agropecuária e o surgimento de fazendas tiveram fundamental importância para o povoamento e desenvolvimento econômico dos Campos Gerais.

Para atender as demandas do aumento da produção agrícola e a formação do agricultor, o Estado do Paraná fez investimentos para a construção de uma escola, instituição que não teria diferente finalidade aos empreendimentos feitos no ensino profissional rural no Paraná. Foi instalada⁶¹ e inaugurada nessa cidade, para atender essa população carente pelo ensino profissional a Escola “Olegário Macedo” “[...] em 1938 com capacidade para 100 alunos preenchendo o número de 90 alunos matriculados no ato de sua instalação” (PARANÁ, 1937-1942. p. 48).

FIGURA 11

Escola de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo”



Fonte: PARANA, 1932-1939, p. 52.

Os alunos matriculados na Escola de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo” que ali concluíam o ensino elementar, recebiam transferência a fim de dar prosseguimento à formação rural na Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti na Capital do Estado:

Nesta escola era ministrado o ensino de grau primário com a duração de quatro anos, cumprindo ao mesmo tempo um preparo de ensino elementar rural de caráter prático. Uma vez demonstrada aptidão para lavoura, os alunos eram transferidos para a Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Carlos

⁶¹ Desde sua criação e instalação, a Escola de Trabalhadores Rurais de Castro seguiu o regulamento vigente no período de sua instalação; posteriormente recebeu a normatização do Regulamento de 1938, sofreu alterações posteriores a 1950, juntamente com as demais instituições dessa modalidade. Ainda em funcionamento, na atualidade, continua a oferecer o ensino agrícola e pecuário, denominado Colégio Agrícola Estadual Olegário Macedo.

Cavalcanti” do Bacacheri – Curitiba, onde se matriculava no Curso Profissional de Trabalhadores Rurais, aperfeiçoando os conhecimentos adquiridos em outras escolas. Era ministrado um programa especial de três anos, correspondente ao Curso de Capataz Rural (COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL OLEGÁRIO MACEDO, [198?], p. 1).

Por meio da Escola de Trabalhadores Rurais “Olegário Macedo” de Castro, o Estado tinha como discurso “promover” o homem rural, isso proporcionou aos agricultores da região um tipo de ensino elaborado para uma classe específica da sociedade, com educação igualmente distinta e imposta aos que não tinham oportunidade de escolha. A educação, decidida e orientada conforme o interesse da classe dominante, nas mãos da última tornou-se instrumento de controle social. “O estado de classe estava intimamente ligado ao ensino de classe. Ainda que não sem tensões, o aparato escolar se convertia em um apêndice da classe dominante [...]” (MARX & ENGELS, 2011, p. 18).

O ensino para trabalho, nesse período, ministrado pelas escolas de trabalhadores rurais no Paraná, por meio do ensino profissional, passou a ser disciplinador do homem para o benefício da pátria. Pelo ensino oferecido nas Escolas de Trabalhadores Rurais, se buscou uma forma de integrar o indivíduo no espaço no qual este pudesse contribuir para sanar as necessidades do Estado.

3.6 Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas – Palmeira

A construção da estrada de ferro para a circulação das mercadorias agrícolas, estimuladas pelo processo de desenvolvimento da economia interna dos bens de consumo mudou a economia agropecuária da região de Palmeira⁶². O desenvolvimento urbano, estimulado pelo comércio, tornou-se atrativo. “A população que vivia nos núcleos coloniais foi gradualmente se transferindo para o novo povoado [...] em busca de melhores condições de vida” (PADILHA, 2010, p.

⁶² Na região dos Campos Gerais, juntamente com as cidades de Castro e Ponta Grossa, originou-se a cidade de Palmeira. Seus campos e sua localização favoreciam o pouso das tropas que faziam o trajeto entre São Paulo e o Rio Grande do Sul para o comércio de gado. A passagem dos tropeiros no século XIX estimulou sua organização em fazendas, a criação e o comércio de gado, desenvolvendo a economia da cidade e consequentemente sua população (PADILHA, 2010).

57). A população urbana cresceu na região e para isso necessitava ampliar a produção agrícola.

Dentre os estabelecimentos comerciais do mencionado período destacavam-se o frigorífico Krambeck, situado na Rua Barão do Rio Branco; fábrica de embutidos; armazém de secos e molhados; fábrica que torrava e moía o famoso café da cidade, “Café Natal”, comercializava seu produto nas colônias e fazia o transporte de carroças com toldo; tinha a farmácia Palmeirense situada na rua XV de Novembro; fábrica de Vinhos Primor; Banco Comercial do Paraná; Ipiranga Foot Ball Club e a Alfaiataria Moderna que atendia os clientes da cidade e região, com seus ternos feitos sob encomenda e artigos de luxo como chapéu, gravata, lenços e tecidos (GUMY, 2008).

Esses estabelecimentos comerciais mostravam o adiantado desenvolvimento urbano da cidade de Palmeira que revelava a formação da classe burguesa gerado pela economia da época.

Percebe-se pelo desenvolvimento da cidade de Palmeira que o ciclo econômico baseado na extração e industrialização da erva-mate, bem como na extração e beneficiamento da madeira, formou na cidade uma classe burguesa, que não era a totalidade, mas a maioria, com grande poder aquisitivo (PADILHA, 2010, p. 62).

Nos anos de 1940, o Governo Federal adquiriu um terreno⁶³ na região de Palmeira; nesse local, começou a funcionar um Posto de Monta⁶⁴, que servia para cuidar dos animais, vacas, cavalos e carneiros que o governo paranaense para ali mandava e que ficavam aos cuidados dos funcionários. Local em que, mais tarde, foi construída a Escola de Trabalhadores Rurais “Getúlio Vargas” na cidade de Palmeira:

⁶³ Este terreno foi adquirido pelo governador do Estado do Paraná Manoel Ribas do Sr. Carlos Margraf Junior. (HISTÓRICO DO COLÉGIO DE PALMEIRA).

⁶⁴ Posto de Monta é um espaço mantido pelo Estado para cuidar de animais de raça pura para reprodução com objetivo de melhoria da espécie no Estado. Cf: PARANÁ, 1932-1939, p. 121.

FIGURA 12

Escola de Trabalhadores Rurais “Dr. Getúlio Vargas”



FONTE: Acervo histórico do Colégio Estadual Getúlio Vargas – Palmeira

A maioria da população rural da região de Palmeira era analfabeta, os grupos escolares criados na cidade de Palmeira, ficavam distante da população que morava na área rural (PADILHA, 2010). Para atender esta população carente de instrução foi criada a Escola de Trabalhadores Rurais “Getúlio Vargas” para oferecer o ensino agrícola.

Assim, na cidade de Palmeira, “[...] foi inaugurada a *Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Getúlio Vargas*⁶⁵ com capacidade para 100 alunos” (PARANÁ, 1937-1942, p. 48). O ato solene de inauguração da escola aconteceu no dia 19 de abril de 1941 com a presença do Interventor Manoel Ribas que discursou sobre a questão da infância:

⁶⁵ A Escola de Trabalhadores Rurais de Palmeira, a partir de 1966, passou a oferecer o Curso Colegial Agrícola, formando o técnico agrícola. Com área total de 117 hectares, sua estrutura física contém 10 salas de aulas, 1 biblioteca, 1 sala de professores, 2 laboratórios de informática, 1 laboratório de ciências, 1 laboratório de mecanização agrícola, 1 laboratório de agroindústria, 1 campo de futebol e setores de horticultura, 2 quadras poliesportivas, suinocultura, caprinocultura, bovinocultura de leite, grandes culturas, agroecologia, ovinocultura, silvicultura e olericultura (HISTORICO DO COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL GETÚLIO VARGAS, 19--).

[...] “Às 15,30 teve lugar a cerimônia de inauguração falando no ato o Exmo Dr. Interventor Manoel Ribas que em brilhante improviso focalizou o problema da infância desprotegida [...]” (COLÉGIO AGRÍCOLA ESTADUAL GETÚLIO VARGAS. Ata de inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais do dia 19 de abril de 1941).

A educação para os afazeres agrícolas, tendo como discurso a preocupação com a “infância desprotegida” que preparava o “novo homem” por meio da subordinação ao trabalho, permeou o discurso de Manoel Ribas; justificava os alunos atendidos por essa instituição, os órfãos, as crianças abandonadas e preparando-as para a subordinação ao capital; exigência do processo de expansão da industrialização. E no papel do Estado uma forma de subsidiar o desenvolvimento da agricultura pela formação do trabalhador rural, qualificando sua força de trabalho pelo domínio dos conhecimentos para o aumento da produtividade no setor (MENDONÇA, 2010).

Desde sua instalação e inauguração, funcionou, nesse estabelecimento educacional, o Curso de Ensino Rural Primário. Essa instituição não foi criada apenas para oferecer o ensino elementar, mas para atender questões pertinentes ao assistencialismo e à delinquência, tendo a finalidade de reformatório: “[...] ali funcionou um reformatório o qual abrigou cento e vinte alunos de todas as cidades do Paraná, todos eles com problemas de disciplina, alunos de rua completamente abandonados, enfim órfãos” (GUMY, 2008, p. 25).

A Escola de Trabalhadores Rurais “Getúlio Vargas”, de Palmeira, funcionou como internato atendendo o público masculino⁶⁶, admitido devido à carência econômica da população da região. Essa ação do governo refere-se à necessidade do preparo da força de trabalho, emergente do desenvolvimento econômico, conciliada com a necessidade de “atender” os desprovidos economicamente. Esse contingente da população tornou-se força de trabalho hábil nas ações do Estado que pretendeu promover mais rapidamente as inovações na agricultura.

⁶⁶ Pelo Decreto N. 772 de 1939, Artigo 1º, estas instituições foram criadas para atender o público de ambos os sexos.

FIGURA 13

Alunos da Escola de Trabalhadores “Rurais Getúlio Vargas”



Fonte: Acervo histórico do Colégio Estadual Getúlio Vargas – Palmeira.

A Escola de Trabalhadores Rurais “Getúlio Vargas”, como as demais desse modelo, obedeciam às instruções da Diretoria da Instrução Pública, com professores normalistas que regiam o ensino primário. Os internos recebem “[...] *o ensino prático de agricultura, horticultura, jardineira, silvicultura, higiene e trato dos animais, laticínios, avicultura e outros*” (PARANÁ, 1932-1939, p. 39).

A formação oferecida por estas instituições de ensino profissional rural no Paraná não alterou a ordem da educação pensada para a classe trabalhadora, somente reafirmou a dualidade de ensino da educação brasileira. A de formar trabalhadores para o mercado. A proposta de formação para as mudanças das bases da produção agrícola, com a justificativa de se promover o homem rural, apenas camuflou a realidade, que era a de promover o uso dos modernos maquinários, o trator, a grade, as semeadeiras, etc.. Deste modo, o ensino não era voltado para a formação intelectual que promoveria o homem, pois, manteve a prioridade do ensino prático, ou seja, da formação para o trabalho.

3.7 Escola de Trabalhadores Rurais Lysimaco Ferreira da Costa - Rio Negro

Rio Negro⁶⁷ faz divisa com Santa Catarina, e originou-se da passagem das tropas que comercializavam gado e mula entre os estados do sul do Brasil e São Paulo⁶⁸. O comércio da erva-mate e os imigrantes que ali chegaram formaram colônias e mudaram a característica da região. A imigração européia, nessa cidade, foi marcada pela presença de poloneses que fundaram a Colônia Lucena e dos alemães bucovinos⁶⁹ que ali se instalaram na segunda leva de imigrantes que entraram no Paraná até o início do século XX.

O setor econômico da região foi estimulado pela construção da estrada de ferro que aqueceu a exploração da madeira, instigou a instalação de fábricas e serrarias, gerou empregos e desenvolveu o comércio local. Na década de 1940, já havia “[...] indústria voltada para o beneficiamento da madeira: tábuas, vigas, vigotes, caibros, ripas, sarrafos, caixas, barricas para erva-mate, cabos de vassoura e móveis” (CELESTINO, 2002, p. 264).

Foram erguidas belíssimas residências em diversos lugares da cidade, que mostravam a chegada do progresso em Rio Negro e o desenvolvimento das fábricas e do comércio:

Casas comerciais surgiram em toda parte. Fartura de artigos nacionais e importados. Casimiras só podiam ser da Inglaterra. Perfumes, só franceses. Tesouras, navalhas e artigos de cutelaria só serviam se fossem da *Solingen*, da Alemanha [...] Brotaram fábricas e oficinas em todos os recantos. Havia sede de produção (CELESTINO, 2002, p. 272, grifos do autor).

⁶⁷ A intensidade do movimento das tropas nas margens do Rio Negro despertou a atenção do governo de São Paulo ainda no século XIX, que determinou a instalação de um registro fiscal para a cobrança de tributos. Rio Negro se transformou num importante centro colonial, principalmente depois do crescimento do povoado, feito pelos sertanejos que cultivavam pequenos animais, produtos agrícolas para o sustento e extraíam e produziam a erva-mate (MAFRA, 2008).

⁶⁸ Para informações mais detalhadas sobre a história de Rio Negro, ler: Antonio Dias Mafrá: **Aconteceu nos hervais**: A disputa territorial entre o Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do Vale do Rio Negro. (Dissertação de Mestrado pela Universidade do Contestado-SC); CELESTINO, Ayrton Gonçalves. **Os bucovinos do Brasil**. - Curitiba: Torre de Papel, 2002.

⁶⁹ Bucovinos são chamados os alemães que vieram da região da Bucovina: Província situada no extremo Leste do Império Austro-Húngaro. Atualmente Norte da Romênia (CELESTINO 2002).

Nessa conjuntura, iniciou a construção da Escola de Trabalhadores Rurais na área da antiga estação de viticultura⁷⁰ em Tijuco Preto, distrito da cidade de Rio Negro. A Estação Experimental de Viticultura, Enologia e Frutas de Clima Temperado, foi construída em área significativa, com 56 hectares, escolhida para instalação da escola de ensino rural e inaugurada em 1941, como apresenta a ata lavrada no dia da inauguração da instituição:

Aos dezenove dias do mez de abril de mil novecentos e quarenta⁷¹, no edificio da Escola de Trabalhaoes Ruraes, cito no Tijuco Preto, distrito da cidade do Rio Negro, Estado do Paraná, presentes o Sr. Raul de Almeida, Prefeito Municipal o representante do Sr. Interventor Federal no Estado. O Sr. Col. Luiz Silvestre Gomes Coelho, comandante do 2º Batalhão Ferroviário e demais pessoas que assinam a presente ata, foi procedida a inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais de Rio Negro, mandada construir pelo Governo do Estado em terreno doado pela Prefeitura Municipal (COLEGIO AGRICOLA ESTADUAL LYSIMACO FERREIRA DA COSTA, Ata de inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais do dia 19 de abril de 1941).

A Escola de Trabalhadores Rurais em Rio Negro inaugurada pelo Governo do Estado para abrigar os menores que perambulavam pelas ruas, sendo recolhidos nesta instituição de cunho assistencialista, funcionava como abrigo para meninos que não tinham famílias.

Ofereceu nesta instituição o Curso de Ensino Rural Primário teórico e prático com finalidade de amparar os lavradores paranaenses (PARANÁ, 1932-1939). A escola contava com amplo espaço de terra para o cultivo de fruticultura, agricultura, com variedade de lavoura: trigo, feijão, milho, horta, pastagens e área própria para a criação de animais de diversas espécies (equinocultura, bovinocultura, ovinocultura, avicultura e suinocultura). (COLEGIO AGRICOLA ESTADUAL LYSIMACO FERREIRA DA COSTA, Histórico da Escola, s/d).

⁷⁰ Viticultura é uma ciência que estuda a produção da uva, a fim de verificar se este fruto poderá ser destinado para o consumo in natura, para a produção de suco, para a vinificação ou para a produção de uva passa.

⁷¹ No início da ata de inauguração da escola, está registrado o ano de 1940; ao encerrar o documento, menciona-se a data de 19 de abril de 1941.

FIGURA 14

Escola de Trabalhadores Rurais “Lysimaco Ferreira da Costa”



Fonte: Acervo histórico do Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa – Rio Negro.

O incentivo ao desenvolvimento da agricultura no Paraná promoveu a visita de norte-americanos que trouxeram novas técnicas e equipamentos modernos para possibilitar maior produção na agricultura brasileira, além de financiamentos. (MENDONÇA, 2010).

FIGURA 15

Visita dos técnicos norte-americanos na Escola de Trabalhadores Rurais “Lysimaco Ferreira da Costa”



FONTE: Acervo histórico do Colégio Estadual Lysimaco Ferreira da Costa – Rio Negro.

A participação dos norte-americanos⁷² no desenvolvimento das técnicas da agricultura teve por objetivo atender à necessidade do ensino profissionalizante, próprio do Ministério da Agricultura e se aplicou no “[...] ensino profissional e de caráter beneficente, disciplinar, submetidas à fiscalização oficial” (MENDONÇA, 2010, p. 64-65).

A influência dos Estados Unidos no incentivo à produção e a diversificação agrícola no Brasil se deram pelo fato do referido país ter assumido o posto central da economia mundial⁷³. No entanto, os americanos não tinham como interesse contribuir para com a diversificação agrícola no Brasil, mas sim estreitar as relações comerciais entre os dois países para o comércio de implementos agrícolas necessários à modernização da agricultura (MENDONÇA, 2010).

Assim, a Escola de Trabalhadores Rurais de Rio Negro, ao atender as crianças consideradas desvalidas e delinquentes daquele período, atendeu a demanda do capital em formar o trabalhador adequando-o conforme o espaço em que vive, “[...] fazia-se urgente organizar uma instituição de ensino adaptada e adaptadora do homem ao seu meio” (PRADO, 1995, p.12). Uma forma de por em prática o disciplinamento e controlar a classe trabalhadora pelo convencimento ideológico de que o indivíduo deveria se conformar e se manter nas condições de vida em que se encontrava.

Criada para atender parte da população de Rio Negro que se encontrava desassistida pela oferta de ensino no período, essa escola recebeu caráter de abrigo, pois o Estado, ao instalar esta instituição tentou resolver uma mazela social. Não obstante, o ensino proporcionado por essa escola era o estritamente necessário para o trabalho na lavoura “[...] Vê-se o que a burguesia e o Estado fizeram pela educação e a instrução da classe trabalhadora [...] asseguraram-lhe uma formação prática, [...]” (MARX; ENGELS, 1978, p. 69). A educação se configurou como reprodutora desta sociedade, de suas relações e do seu sistema conservador, o qual legitimou os interesses da classe dominante na manutenção da estrutura social numa sociedade dividida em classes.

⁷² Para maior conhecimento sobre a participação dos norte-americanos no ensino agrícola brasileiro, indicamos a obra de MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado, educação rural e influência norte – americana no Brasil (1930 – 1961)*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

⁷³ Posto esse ocupado pelos Estados Unidos que impunha regras aos mercados financeiros e econômicos no período pós 2ª Guerra Mundial em 1945.

3.8 Escola de Trabalhadores Rurais Campo Comprido - Curitiba

Em 1924, chegou ao Paraná uma grande leva de imigrantes japoneses, uma parcela desses imigrantes partiu para o norte do Estado; algumas famílias japonesas se instalaram nos bairros de Curitiba, entre estes estava o de Campo Comprido⁷⁴, com terras férteis que oferecia condições para o cultivo da agricultura. Para sobreviver, esses imigrantes, de início dedicaram-se à piscicultura e à lavoura, que passaram também a cultivar produtos da hortifruticultura, pouco empregado na região da capital e que encontrou facilidade de comércio.

A crescente urbanização oportunizou o comércio da produção de hortifruticultura feita pelos moradores do Bairro de Campo Comprido. Frente a estes acontecimentos o governo paranaense utilizou-se deste fator para instalar no bairro de Campo Comprido uma escola de ensino profissional agrícola e assim atender a demanda exigida pelo sistema capitalista em acelerar o processo de industrialização e estabelecer relação entre indústria e agricultura.

Nesse bairro, foi instalada em 1941 a Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido⁷⁵, com capacidade para abrigar 30 crianças (PARANÁ, 1937-1942). A criação dessa instituição foi para habilitar os alunos no cultivo de vegetais e animais; essa escola funcionou como Estação de Viticultura: *“Na esfera da experimentação vegetal, funcionaram normalmente, prosseguindo na execução de seus programas de estudos e registros [...] a Estação de Viticultura de Campo Comprido”* (PARANÁ, 1940-1941, p. 25).

Habilidades do trabalho agrícola oferecidas para atender a formação da classe trabalhadora, gerada pelo processo econômico capitalista e pela educação

⁷⁴Os imigrantes que chegavam a Curitiba procuravam lugares já ocupados em torno da capital, evitando se estabelecer em locais desabitados, devido às dificuldades de distância, deslocamento e acesso aos centros de comércio. Assim se deu a ocupação da região onde atualmente está o bairro de Campo Comprido. Isso se deu pela organização de colônias vizinhas de Riviera, Dom Pedro, Santo Inácio, Orleans, Dom Augusto. Informações retiradas dos sites: História de Campo Comprido. Disponíveis em: <http://www.buscabairros.com.br/campo-comprido/historia-do-campo-comprido/>; <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historia-imigracao/208>. Acesso em: 12 de Agosto de 2012.

⁷⁵ Esta escola não permaneceu ativa por muito tempo, com essa modalidade de ensino rural. Em 1955, Samuel Guimarães, em uma reportagem intitulada “O Brasil caminha pelos pés das crianças”, mostrou ter a Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido deixado de oferecer o ensino rural e passou ser um Abrigo de Menores; “[...] antiga Escola de Trabalhadores Rurais passou há três anos da Secretaria da Agricultura para a do Trabalho e Assistência Social. Hoje não é nem Escola Rural nem Centro Profissional. Parece mesmo é com um abrigo de menores, no mau sentido dessa expressão. Quer dizer um lugar meio assustador, desses para onde ameaçamos mandar nossos filhos quando eles estão ficando peraltas demais” (GUIMARÃES, 1955, p. 51).

profissional objetivava intensificar-se. Apresentada como ampliação de oportunidades educacionais, no entanto, atendia aos objetivos conservadores das classes dominantes e propagada como acesso ao conhecimento e de caráter democrático para as classes inferiores (XAVIER, 1990).

O problema da infância desvalida do Paraná foi resultado do desajuste social que ocorreu devido ao acelerado desenvolvimento das cidades, fruto do enriquecimento de alguns em detrimento do empobrecimento de muitos. A escola, ao oferecer o ensino rural, moldando o trabalhador, devia solucionar os problemas da desordem social (GUIMARÃES, 1955).

FIGURA 16

Escola de Trabalhadores Rurais de “Campo Comprido”⁷⁶



Fonte: Acervo da Casa da Memória de Curitiba.

A Estação Experimental de Campo Comprido tornou-se um depósito de crianças: “[...] desde que foram entregues aos cuidados do governo, os menores abandonados nunca estiveram tão abandonados como agora” (GUIMARÃES, 1955, p. 50). As precárias condições dessa instituição evidenciaram o fato de que não se ofereceu nem ensino profissional, sequer a assistência aos que dela necessitavam.

⁷⁶ Foto da reportagem feita por Samuel Guimarães (1955) sobre o cuidado à infância em Curitiba no espaço físico da Escola de Trabalhadores Rurais em Campo Comprido, quando esta instituição funcionava como assistência social e não mais com o ensino agrícola.

A preparação da força de trabalho se fez presente como forma de convencer a população atendida com o ensino profissional agrícola de que este era o ensino ideal a ser assimilado pela classe trabalhadora, visto que, a produção ideológica sobre o trabalhador necessário para o momento histórico é posta pelo capitalismo que se mostra em cada região “[...] redefinindo diferenciadamente as relações de produção e as de trabalho” (NORONHA, 2004p. 63).

Assim sendo, a instalação da Escola de Trabalhadores Rurais de “Campo Comprido” não tinha na prioridade do governo a educação da população, mas sim, propiciar primeiramente o ensino profissional. As escolas profissionalizantes estavam encarregadas de formar a força de trabalho do profissional, conforme a exigência do sistema capitalista, e conformá-los ideologicamente no meio em que vivia o indivíduo: para o setor urbano, o ensino comercial e industrial; e para o setor rural, o ensino agrícola (KUENZER, 2004).

Na década de 1940, ocorreu, nos diferentes ramos da educação brasileira, as reformas educacionais brasileiras, denominadas de Leis Orgânicas do Ensino⁷⁷, ou Reforma Capanema, foram implementadas pelo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Essas Leis consideraram o ensino técnico-profissional industrial e comercial em 1942, e o ensino primário, normal e agrícola foram contemplados apenas em 1946; até então eram conferidos esses ramos de ensino à administração dos estados.

O ensino agrícola, regulamentado pelo Decreto 9.613/1946, foi incorporado ao sistema regular de ensino brasileiro. No entanto, esta formação continuou segregada pelo fato de ser atividade braçal, socialmente associada ao trabalho escravo, com função desprestigiada, realizada por aqueles que não contavam com instrução intelectual, não recebiam os conhecimentos eruditos; “[...] assim, tinha um “status” ainda menor que o do ensino industrial, a ponto de não ser considerado um ramo deste, embora ambos fossem considerados como correspondentes” (BARROSO, 2010, p. 16).

As leis Orgânicas do Ensino atenderam aos princípios escolanovistas em garantir a formação profissional do trabalhador nas diferentes áreas da economia brasileira, provendo força de trabalho adequada para cada atividade. Foram

⁷⁷ Sobre os Decretos-Leis que regulamentaram o ensino profissional na década de 1940 ver ROMANELLI, 1994, p.153-159.

organizadas para facilitar a formação necessária para o momento, atendeu os princípios liberais de formação utilitária, preparou o indivíduo segundo as habilidades exigida pelo mercado de trabalho (XAVIER, 1990).

3.9 Escola de Trabalhadores Rurais Gil Stein Ferreira – Ivaí

Na década de 1940 o município de Ivaí⁷⁸, pertencente ainda, ao município de Ipiranga, recebeu a instalação da instituição escolar, denominada Escola de Trabalhadores Rurais “Gil Stein Ferreira”. Neste período, o município tinha a economia pautada na produção de erva-mate e na agropecuária.

FIGURA 17

Escola de Trabalhadores Rurais “Gil Stein Ferreira”



Fonte: Acervo histórico do Escola Estadual “Gil Stein Ferreira”.

⁷⁸ A região de Ivaí era lugar cortado pelo “Caminho do Viamão”, já povoado por caboclos e pela passagem dos tropeiros. Ivaí nasceu como colônia de imigrantes que chegaram nessa região no período da necessidade que o Paraná teve de incentivar às pequenas propriedades para produzir a lavoura de subsistência e abastecer o Estado. Ali se instalaram poloneses e ucranianos e alemães, fundaram as colônias de Bom Jardim do Sul Ivaí, que se chamou núcleo colonial Miguel Calmon. Este núcleo foi organizado pelo Governo Federal e era composto por 519 imigrantes (IVAÍ, 2007). Ivaí recebeu imigrantes na primeira leva que veio ao Paraná, por volta de 1928, Fonte: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/ivai.pdf>. A segunda leva de imigrantes aconteceu no final do século XIX e início do século XX. No ano de 1924, pela Lei Estadual n. 2255 de 24 de março, o povoado foi elevado à categoria de Distrito Judiciário de Ivaí.

No período em que foi construída a Escola de Trabalhadores Rurais “Gil Stein Ferreira”, a cidade de Ivaí contava com organizada atividade social. No Clube Polonês, existente no local em que a escola foi construída, aconteciam os encontros da sociedade de Ivaí. Ali eram apresentados teatros organizados pelas religiosas polonesas, bailes e festas diversas. A instituição ofereceu o ensino primário, o ensino elementar rural, na agricultura e na pecuária, de caráter prático, com internato para meninos⁷⁹. A data de inauguração da instituição em 28 de novembro de 1944⁸⁰:

Antes de ser construída a “Escola Gil Stein Ferreira” funcionava um Clube Polonês construído em madeira, na qual eram realizados teatros pelas irmãs polonesas que aqui já residiam, eram organizados bailes e festejos em geral. Este clube foi destruído por volta do ano de 1936, onde se deu início a construção do prédio da Escola de Trabalhadores Rurais Dr. Gil Stein Ferreira. Essa construção foi realizada rapidamente tendo em vista ser feita manualmente, inclusive a terra planagem. Essa obra foi inaugurada com grandes festejos em 28 de novembro de 1944 no governo do saudoso Manoel Ribas, o Interventor da época; seguindo as normas das Escolas de Trabalhadores Rurais anteriormente criadas e regulamentadas pelo decreto 7.782/38 de 03 de dezembro de 1938, publicada no Diário Oficial n. 1967 – Ano 3º de 13 de dezembro de 1938. Depois de inaugurada começou o internato de meninos vindo de varias partes do Estado, exclusivamente de filhos de trabalhadores rurais. Nesta escola era ministrado o ensino de graus primário, com a duração de quatro anos, cumprindo ao mesmo tempo um preparo de ensino elementar rural, de caráter pratico, na agricultura e pecuária. A escola mantinha-se com recursos do governo e com recursos próprios oriundos das aulas praticas (COLEGIO ESTADUAL GIL STEIN FERREIRA, Histórias e estórias de nossa escola, [19--], s/p, mimeo).

Inaugurada a Escola de Trabalhadores Rurais “Gil Stein Ferreira” em Ivaí, seu primeiro diretor foi Ubiratan Pompeu Sá, seguido de Valfrido Stroful, Vitor Costa, Jorge Carraro, Manoel Pereira Pina, Antonio Soares da Costa, Campolin Almeida Torres, Acyr Balzer Batista; este último tomou posse no ano de 1961. Em 1962, pela Portaria 1049/62, as Escolas de Trabalhadores Rurais foram transformadas em Escolas Agrícolas de preparação Pré-Ginasial.

O ensino profissional rural na instituição “Gil Stein Ferreira” primava em cuidar dos meninos e dar a eles uma formação primária e de conhecimentos rurais; “[...] essa Escola funcionava como um abrigo de menores, atendendo vários alunos

⁷⁹ A partir de 1959, a Escola de Trabalhadores Rurais passou a oferecer o Curso de Economia Doméstica.

⁸⁰ A data que o documento da escola descreve diverge com o que foi encontrado no Relatório do Governo do Estado do Paraná, que apresenta as realizações do Interventor Manoel Ribas, no período de 1937 a 1942. Nesse documento do governo, o ano de instalação da escola seria 1942.

do Paraná. A maioria deles não tinha família e ficavam aqui até em época de férias” (ESCOLA ESTADUAL GIL STEIN FERREIRA HISTÓRICO DA ESCOLA, 2011, s/p).

O Estado do Paraná, frente ao contexto de mudanças na sociedade, do acúmulo de pessoas que procuravam formas para sobreviver nos centros urbanos e da miséria que essa situação gerava, aproveitou-se da condição da infância desprotegida para colocar nessas escolas os meninos desprovidos de oportunidades e, assim, utilizar sua força de trabalho em benefício do desenvolvimento econômico que emergia no período.

A escola de Trabalhadores Rurais “Gil Stein Ferreira” em Ivaí foi um instrumento do governo paranaense para preparar o trabalhador agrícola por meio do ensino profissional e assim materializar seu projeto de incentivo ao fomento da agricultura e da pecuária para o desenvolvimento econômico do Paraná, fazer da agricultura uma atividade equivalente ao setor industrial e estabelecer relação desta com os demais ramos da produção (NASCIMENTO, 2005).

A substituição do arado, da enxada pelo trator e demais implementos, além do uso dos insumos para aumentar a produção, a exemplo do adubo químico, a agricultura estaria ligada a outros setores de produção, estabelecendo uma relação de dependência e de comércio, característica do sistema capitalista e forma de acelerar o processo de industrialização (NASCIMENTO, 2005). Neste cenário, a educação profissional ao atender o processo produtivo e formar o trabalhador qualificado, submeteu este ao capital e o tornou alienado, suprimindo as necessidades do capital, formando um indivíduo com comportamento dócil e de aceitação do modelo de sociedade vigente (KUENZER, 2004).

3.10 Escola de Trabalhadores Rurais de Três Bicos Reserva

O município de Reserva⁸¹ foi elevado à categoria de cidade, na segunda década do século XX. O imigrante europeu se fez presente nesta localidade, poloneses, ucranianos e alemães, se instalaram na região para formar as pequenas

⁸¹ A cidade de Reserva foi ocupada por povoadores oriundos de São Paulo, nos meados do século XIX, na busca pela procura do ouro, existente às margens do Rio Tibagi. A existência de terras ainda não tocadas e de posse dos índios Caigangs que existiam na região deu origem ao nome da Cidade. Os imigrantes chegaram a Reserva no final do século XIX e XX. Informações retiradas em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/reserva.pdf>. Acesso em: 15 de set. de 2012.

propriedades organizadas pelo governo para povoar o Estado e desenvolver a lavoura (FURMAN, 2010).

O desenvolvimento da cidade e o aumento da população em Reserva, a qual tinha por base a agricultura, chamou a atenção das autoridades governamentais paranaenses da década de 1940, em oferecer o ensino profissional rural e preparar o trabalhador agrícola. Dessa forma, Reserva recebeu a instalação da Escola de Trabalhadores Rurais de Três Bicos⁸².

A intenção em instalar uma escola de ensino profissional rural na região de Reserva, não diferente da criação das demais escolas de trabalhadores rurais já instaladas no Paraná, veio a responder a formação do trabalhador agrícola frente à demanda do capital.

O prédio foi construído distante do centro da cidade, no distrito de Três Bicos, município de Reserva. Instalada em 1942, a escola tinha a capacidade de abrigar 60 internos, ofereceu o ensino profissional para os órfãos e filhos de agricultores, preenchendo o número total de vagas de matrícula em sua instalação (PARANÁ, 1937-1942). Foram diretores dessa instituição de ensino rural: Acrísio Vieira, em 1946; Manoel Moreira Pena, em 1950; Lídio Gomes, em 1951, e João Pietroski, de 1951 a 1954⁸³ (FREHSE, 2007).

O Estado, diante da demanda de construção de escolas para atender à população que necessitava de instrução, instalou a Escola de Trabalhadores Rurais de “Três Bicos”. Dessa forma, o Estado do Paraná agregou à reivindicação da população em construir escolas à formação do trabalhador agrícola. “A ação educativa, nesse sentido, estava necessariamente referida ao trabalho rural [...]” (PRADO, 1995, p 13). Evidencia-se com a criação das escolas de trabalhadores rurais que as ações do Estado estavam voltadas à formação do trabalhador.

O ensino profissional, pela influência do capitalismo, foi adequado conforme as novas divisões que ocorreram na produção. No setor industrial, o desenvolvimento de novas máquinas modificou a formação do trabalhador, exigindo o homem prático; e a educação industrial, comercial e agrícola acompanhou essas

⁸² Pela Lei estadual n. 253, de 26 de novembro de 1955, desmembraram-se do município de Reserva os distritos de Cândido de Abreu, Tereza Cristina e Três Bicos, formando assim o novo município de Cândido de Abreu. A Escola de Trabalhadores Rurais que antes pertencia a Reserva passa a pertencer a Cândido de Abreu. Pelo processo n. 211/04, Deliberação n. 02/04, esta escola apresenta-se denominada Escola de Trabalhadores Rurais Afronomo Hintx, em Faxinal do Catanduvas – Cândido de Abreu – PR.

⁸³ A escassez de registros nos impediu de apresentar de forma mais detalhada essa instituição.

mudanças. “O capital reorganizou as forças produtivas e as relações de produção de modo a potenciar a produtividade da força de trabalho” (NASCIMENTO, 2009, p. 134).

Nesse sentido, para garantir a preparação dessa força de trabalho e a manutenção da organização social capitalista, um dos meios encontrados pelo Estado foi a educação. Nesta forma de sociedade, à educação é atribuída a responsabilidade de disseminar e validar a ideia do trabalho disciplinador; obedece a mesma organização do interior da fábrica, horário, comportamento, conteúdos a serem ensinados, que não passam do ler, escrever e contar. A escola reproduz, com a divisão social do trabalho, a exploração por meio deste, a acumulação de riqueza e a propriedade dos meios de produção pertencente a poucos, enquanto um grande contingente de pessoas vive em condições de miséria que são apresentadas como naturais (KUENZER, 2004).

3.11 Escola de Pescadores Marcílio Dias – Guaratuba

Guaratuba⁸⁴, de característica litorânea, configura-se como um dos municípios mais antigos do Paraná. A pesca, assim, se constituía atividade fundamental na região. Diante disso, a preocupação do Governo do Estado, em propiciar o fomento da economia, acompanhada da finalidade em atender à formação profissional dos filhos dos pescadores, levou para a região de Guaratuba a Escola de Pescadores de Guaratuba “Marcilio Dias”.

A instalação dessa instituição foi registrada na década de 1940 pelo Relatório do secretário do governo: a “*Escola de Pescadores de ‘Guaratuba’ - capacidade - 60 alunos - inaugurada em 1940 - número de matrículas de 60 alunos*” (PARANA, 1937-1942, p. 48).

⁸⁴ Povoada no período da procura do ouro, elevada à categoria de Vila, ainda no século XVIII, denominada São Luiz de Guaratuba da Marinha, foi desmembrada de Paranaguá; conquistando sua independência política, passou a ser município. Tal independência, porém, não durou muito tempo. Em 1938, Guaratuba, pelo Decreto Lei Estadual nº 7572, foi extinta enquanto município e passou a ser novamente distrito de Paranaguá. Esse fato foi revertido somente em 1947, pela Lei nº 790 de 14 de novembro de 1951, que restaurou o município de Guaratuba; desmembrou-o novamente do município de Paranaguá. A cidade de Guaratuba recebeu esse mesmo nome pela lei estadual n.º 790, de 14-11-1951.

FIGURA 18

Escola de Pesca de Guaratuba “Marcílio Dias”

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/11621549>.

A criação e instalação da Escola de Pescadores Marcílio Dias foram justificadas pelo programa patriótico do governo, em resolver pela educação profissional os problemas sociais; razão pela qual se criou e instalou a escola profissional de pesca em Guaratuba:

Desenvolvendo o programa altamente patriótico traçado por V. Excia. tudo temos feito para solucionar no Paraná o problema número um, da nossa Nacionalidade, que é o educacional, sem nenhuma contestação [...] Agora: o ensino primário, secundário e profissional, continua merecendo o nosso carinho [...] foi inaugurada outra de pesca em Guaratuba (PARANÁ, 1940-1941, p. 35).

Os meninos internos nesta instituição e “assistidos” pelo governo do Estado recebiam o Ensino Primário, o Ensino de Pesca, instruções de pesca artesanal, jardinagem e olericultura, [...] dando-se preferência às matrículas de órfãos e desamparados (PARANÁ, 1941, p. 28). A existência da Escola de Pescadores “Marcílio Dias” na região se deu pela necessidade da oferta do ensino profissional aos filhos dos pescadores.

Essa escola permaneceu em funcionamento enquanto ofereceu o ensino de pesca: “[...] teve sua origem nos idos de 1937, denominada Escola de Pesca

‘Marcílio Dias’, de administração estadual, tendo sido desativada em 1962⁸⁵” (GUARATUBA, 2008, p.6). Foram diretores dessa instituição na década de 1940, “Valmir Moraes, Augusto Marcondes, Benjamim Buck, Manoel Moreira Pena, Jorge Carraro, Paulo Saporski Filho e, em 1950, Alderico Cordeiro” (FREHSE, 2007, p. 207).

O ensino seguia a via da disciplina; preocupação do governo da época que, além de difundir o trabalho como enobrecedor, pelo disciplinamento, resolvia questões sociais e ideológicas, inculcando os princípios do nacionalismo. Este princípio de nacionalismo acontecia pela profissionalização das crianças abrigadas nas escolas de trabalhadores rurais. A educação moralizante era direcionada aos pobres, à classe trabalhadora que devia ser instruída para a aceitação da ordem social vigente posta pelo Estado, mantenedor da ordem.

Aceitar as relações de dominação, como acontecimento natural, é o instrumento utilizado pela classe dominante como forma de convencimento e de controle sobre as classes dominadas. Pela organização do Estado, se estabeleceu uma forma de controle da sociedade, o qual se tornou instrumento de dominação de uma classe sobre a outra, ou seja, consolidam-se as relações de exploração e domínio na venda do trabalho livre e sua compra pelos detentores dos meios de produção (MANFREDI, 2002).

A sociedade capitalista tem em suas bases não só a separação do trabalho, mas a separação do conhecimento. A classe trabalhadora que não tem a posse dos meios de produção, também não possui a posse dos conhecimentos acumulados pela humanidade no decorrer da história. Seguindo esse raciocínio, a estrutura que se apresenta no sistema capitalista impede que “[...] a totalidade da riqueza material e não material fosse posta a serviço da realização e do desenvolvimento da totalidade dos seres humanos” (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 21). No sistema capitalista, para quem não tem oportunidade de ascensão social, não há necessidade de conhecimento sistematizado, apenas uma formação básica com o mínimo de instrução e para o trabalho.

⁸⁵ Informação retirada do Decreto Jornal Oficial de Guaratuba, Leis, Decretos, Portarias, Licitações, Protocolos & outras publicações, 2008, p. 6.

3.12 Escola de Trabalhadores Rurais Franklin Delano Roosevelt - Santo Antonio da Platina

O município de Santo Antonio da Platina⁸⁶ foi elevado à condição de cidade em 1929. A construção de obras públicas, as melhorias dos serviços de transportes e de comunicação mostraram o evidente progresso do município, que tinha sua economia com base na plantação do café; fator que contribuiu para o crescimento da cidade. A construção da estrada de ferro, iniciada no mesmo período, serviu para transportar mercadorias e passageiros que ali chegavam. A cidade se organizou ainda mais: desenvolveu o comércio, aumentou a população, o surgimento de casas comerciais acrescentando o progresso da região (BRITO et al, 2011).

O desenvolvimento da economia gerou o aumento populacional da região; situação que levou o Estado a criar a Escola de Trabalhadores Rurais “Franklin Delano Roosevelt” na cidade de Santo Antonio da Platina – Paraná:

FIGURA 19

Escola de Trabalhadores Rurais “Franklin Delano Roosevelt”



Fonte: Acervo da autora.

⁸⁶ Já ocupado por índios Caigangs, a região de Santo Antonio da Platina foi povoado por paulistas e mineiros, incentivados pelo Estado do Paraná que concedeu terras aos pioneiros que ali chegaram para tomar posse e trabalhar no plantio de café (BRITO et al, 2011).

No contexto de desenvolvimento de Santo Antonio da Platina⁸⁷ e aumento populacional, o governo procurou também nessa região solucionar o problema da infância desamparada, emergente da desigualdade social e da carência econômica. Criou nessa cidade uma instituição com o intuito de abrigar as crianças órfãs, e contribuir com o desenvolvimento da economia na época, oferecendo o Curso Ensino Agrícola Primário: “[...] Em 1944, Inaugurada a Escola de Trabalhadores Rurais [...] Escola Franklin Delano Roosevelt - Santo Antonio da Platina” (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ, 197--).

A existência dessa instituição também é aferida nas Mensagens do Governo:

Atualmente o Departamento mantém os seguintes cursos: [...] Curso de Ensino Agrícola Primário – em funcionamento nas E. T. R. Dr. Getúlio Vargas e Franklin Delano Roosevelt, respectivamente, situadas em Palmeira e STº da Platina, onde são ministrados, paralelamente ao Ensino Primário, noções de agricultura prática (PARANÁ, 1951, p. 57).

A Escola de Trabalhadores Rurais “Franklin Delano Roosevelt” oferecia o ensino elementar e o ensino prático, com noções de agricultura. Este tipo de ensino acontecia com dificuldades, havia precariedade nas dependências em que se encontravam instaladas as escolas, as quais não satisfaziam às necessidades de ensino nos estabelecimentos. Não havia acomodação apropriada para os funcionários, não existiam pavilhões e depósitos que abrigassem máquinas; a falta de oficinas para o reparo dos implementos agrícolas era evidente (PARANÁ, 1951).

A criação e instalação da Escola de Trabalhadores Rurais “Franklin Delano Roosevelt, assim como a criação das demais Escolas de Trabalhadores Rurais no Paraná, não se deram de forma aleatória. Foram movidas pelos interesses políticos e ideológicos em fazer da escola um instrumento para adaptar o indivíduo ao meio em que vivia. Interesses permeados pelos princípios da Escola Nova, que defendia uma escola para a vida.⁸⁸ O Estado Novo, com discurso de valorização da vida rural e de permanência do homem no campo, pautado no Ruralismo Pedagógico, tinha o intuito de conter a migração para os centros urbanos, construir a nacionalidade,

⁸⁷ No levantamento das fontes sobre a escola de Trabalhadores Rurais “Franklin Delano Roosevelt”, instalada em Santo Antonio da Platina, teve-se conhecimento da existência de apenas uma ata de exame final, com o nome da escola, encontrada na secretaria municipal de educação da respectiva cidade.

⁸⁸ Educação para a vida, nesse contexto, deve ser entendida como educação para o Estado, pois Estado e vida se confundiam (PRADO, 1982, p. 47).

formar uma unidade econômica e, de modo geral, formar o trabalhador (PRADO, 1995).

Para que acontecesse a implantação dos novos métodos na agricultura, era de suma importância, primeiramente, preparar o trabalhador para utilizá-los, visto que “[...] nunca seria possível pensar em substituir simplesmente o braço do agricultor por máquinas adequadas para cada tipo de solo e cultivo, sem preparar o homem para utilizá-los convenientemente” (ROSA, 1980, p. 132).

Diante da crescente urbanização, da intensificação da pobreza e da delinquência que ameaçava a ordem arbitrária, estabelecida no período, Manoel Ribas mostrou-se inequívoco em seu papel na edificação do Estado Nacional. As medidas adotadas em seu governo, quanto à criação das Escolas de Trabalhadores Rurais, eram justificadas pelas necessidades que emergiram do momento social, político e econômico que o Paraná enfrentava. Manoel Ribas, em seu governo, foi o idealizador dessas instituições no Estado do Paraná a fim de conter o problema da infância desprotegida e formar o indivíduo disciplinado, nacionalista e submisso. Formação oferecida para um público específico:

Tratava-se de uma população de pobres negros e mestiços que, somada a uma população de pobres brancos, desejavam uma incorporação à vida produtiva da nação, quer nas cidades, quer no meio rural. Entretanto, aos olhos da classe hegemônica, figuravam como “vadios” que, se não controlados, poderiam se converter em uma ameaça ao sistema (BARROSO, 2010, p. 13).

O ensino agrícola até meados do século XX foi aplicado como ambiente de correção e reeducação; o trabalho na lavoura, braçal, pesado e desprestigiado socialmente foi característica do governo Ribas. Nessa perspectiva, o ensino profissional assumiu o cunho assistencialista; serviu para corrigir a conduta do indivíduo na sociedade e atribuiu a questão social ao indivíduo; “[...] a questão social passou a ser também de ordem educacional e político-ideológica” (MANFREDI, 2002, p. 97). Este período de criação de instituições técnicas culminou com a criação do Senai e do Senac pelas Leis Orgânicas de Ensino na década de 1940, consolidadas pelo Estado Novo, essa lei prepararam a formação do operário para a produção necessária ao mercado naquele momento para concretizar o sistema capitalista. Por meio destas reformas, os industriais conseguiram regulamentar o projeto de ensino profissional no Brasil e assim delinear a formação do trabalhador

brasileiro na indústria e no comércio necessário para o período de desenvolvimento econômico.

Confirmava-se com esta ação o modelo de educação liberal em formar o indivíduo, conforme as suas aptidões, integrá-lo à sociedade por meio da educação que lhe é oferecida, formar o aluno conforme a ordem da sociedade. Observa-se nesta proposta a atribuição da responsabilidade ao indivíduo, o progresso da nação só ocorre se houver a contribuição de cada um. Esses são princípios liberais que atribuem ao sujeito seu sucesso ou seu fracasso na sociedade. Se o indivíduo não tem meios para sobreviver, não frequenta uma sala de aula com o intuito de receber uma formação profissional, na luta para melhorar suas condições econômicas e não tem emprego, logo este indivíduo não aprendeu a viver em sociedade (XAVIER, 1990).

Diante do modelo de educação posta na sociedade capitalista e que contribui com sistema de produção, Saviani (2012) ressalta a necessidade de uma escola “[...] favorável aos interesses da classe trabalhadora [...] fazendo do trabalho de socialização do conhecimento o eixo central de tudo o que se realiza no interior dessa instituição [...]” (SAVIANI & DUARTE, 2012, p. 3).

Entretanto, há necessidade de um ensino que vá além da preparação para o trabalho, que ultrapasse a formação prática. Uma aprendizagem que propicie o domínio dos conhecimentos acumulados pela humanidade, apresentados nos conteúdos científicos, filosóficos e artísticos, estes devem fazer parte da formação humana e da formação da consciência do trabalhador (SAVIANI & DUARTE, 2012). Nessa perspectiva, a educação deve ser tomada como meio de propiciar formação filosófica, formadora de consciência na busca de eliminar as barreiras que o sistema capitalista impõe no desenvolvimento e na formação universal e livre do homem, que ocasione a superação entre a separação do trabalho manual e intelectual e seja uma forma de oportunizar a totalidade do desenvolvimento humano.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo a Reconstrução Histórica das Escolas Técnicas do Estado do Paraná no período de 1900 a 1950. Para alcançar esse propósito, buscamos compreender as transformações sociais e políticas, econômicas e educacionais e suas influências no processo de constituição do ensino técnico no início do Brasil republicano; nesse contexto, compreender o processo de criação das escolas técnicas públicas no Paraná.

Na trajetória desta pesquisa, deparou-se de início com o propósito de realizar uma pesquisa que realmente evidenciasse a complexidade das mudanças sofridas pelo Brasil, a materialização da sociedade capitalista e sua influência na consolidação do ensino técnico e da criação destas no Paraná. Diante da amplitude do objeto e do longo período histórico, que compreendeu inúmeros acontecimentos no contexto nacional, os quais influenciaram a educação, esta pesquisa se apresenta como um passo primordial no estudo destas instituições que pretende contribuir com as pesquisas vindouras neste campo.

O desafio inicialmente proposto limitou-se em responder: quais os elementos determinantes para sua criação, que necessidade elas vieram responder e a que público este modelo de ensino foi direcionado. Não houve um aprofundamento na análise individual de cada escola do período de estudo. Contudo, visou-se a reconstruir historicamente estas instituições escolares. Para a realização do que se propôs, encontramos inúmeros obstáculos dentre os quais o mais presente foi a dificuldade de acesso às fontes, sabia-se da sua existência pelos documentos oficiais, mas algumas instituições possuíam pouquíssimos registros.

Contudo, as fissuras presentes neste estudo dão elementos para que outras pesquisas sejam realizadas; aponta-se esta questão com o propósito de responder o que não foi do alcance desta investigação; em específico, no que concernem às mudanças sofridas por estas instituições no decorrer do tempo: a busca do motivo pelo qual algumas das escolas foram desativadas, e outras permanecem em funcionamento; além do ensino feminino que aconteceu nas escolas de trabalhadores rurais; apontamentos elencados para que ocorra maior contribuição com a história das escolas técnicas do Paraná.

Consideram-se, pois, as alterações na economia interna e externa, o fator principal da criação das escolas técnicas no Brasil, bem como no Paraná. Dentre estas alterações, apresentam-se a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, a mudança do regime imperial para o Republicano, a exportação do café que, ao alavancar a economia exportadora, aguçou os interesses do lucro nos cafeicultores. A Revolução Científico-Tecnológica, que se configurou no exterior, influenciou e estimulou o uso de novos métodos de produção, a substituição dos produtos importados pelas indústrias nacionais e formação do mercado interno, a construção da estrada de ferro que facilitou o transporte de mercadorias e o comércio entre as cidades. Elementos que delinearam os passos para a industrialização e urbanização; mudanças permeadas pelos interesses econômicos capitalistas, dentro do ideário republicano, na tentativa de alcançar o progresso.

Nesse contexto de incentivo ao desenvolvimento econômico pelo governo brasileiro, a necessidade de preparação da força de trabalho justificou a criação de instituições públicas para oferecer este tipo de ensino. Foi nesse período que foram criadas e instaladas no Paraná os institutos comerciais, a Escola de Aprendizes Artífices e as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores. Evidenciando-se assim que, as transformações que ocorreram na economia brasileira ocasionaram o processo de desenvolvimento das novas técnicas da agricultura e estabeleceram a integração entre indústria e agricultura.

O Estado do Paraná, diante do desenvolvimento econômico nacional, ampliou seu sistema viário com as estradas de ferro e rodovias que cortaram o território paranaense; o comércio estendeu-se entre as cidades e os estados; houve o aumento da população urbana, o desenvolvimento das indústrias, do comércio e o incentivo à agricultura por parte do governo de Manoel Ribas, ações que estreitaram as relações entre indústria e agricultura. Esses elementos foram fundamentais para a criação das escolas técnicas no Paraná.

Nessa conjuntura, a educação profissional paranaense, visando atender às necessidades que emergiam da sociedade, passou a preparar o trabalhador. O crescente comércio propiciou, no início do século XX, a criação dos institutos comerciais e escola técnica, que ofereciam o curso técnico comercial; nesse mesmo cenário, pautada no assistencialismo foi instalada, em Curitiba, a Escola de Aprendizes Artífices com o intuito de atender os órfãos e crianças abandonadas, ensinar a elas uma profissão, em específico uma atividade manual, da mesma

forma, as escolas de trabalhadores rurais e de pescadores, foram criadas com os mesmos propósitos.

Cabe ressaltar que, as ações do Império para o ensino profissional no final do século XIX, que tiveram como propósito ensinar um ofício, não se diferenciaram do ensino profissional existente até a década de 1930. Apesar da transição de regime e do discurso de mudança dos republicanos, as instituições técnicas continuaram alicerçadas no assistencialismo, com objetivo de evitar a criminalidade; característica similar se deu à educação profissional no Paraná, com a criação das escolas apresentadas neste estudo.

O ensino profissional ficou direcionado à formação da classe operária, com formação específica para o trabalho, de modo a dificultar à classe trabalhadora elementos para a compreensão da sociedade em que o indivíduo encontrasse inserido, além de manter a estrutura da sociedade de classes e a aceitação da submissão à classe dominante determinada pelo sistema. Pautada nas relações capitalistas, o ensino profissional proporcionado foi organizado de forma a negar a classe aos trabalhadores o acesso à formação em seus vários aspectos: filosófico, artístico, científico, e ainda, ele contribui em produzir e reproduz as diferenças sociais.

A criação das instituições de ensino técnico rural no Paraná visou à permanência do trabalhador agrícola na zona rural pelo Ruralismo Pedagógico, que objetivou fixar o agricultor na terra para que o setor agrícola produzisse, evitando o crescimento urbano desordenado em busca de novas possibilidades de sobrevivência diante das dificuldades enfrentadas pelo agricultor.

Salienta-se, portanto diante do modelo de ensino apregoado pelo Estado, aos filhos da classe operária, a necessidade de uma escola que oferecesse educação ampla, não visando somente a preparação para o trabalho, mas objetivando à formação do ser social, que propiciasse conhecimentos nos campos filosófico, intelectual, prático, afetivo, enfim, uma escola que oportunizasse ao indivíduo o seu reconhecimento enquanto ser histórico, inserido conscientemente nas relações sociais e que superasse a condição de trabalhador alienado e a distinção entre a formação manual e intelectual. Uma educação que propiciasse realmente a socialização dos conhecimentos acumulados pela humanidade de forma que viesse a ser superada a formação do homem limitado da sociedade capitalista (SAVIANI, DUARTE, 2012).

Por fim, diante das transformações econômicas e sociais que aconteceram no período do recorte histórico desta pesquisa, consideramos que as escolas profissionalizantes, criadas no Paraná: os institutos comerciais; a Escola de Aprendizes Artífices; as Escolas de Trabalhadores Rurais e Escola Técnica do Comércio responderam às necessidades do Estado em formar o trabalhador, visando a atender às exigências do sistema econômico vigente. A criação destas instituições materializou as relações de produção, trabalho e educação coerentes com as demandas do capital.

Frente à importância de estudar a história das instituições escolares e a sua contribuição para a história da educação brasileira, espera-se, com a realização desta pesquisa, ter contribuído com este propósito de modo específico, para com a história do ensino técnico paranaense. Mais ainda, provocar interesse e a necessidade de aprofundamento pelos demais pesquisadores da educação para a produção do conhecimento no que tange o ensino técnico brasileiro, em específico, o paranaense.

Referências

BARROSO, Roseli Auxiliadora. **A Formação do Técnico em Agropecuária pela Escola Agrotécnica Federal de Barbacena no Contexto da Modernização da Agricultura no Brasil (1965-1985)**. 2010. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

BATISTA, Maria Isabel Formoso e Silva. **O Ideário renovador e a planificação educacional**: possíveis raízes do tecnicismo escolar. Revista: *Interações*, January-June, año/vol. VI, número 011. Universidade São Marcos, São Paulo, Brasil, 2001, pp. 61-79. Disponível em: <http://www.redalyc.org/redalyc/pdf/354/35401105.pdf>. Acesso em 25 de Nov de 2012.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil**: análise do pensamento e das ações da burguesia industrial a partir do IDORT. 2013. 283 f.Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR., Amarílio. História, Epistemologia Marxista e Pesquisa Educacional Brasileira. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução: Carmen C. Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev.geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo no centro e na periferia do capitalismo**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a12v2262.pdf>. Acesso em: 15 de jul de 2013.

BRITO, Luciana et alii. **Em busca da memória de Jacarezinho e região**: os bens tombados pelo patrimônio histórico.IN: XI CONGRESSO DE EDUCACAO DO NORTE PIONEIRO Jacarezinho. 2011. Anais... UENP – Universidade estadual do Norte do Paraná Centro de Ciências Humanas e da Educação e Centro de Letras Comunicação e Artes. Jacarezinho, 2011. ISSN – 18083579. p. 297- 317.

BRASIL. **Ato adicional de 1834**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim16.htm. Acesso em: 25 de set. de 2011.

_____. **Decreto 7566**, de 23 de setembro de 1909 Crea nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf Acesso em: 05 de jun. de 2011.

_____. **Código de menores. Decreto** nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927 – Publicação Original. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17943-a-12-outubro-1927-501820-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 de Ago. de 2012.

_____, **Constituição dos Estados Unidos do.** De 10 de novembro de 1937. Presidência da república, Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 20 de abr. de 2012.

_____. **Decreto** N. 8.319 – de 20 de outubro de 1910. Criação dos Aprendizados Agrícolas. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=58189>.

_____. Criação do patronato agrícola **Decreto** n. 12.893 – de 28 de fevereiro de 1918. Disponível em: http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=12893&tipo_norma=DEC&data=19180228&link=s. Acesso em: 17 de jun. de 2012.

_____. Regulamento dos patronatos agrícolas. **Decreto** n.13.706 de 25 de julho de 1919. Disp. em: spi.org.br/media/decreto_13706_25_jul_1919.pdf. Acesso em: 01 de abr. de 2012.

_____. Lei Orgânica do Ensino Industrial. **Decreto-lei** n. 4.073 – de 30 de janeiro de 1942.

_____. **Lei Orgânica do Ensino Agrícola:** Decreto - Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>. Acesso em: 12 de dez. de 2012.

_____. **Lei** Nº 11.892, de 29 de dezembro De 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://200.17.98.190/portalead/Sit_Historico.aspx. Acesso em: 03 de fev. de 2013.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná.** 2. ed. Curitiba: Grafipar: Gráfica editora Paraná Cultural LTDA, 1969.

BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão:** o espetáculo nas máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905 -1913). Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1994.

CELESTINO, Ayrton Gonçalves. **Os bucovinos do Brasil**. - Curitiba: Torre de Papel, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a república**. São Paulo – SP: Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, José Luiz de; ARANTES, Aimoré Índio do Brasil. O comércio no Paraná: uma história de conquistas. Curitiba: Sistema Fecormércio/Sesc/Senac 2008.

ClAVATTA, Maria and RUMMERT, Sonia Maria. **As implicações políticas e pedagógicas do currículo na educação de jovens e adultos integrada à formação profissional**. *Educ. Soc.* [online]. 2010, vol.31, n.111, pp. 461-480. ISSN 0101-7330. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302010000200009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302010000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 18 de Nov. de 2012.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhoa. **Ensino profissional feminino em Curitiba: a escola técnica de comércio São José (1942 – 1955)**. Dissertação de Mestrado – setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, 2005

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

_____. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000.

CORDOVA, Maria Julieta weber. **O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense: o episódio do Cerco da Lapa**, 2007. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2251>. Acesso em: 15 de jul. de 2013.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 2 ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1979.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à República: momentos decisivos**. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

_____, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia: momentos decisivos**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

CUNHA, Marcus Vinícius da. **John Dewey e o pensamento educacional brasileiro**: a centralidade da noção de movimento, 2001. Disponível em: http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE17/RBDE17_08_MARCUS_VINICIUS_DA_CUNHA.pdf. Acesso em: 15 de abr. de 2012.

CUNHA, Marcos Vinícius da. **O discurso educacional renovador no Brasil (1930-1960)**: um estudo sobre as relações entre a escola e a família. Tese de Livre Docência/UNESP - Araraquara, 1998.

_____. In: FÁVERO, Osmar. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. 2 ed., ver ampl. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania republicana e educação**: governo provisório do Mal. Deodoro e congresso constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DI GIORGI, Cristiano. **Escola Nova**. São Paulo: Ática, 1986.

DIEZ, Carmen Lúcia Fornari. **Escolas de reeducação do Paraná**: da assistência à pobreza não disciplinarizada, à constituição do 'arquipélago carcerário'. Trabalho apresentado na XXI Reunião Anual da ANPED – Caxambu - MG – GT História da Educação – setembro de 1998. Disponível em: <http://carmendiez.8m.com/Arquivos/reedpr.htm>. Acesso em: 01/08/2012.

DIEZ, C.L.F. **Práticas sociais e a educação do menor**: a construção de um arquivo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 1993.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Etnias e Culturas no Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
FERNANDES, Florestan. Org. **Marx e Engels**: História – textos escolhidos. 2. ed. São Paulo: Ática, 1984.

FILHO, Lourenço. **Introdução ao Estudo da Escola Nova**: bases e sistemas e diretrizes da Pedagogia contemporânea. 9.ed. São Paulo: Melhoramentos.1967.

FONSECA, Celso Suckow da. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN/DPEA, 1986. Vol. 1.

FREIRE, Eleta de Carvalho. **Mulher no Magistério**: uma história de embates entre espaço público e espaço privado. *Revista Lugares de Educação*, Bananeiras/PB, v. 1, n. 2, p. 239-256, jul.-dez. 2011 ISSN 2237-1451 Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>. Acesso em: 18 de Nov. de 2012.

FREHSE, Nelson. **Evolução histórica do ensino agropecuário paranaense (1875-1967)**: primeira escola Agrotécnica do Paraná. Curitiba: Edição do autor, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1982.

FURMAN, Leocádia Sawczuk. **Cândido de Abreu, nossa terra, nossa gente**. 2 ed. Cândido de Abreu: Editora Paraná Centro, 2010.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX**. História, ciências, saúde Vol. VIII (3). set.-dez., 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v8n3/7647.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2011.

GONÇALVES, Aracely Mehl. **Francisco Ferrer y Guardia**: Educação e a imprensa anarco-sindicalista “A Plebe” (1917-1919). Dissertação de mestrado apresentada a Linha de pesquisa Políticas e História da Educação do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2007.

GOENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 2. ed. São Paulo, Editora brasiliense, 1982.

GUMY, Luiz Gastão. **Visões do passado**. Editora: Palmeira, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Editora, 1982.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Acássia Zeneida. KUENZER, Acacia, Z. Exclusão Excludente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre Educação e Trabalho. In: LOMBARDI, José C. et ali. **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, HISTEDBR. 2004.

LINHARES, Temístocles. **História econômica do mate**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1969.

MAFRA, Antonio Dias. **Aconteceu nos ervais**: A disputa territorial entre o Paraná e Santa Catarina pela exploração da erva-mate – região sul do Vale do Rio Negro. (Dissertação de Mestrado da Universidade do Contestado UnC. Campus de Canoinhas), 2008.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 28 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Editora Presença, 1979.

_____. **A Ideologia Alemã**. (I. Feuerbach). São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. [Tradução a partir da edição francesa] Maria Helena Barreiro Alves; revisão de tradução Carlos Roberto F. Nogueira. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. ENGELS Friedrich. **Textos sobre educação e ensino**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

_____. **Crítica da educação e do ensino**. Introdução e notas de Roger Dangeville. Lisboa, Portugal: Moraes Editores, 1978.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.

MARTINIAK, Vera Lúcia. **Processo Histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais – PR**, 2011.135 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2011.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)**. Niterói: Editora da UFF, 2010.

MOURA, Clovis. **Brasil: raízes do protesto negro**. São Paulo: Global ed. 1983.

NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná: ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; LOMBARDI, José Claudinei. (Orgs.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais** - Pr. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2004.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira escola de Campos Gerais** - PR. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008.

_____. **Grupos escolares na região dos Campos Gerais** – PR. In: VIDAL, D. G. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **História, trabalho e educação: relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira**. Campinas, SP, 2009 (Tese de Doutorado). Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000447065>. Acessado em: 12 de dez. de 2011.

_____, Manoel Nelito M. **Modernização da agricultura, trabalho e educação**. em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada6/trabalhos/1205/1205.pdf, 2005. Acesso em: 21 de maio de 2013.

NAGLE, Jorge. **A educação na primeira república**. IN: FAUSTO, Boris. (Org.) **O Brasil republicano: sociedade e instituições**. Historia Geral da Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990.

_____, Jorge. **Educação e sociedade na primeira República**. São Paulo: EPU. Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, trabalho e educação**. Campinas: SP: Editora Alínea, 2004.

_____, Maria Olinda. Educação e trabalho no contexto histórico da formação da Primeira República. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. (Orgs.). **Navegando pela história da educação brasileira: 20 anos de HISTEDBR**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 2009.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Ensino Primário e Sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 1994. 0 f. Tese de Doutorado em Educação apresentada a linha de pesquisa História e Filosofia da Educação - Programa de Pós Graduação em Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Universidade de São Paulo.

PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

PADILHA, Lúcia Mara de Lima. **“Ideário republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuino Marcondes (1907).”** dissertação apresentada à Banca de Defesa no Programa de Pós-graduação em Educação, na Linha de Pesquisa de História e Políticas Educacionais da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, 2010.

PARANÁ, **Lei orgânica do ensino agrícola**. Decreto Lei n. 9.613/1946, de 20 de agosto de 1946. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>. Acesso em: 07 de set. de 2012.

PARANÁ, secretaria da agricultura do estado do. **Deliberação n. 02/04**. Normas complementares para oferta de cursos de especialização em nível técnico. Aprovada em 02 de abril de 2004. Disponível em: [http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/2024cb2429d8f4e903256e820062a9b2/\\$FILE/_08himoqb2clp631u6dsg30chd68o30d0_.pdf](http://celepar7cta.pr.gov.br/seed/deliberacoes.nsf/7b2a997ca37239c3032569ed005fb978/2024cb2429d8f4e903256e820062a9b2/$FILE/_08himoqb2clp631u6dsg30chd68o30d0_.pdf). Acesso em: 27 de jan. de 2011.

PEREIRA, Tania da Silva. **Infância e adolescência: uma visão histórica de sua proteção social e jurídica no Brasil**, 1993. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/208.htm> Acesso em: 06 de jun. de 2012.

PEREIRA, Welson Luiz. **O menor e a moralização pelo trabalho: casa do pequeno jornaleiro de Curitiba (1943 a 1962)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2009.

PEREIRA, Luiz Fernando Lopes. **Paranismo: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PRADO, Adonia Antunes. **Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 4, julho, 1995: 5-27. Disponível em: <http://r1.ufrrj.br/esa/art/199506-005-027.pdf>. Acesso em: 25 de mar. de 2012.

PROSSER, Elisabeth Seraphim. **Cem anos de sociedade, arte e educação em Curitiba**: 1853-1953. Da Escola de Belas Artes Indústrias, de Mariano de Lima, à Universidade do Paraná e a Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004. (Páginas escolhidas)

QUELUZ, Gilson Leandro. **Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná (1909 – 1930)**. In: Revista Tecnologia & Humanismo: Universidade Tecnológica Federal do Paraná. – Ano 1, n. 1 (1986) -. Curitiba: Ed. UTFPR, 1986.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Qualificação da força de trabalho: a experiência das escolas profissionais do Estado de São Paulo (1911-1942). _____. (Coord.). **Trabalhadores urbanos e ensino profissional**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

RIZZINI, Irma. **A Assistência à infância na passagem para o século XX** - da repressão à reeducação publicado na Revista Fórum Educacional 02/90 da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 16. ed. Pertópolis, 1994.

ROSSI, Wagner Gonçalves. **Capitalismo e educação**: contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília, UNESP, 1980.

SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, progresso e a sociedade civilizada**: o partido republicano paulista e a política de mão-de-obra (1870-1889). São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

SALES, Paula Elizabeth Nogueira. ;OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação profissional e aprendizagem no Brasil**: trajetórias, impasses e perspectivas. 2010. Disponível em: http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/EDUCACAO_PROF_E_APREND.pdf. Acesso em 10 de out. de 2012.

SANFELICE, José Luís. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. et al., (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil**: conceito e

reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

_____, José Luiz. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações históricas. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SÃO PAULO. LEI N. 1.299-A, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1911. **Criação do patronato agrícola e suas atribuições**. ASSEMBLÉIA legislativa do Estado de São Paulo. **LEI** n. 1.299-a, de 27 de dezembro de 1911. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1911/lei%20n.1.299A,%20de%2027.12.1911.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2012.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. **Vida material e econômica**. Curitiba: SEED, 2001. (Coleção história do Paraná; textos introdutórios).

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória do ensino profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al], (Orgs.). **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

_____, Dermeval. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. IN: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI Dermeval; SANFELICE, José Luis Sanfelice (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 2. ed. rev. Campinas. SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004.

_____, Dermeval; DUARTE, Newton. (Orgs). **Pedagogia histórico crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. IN: NOVAES, Fernando A. SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. 3 – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo. In: **Repensando o Estado Novo**. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

SILVA, Sergio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1986.

SINGER, Paul. **Evolução da economia e vinculação internacional**. In. SACHS, Ignacy, WILHEIM, Jorge e PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo. Companhia das Letras 2001. p 78-131.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)**. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. MARTINELLI, Telma Adriana Pacífico. **Considerações históricas sobre a influência de John Dewey no pensamento pedagógico brasileiro**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 160-162, set.2009 - ISSN: 1676-2584.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Ed. Gráfica, 2001.

WESTPHALEN, Cecília M. **Porto de Paranaguá: um sedutor**. Curitiba: Secretaria de Estado de Cultura, 1998.

_____, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e a reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas, SP: Papirus, 1990.

Fontes Primárias - Arquivo Público do Paraná:

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Luiz Antonio Xavier. Typ. da República, 1911. Referente ao ano de 1910, MFN 743.

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Luiz Antonio Xavier. Typ. da República, 1910. Referente ao ano de 1909, MFN 728.

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Luiz Antonio Xavier. Typ. da República, 1910. Referente ao ano de 1911, MFN 744.

PARANÁ. **Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha**, Presidente do Estado, ao instalar-se a 1ª. Sessão da 17ª. Legislatura 1/02/1924. Curityba: [s.n.], 1924.

PARANÁ, Imprensa Oficial do. **Lei nº 206 de 19 de outubro de 1937 Súmula:** cria na Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, duas escolas de trabalhadores rurais (Ponta Grossa/ Castro) FONTE: Diário Oficial de 28 de outubro 1937 Microfilme: 048.

PARANA, Estado do. **Lei Estadual** nº elevada Santo Antonio da Platina a condição de cidade em 1929 pela Lei Estadual nº 2657. Diário Oficial 12 de abril de 1929.

Fontes Primárias - Biblioteca Pública do Paraná

PARANA, **Relatório** apresentado ao Exmo Snr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima presidente do Estado do Paraná pelo Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Publica Bento José Lamenha Lins. Curityba, 1907. Referente ao ano de 1906, MFN: 717.

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Luiz Antonio Xavier. Typ. da República, 1911. Referente ao ano de 1910, MFN 743.

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Luiz Antonio Xavier. Typ. da República, 1910. Referente ao ano de 1909, MFN 728.

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Bento José lamenha Lins. Typographia D' "A República", 1906, Referente a 1905, MFN 709.

PARANÁ, **Relatório** apresentado ao Presidente do Estado Francisco Xavier da Silva pelo Secretário dos negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Luiz Antonio Xavier. Typ. da República, 1910. Referente ao ano de 1911, MFN 744.

PARANÁ, (Estado). **Constituição Política do Estado do Paraná**, em 7 de abril de 1892. In: PARANÁ (Estado), Constituição Política, Leis, Decretos, Regulamentos e Actos do Estado do Paraná, 1890-1892. Curitiba: Typ. d' A República, 1892.

PARANA, **Relatório** apresentado ao Exmo Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva Governador do Estado do Paraná pelo Dr. Otavio Ferreira do Amaral e Silva, 1901. MFN: 682.

_____. **Decreto no. 17 de 09 de janeiro de 1917.** Aprova o Código de Ensino do estado do Paraná. Colleção de decretos e Regulamentos de 1917. Curityba: Tipografia D'A República, 1917, p. 9-91.

_____. **Lei no. 1.775 de 03 de abril de 1918.** Determina a obrigatoriedade do ensino da Língua portuguesa. **Leis de 1918.** Coritiba; Typ. D'A República, 1918, p. 37.

PARANA, Estado do. **Decreto** 2038, cria o município de Reserva. Diário Oficial de 26 de março de 1921.

_____. **Decreto** n. 5.211/78. Diário Oficial do Estado do Paraná n. 333 de 03 de julho de 1978.

_____. **Lei** 7.307/80. Diário Oficial do Estado do Paraná n. 796 de 15 de maio de 1980.

PARANÁ, **Decreto** n. 234. Diário Oficial do Estado do Paraná n. 1114, de 12 de março de 1935.

PARANÁ, **Decreto**. n. 27.925/60. Diário Oficial do Estado do Paraná nº280/281 de 13 de fevereiro de 1960.

PARANA, Estado do. **Portaria** n. 1.373/65. Diário Oficial do Paraná n. 217 de 27 de novembro de 1965.

PARANÁ, **Regimento orgânico dos institutos comerciais.** Curityba; Typ D' República, 1910.

PARANÁ. **Lei** nº 206 de 19 de outubro de 1937. Súmula: cria na Secretaria de Obras Públicas, Viação e Agricultura, duas escolas de trabalhadores rurais (Ponta Grossa/ Castro) FONTE: Diário Oficial de 28 de outubro 1937 Microfilme: 048.

PARANÁ. **Relatório** apresentado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Getúlio Vargas pelo Interventor do Paraná Manoel Ribas. Exercício de 1932 – 1939. MFN: 825.

PARANÁ, Estado do. **Relatório** apresentado a Sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor do Estado do Paraná. Exercícios de 1940-1941. Curitiba, 1941. MFN827.

PARANÁ, **Mensagem apresentada pelo Interventor Manoel Ribas** a Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 1ª legislatura, e 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937. MFN 940.

PARANÁ, **Mensagem** apresentada ao Interventor do Parana Manoel Ribas a Assembléia Legislativa do Estado ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 1ª legislatura, e 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1936. MFN 1646.

PARANÁ, **Mensagem** do Governador do Paraná Moysés Lupion. Curitiba, 1948.

PARANA, **Mensagem** apresentada a assembléia legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto Governador do Paraná, 1951. MFN: 944.

PARANA, **Mensagem**. Realizações do Governador Manoel Ribas no período de Interventor do Estado de 1937 – 1942. MFN: 1143.

PARANÁ, Diário Oficial Estado do. **Decreto n. 234**. Atos, Decretos e Despachos do Poder Executivo. Curitiba, terça-feira, 12 de março de 1935. Ano IV.

PARANÁ, Estado do. **Relatório** apresentado a Sua Excelência o Snr. Dr. Getúlio Vargas pelo Snr. Manoel Ribas, Interventor do Estado do Paraná. Exercícios de 1940-1941. Curitiba, 1941. MFN827.

PARANÁ, Estado do. Diário Oficial. **Decreto** n. 5557 de 1937. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 1705, Ano VII, 1937.

PARANÁ, Diário Oficial do. N. 1984. **Decreto n. 7.782** de seis de janeiro de 1939.

PARANA, Estado do. **Lei Estadual** n. 2255 de 24 de março de 1924.

PARANA, Estado do. **Decreto Lei Estadual** nº 7572 extingue o município de Guaratuba. Diário Oficial, 20 de outubro de 1938.

PARANA, Estado do. **Lei Estadual** Restaura o município de Guaratuba. Diário Oficial 14 de novembro de 1951.

PARANÁ, Diário Oficial Estado do. **Atos, Decretos e Despachos do Poder Executivo**. Curitiba, terça-feira, 12 de março de 1935. Ano IV.

PARANÁ, Estado do. Diário Oficial. **Decreto** n. 5557 de 1937. Diário Oficial do Estado do Paraná, n. 1705, Ano VII, 1937.

PARANÁ, **Lei orgânica do ensino agrícola**. Decreto Lei n. 9.613/1946, de 20 de agosto de 1946. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126500/lei-organica-do-ensino-agricola-decreto-lei-9613-46>. Acesso em: 07 de set. de 2012.

Sites pesquisados

BACACHERI, **História do Bairro**. Disponível em www.omelhordobairro.com.br/curitiba-bacacheri/historia. Acesso em: 26 de Ag. De 2012.

CASTRO, Prefeitura Municipal. **História**. Disponível em: http://www.castro.pr.gov.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=5. Acesso em: 26 de Fev. de 2012.

IVAÍ, Paraná. **Histórico da Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/ivaí.pdf>, 2007. Acesso em: 01 de Ago. de 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **História e linha do tempo**. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/linha-do-tempo/> 2009. Acesso em: 15 de Ago. 2011.

PONTA GROSSA, Prefeitura Municipal. **História da cidade**. Disponível em: <http://www.pg.pr.gov.br/acidade#historia>. Acesso em: 26 de Fev. de 2012.

PARANAGUÁ, Prefeitura Municipal. **A cidade: história**. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/conteudo/a-cidade/historia>. Acesso em: 26 de Fev de 2012.

_____, Paraná. **Histórico da Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/paranagua.pdf>, 2007. Acesso em: 01 de Ago. de 2012.

PIRAQUARA, Prefeitura Municipal. **História da cidade**. Disponível em: <http://www.piraquara.pr.gov.br/index.php?mod=global&i=2&t=Hist%C3%B3ria+da+Cidade&u=1>. Acesso em: 12 de Ago. de 2012.

RESERVA, Paraná – PR. **Histórico**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/reserva.pdf>. Acesso em 15 de set. de 2012.

Jornais e revistas

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa. 24/07/1937.

GUIMARÃES, Samuel. **O Brasil caminha pelos pés das crianças**. Revista da Guaira. Ano VII – N. 60, Fevereiro de 1955.

JORNAL OFICIAL GUARATUBA, **Leis, Decretos, Portarias, Licitações, Protocolos e outras publicações**. Edição digitalizada nº 2. Guaratuba, 12 de setembro de 2008. Ano V, p. 6.

O ENSINO Comercial. **A Escola**: revista do grêmio de professores do Estado do Paraná. Curitiba. Ano I nº 1, n. 2, Curitiba, Março, 1906.

SITTONI, Delmar. Escolas de Trabalhadores Rurais. **Revista Expansão**, Curitiba, Câmara de Propaganda e Expansão Comercial do Paraná, 2º sem., 1944.

Outras fontes

COLÉGIO agrícola estadual Olegário Macedo, **Histórico da instituição**. [198?].

COLÉGIO agrícola estadual Getúlio Vargas. **Ata** de inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais do dia 19 de abril de 1941.

COLÉGIO agrícola estadual Getúlio Vargas. **Ata** do registro histórico do Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas 14 de abril de 1986.

COLEGIO agrícola estadual Lysimaco Ferreira da Costa. **Ata** de inauguração da Escola de Trabalhadores Rurais do dia 19 de abril de 1941.

COLEGIO agrícola estadual Lysimaco Ferreira da Costa. **Histórico da Escola**, [s/d].

ESCOLA Estadual Gil Stein Ferreira, **Histórias e estórias de nossa escola**, [19--], s/p, mimeografado.

_____, **Linha do Tempo**, 2009. (Mimeo).

ESCOLA DE TRABALHADORES RURAIS FRANKLIN DELANO ROOSEVELT. Ata de reuniões pedagógicas do dia 05 de dezembro de 1953. In **Livro Ata de Reuniões Pedagógicas**, Santo Antonio da Platina, 1953.

Fonte catalogadas na pesquisa e disponibilizadas em CD – Rom